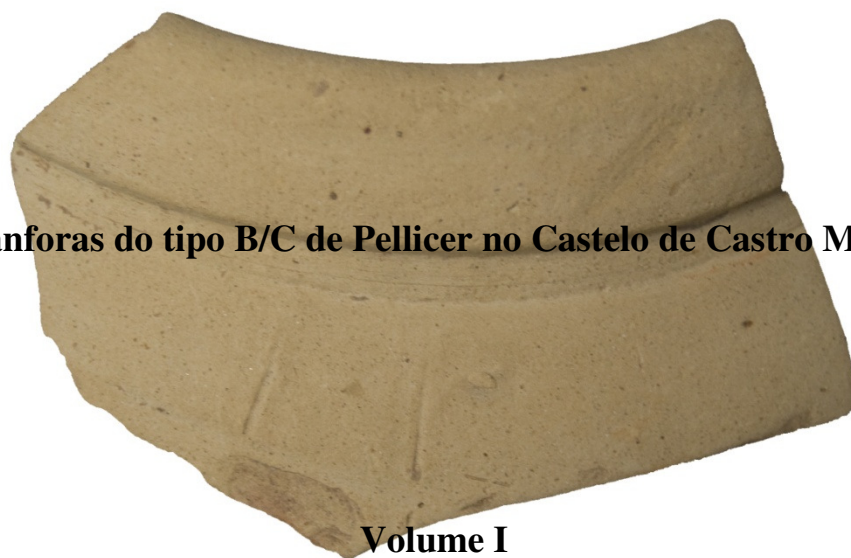


Universidade de Lisboa
Faculdade de Letras
Departamento de História



As ânforas do tipo B/C de Pellicer no Castelo de Castro Marim



Volume I

Filipe Miguel Garcia Fernandes

Mestrado em Arqueologia

Lisboa, Setembro de 2009

Universidade de Lisboa
Faculdade de Letras
Departamento de História



As ânforas do tipo B/C de Pellicer no Castelo de Castro Marim

Volume I

Filipe Miguel Garcia Fernandes

Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa sob a Orientação da Prof. Dr^a Ana Margarida Arruda

Lisboa, Setembro de 2009



Dedicado à memória de Maria do Carmo Mendes (bisavó) e do amigo Frederico.
Para os meus pais e irmão, família e amigos, com um obrigado por tudo.

*“Ilha próxima e remota,
Que nos ouvidos persiste,
Para a vista não existe.
Que nau, que armada, que frota
Pode encontrar o caminho
À praia onde o mar insiste,
Se à vista o mar é sozinho?”*
Fernando Pessoa, in Mensagem.

*“Aqui desceram as âncoras escuras
Daquelas que vieram procurando
O rosto real de todas as figuras
E ousaram – aventura a mais incrível –
Viver a inteireza do possível.”*
Sophia de Mello Breyner Andresen, in Navegações.





Resumo

O objectivo do presente trabalho é o estudo das ânforas de tipo B/C de Pellicer do Castelo de Castro Marim.

Este estudo procura esclarecer o que foram estas ânforas no decorrer da II Idade do Ferro e qual a sua importância no comércio da região da Turdetânia.

Este estudo permitiu observar que, no Castelo de Castro Marim, estas ânforas ocupam, entre o século VI e finais do século V a.C., uma importância muito significativa, que decresce no decorrer do século IV e III a.C. até ao seu desaparecimento entre os finais do século III e os inícios do século II a.C. A situação que ocorre entre o século IV e III a.C. parece ser análoga ao que se passa na Baía de Cádiz.

A localização dos vários sítios onde se descobriu esta forma anfórica permitiu a definição dos seus possíveis conteúdos, ao mesmo tempo que permitia ver que a cultura material nestes sítios é, toda ela, homogénea e que estaremos, quase de certeza, perante todo um único território, a Turdetânia.

Muitas das dúvidas que este trabalho levantou, e que ficam em aberto, só o estudo de outros sítios, segundo os critérios actuais, pode resolver, com destaque para os sítios do Cerro Macareno, “Las Redes” e Tavira.

Abstract

The purpose of the present work is the study of the Pellicer type B/C amphorae of the Castro Marim Castle.

This study tries to enlighten what these amphorae were in the elapsing of 2nd Era of the Iron Age and its importance in the trade business in the Turdetânia region.

This study allowed to observe that, in the Castro Marim Castle, these amphorae occupy, between the 6th Century and the late 5th Century B.C., a very significant importance, that decreases in the elapsing of the 6th and 3rd century B.C. until its disappearance between the late 3rd Century and the beginnings of the 2nd Century B.C. The situation that occurs between the 6th Century and the 3rd Century B.C. seems to be analogous to the situation in the Cadiz Bay.

The localization of the various sites where these amphorae types were discovered, allowed the definition of its possible contents, as for, at the same time, allowed to perceive that the material culture in these sites is, in its all, homogeneous and that we have, most certainly, before us an entire territory, the Turdetânia.





Many of the doubts raised by this work, and that still remain, can only be answered through the study of other sites, according to current criteria, with due prominence for the Cerro Macareno, “Las Redes” and Tavira sites

Palavras-chave: Ânforas Pré-romanas; Castro Marim; Turdetânia; Cerro Macareno.





Índice

Agradecimentos	pág. 06
Introdução	pág. 07
O Castelo de Castro Marim e a costa algarvia:	
a. Castelo de Castro Marim – enquadramento geográfico e histórico	pág. 09
b. Intervenções Arqueológicas: síntese de resultados obtidos	pág. 11
c. A costa algarvia no contexto da II Idade do Ferro	pág. 14
d. A importância das ânforas no estudo da economia da II Idade do Ferro	pág. 18
As ânforas de Tipo B/C de Pellicer do Castelo de Castro Marim:	
a. O tipo B/C de Pellicer: origem e discussões científicas	pág. 19
b. O tipo B/C de Pellicer: a sua tipologia e análise das variantes do conjunto em estudo	pág. 21
c. O tipo B/C de Pellicer: os Grupos de Fabrico	pág. 25
d. O tipo B/C de Pellicer: os contextos	pág. 41
e. O tipo B/C de Pellicer: o seu conteúdo	pág. 52
f. O tipo B/C de Pellicer: análise de dados:	
1- cronologias	pág. 56
2 – engobe	pág. 57
3 – grafitos e marcas de dedo	pág. 58
As ânforas de Tipo B/C de Pellicer na Turdetânia:	
a. A região da Andaluzia	pág. 61
b. Portugal	pág. 66
c. Norte de África (zona de Marrocos)	pág. 70
d. A Turdetânia	pág. 71
Considerações finais	pág. 73
Bibliografia	pág. 81





Agradecimentos

Antes de especificar as pessoas a quem gostaria de agradecer, quero dizer a todos um muito obrigado por terem tido enorme paciência e muitas vezes lucidez para comigo debaterem os aspectos que muitas dúvidas causaram este trabalho.

Agradeço, em primeiro lugar, à Professora Ana Margarida Arruda pela disponibilidade que sempre teve e por ter aceitado orientar esta tese. Pela muita paciência que teve quando muitas dúvidas surgiram sobre a sua elaboração e os sábios conselhos que proporcionou, permitindo a sua elaboração mais aprimorada e científica.

Aos professores de mestrado e licenciatura, agradeço os sábios e constantes ensinamentos que nos proporcionam ao longo destes anos de labor científico, de modo a que possamos no final estar aptos a desenvolver os vários trabalhos que somos chamados a executar.

Gostaria de dar um muito obrigado ao Daniel e à Inês pela eterna companhia e por terem ao longo destes dois anos acompanhado este trabalho nas suas várias vertentes, tendo muitas vezes existido várias discussões sobre os diversos pontos de dúvida que o mesmo ia levantando. A sua inestimável colaboração só o posso agradecer dizem um muito obrigado.

À Elisa, ao Carlos, à Patrícia e à Professora Catarina Viegas agradeço por toda a ajuda que deram e a enorme paciência que tiveram sempre que foram solicitados para a resolução de dúvidas e discussões sobre alguns pontos do trabalho. Obrigado também pela bibliografia que foram disponibilizando, nomeadamente sobre os vários aspectos da intervenção arqueológica em Castro Marim.

Ao amigo Zé Manel, só lhe posso agradecer todo o apoio que sempre demonstrou tal como a sua enorme lealdade e constância, mesmo nas horas mais difíceis que esta tarefa teve. O meu muito obrigado por tudo e também pelas tentativas que fez para perceber muitas das questões científicas que este trabalho levantou.

Aos meus amigos só lhes posso agradecer a eterna amizade e paciência que tiveram para comigo.

Por fim, mas não menos importante, antes pelo contrário, agradeço à minha família toda a eterna paciência que tiveram para me aturar ao longo destes dois anos, com particular incidência neste último ano. Agradeço, em especial, aos meus pais, irmão, cunhada, tia Bilde, tio Tó, Ana e Padrinho.

Mais uma vez um muito obrigado a todos por tudo o que fizeram para que esta tese de mestrado se realizasse.





Introdução

O presente trabalho desenvolveu-se a partir do estudo exaustivo dos materiais apresentados para análise, no âmbito do trabalho de dissertação a ser apresentado como prova de Mestrado. Este surgiu após uma conversa com a professora Ana Margarida Arruda, sobre a possibilidade de se elaborar um trabalho sobre ânforas pré-romanas do Castelo de Castro Marim, ao qual a doutora prontamente acedeu. Assim sendo, após ponderação e análise dos materiais, optei pelas ânforas de Tipo B/C de Pellicer.

Os materiais em estudo derivam das escavações realizadas no Castelo de Castro Marim, dirigidas pela Doutora Ana Margarida Arruda, entre os anos de 1983 e 1988 e entre 2000 e 2003, originando uma área total escavada de 293 m². Os materiais recolhidos à superfície indicaram a ocupação do sítio desde a Idade do Bronze até ao período Moderno, com bons dados sobre a ocupação da Idade do Ferro e do período Romano.

Esta tese tem como objectivo o estudo dos materiais em questão, para uma melhor compreensão e conhecimento dos mesmos na região e no Castelo de Castro Marim. Um outro objectivo é a integração deste estudo com outros, de modo a fazer uma assimilação deste tipo anfórico no contexto do período em que circulavam e perceber a sua importância nesse mesmo período. Importa também tentar perceber qual(is) seria(m) o(s) seu(s) possível(is) conteúdo(s).

Após a obtenção destas primeiras respostas, interessa ainda perceber a dinâmica existente no território de que falamos e qual a sua envolvimento com a Turdetânia, de modo a perceber mais um pouco do que seria este verdadeiro território. Ao mesmo tempo gostaria ainda de perceber as dinâmicas internas desta grande região com o seu próprio comércio interno.

Num primeiro momento faz-se uma descrição da localização do sítio em estudo e dos trabalhos arqueológicos de que foi alvo ao longo dos últimos vinte anos. Em seguida apresento o contexto do Algarve no decorrer da Idade do Ferro, com destaque para o período da denominada II Idade do Ferro. Por fim, neste capítulo esclareço a importância do estudo das ânforas para os estudos arqueológicos, de modo a que se perceba o porquê dos mesmos.

A análise do espólio passou por diversas fases, mais concretamente pelo desenho dos materiais, a tintagem dos mesmos, o estudo das pastas e, por fim, a sua classificação/inventariação e quantificação. O estudo das pastas obedeceu a uma série de critérios pré-estabelecidos, como a análise macroscópica das pastas com uma lupa de 10 aumentos, de modo a identificar e caracterizar os elementos não plásticos. Foram assim distinguidos uma série de grupos de fabrico. Na definição das cores das pastas e engobes utilizámos a tabela de Munsell, Soil Color Charts (1998). Toda esta análise encontra-se no ponto dois da presente tese de mestrado, intitulado “As ânforas de Tipo B/C de Pellicer do





Castelo de Castro Marim”, nas suas múltiplas variantes com os diversos subcapítulos, correspondentes a cada tema.

A tipologia, Manuel Pellicer (1978), utilizada para a determinação dos materiais, foi escolhida por constituir o estudo realizado mais especificamente sobre o assunto e por se constituir ainda hoje como o mais claro sobre o tema, apesar de alguns estudos posteriores, possibilitando assim um excelente ponto de partida para a realização deste trabalho. No entanto, ao longo do trabalho apresentarei algumas sugestões de alteração que acho complementarem os dados hoje em dia conhecidos e que tornaram a classificação desta forma anfórica mais clara. Estas sugestões carecem, no entanto, de confirmação posterior por parte de estudos futuros e de modo a esclarecer algumas destas alterações.

Num terceiro ponto deste trabalho, exploro a localização desta forma anfórica na região da Turdetânia e qual a sua possível relação na explicação deste mesmo território. Pretende-se assim perceber o contexto dos materiais e as regiões porque estas formas anfóricas se dispersaram. Ao mesmo tempo exploro vários outros factores, como o servir de complemento ao estudo sobre os conteúdos destas ânforas e o possível território da Turdetânia.

O inventário dos materiais, os mapas complementares e as estampas dos desenhos em análise, assim como de outros sítios, encontram-se nos anexos, de modo a proporcionar aos leitores uma análise mais cuidada dos mesmos ao mesmo tempo que analisam o texto.

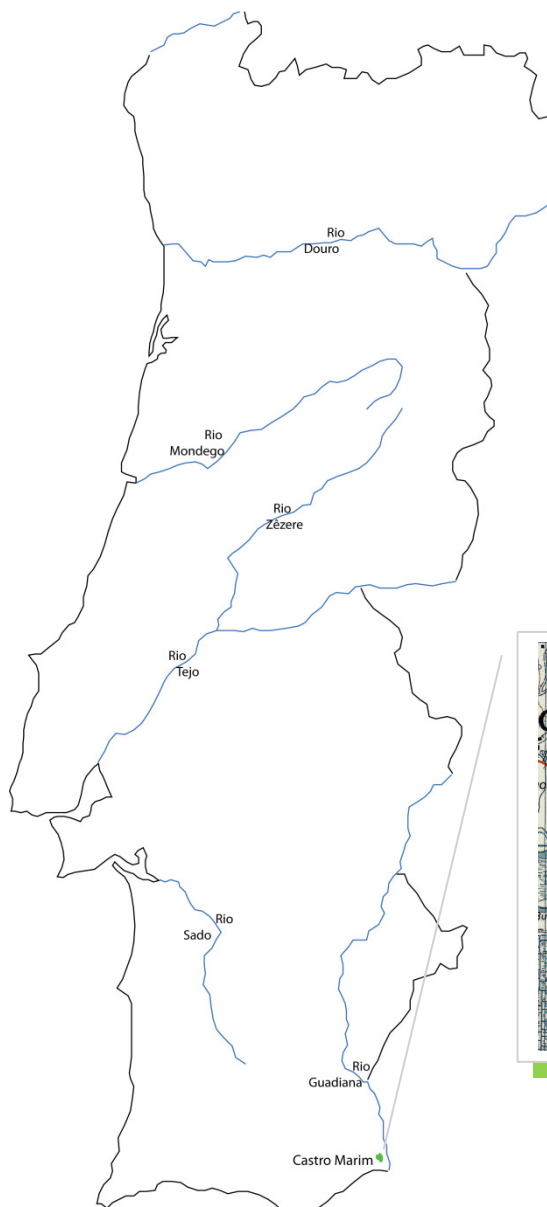




O Castelo de Castro Marim e a costa algarvia:

a – Castelo de Castro Marim – enquadramento geográfico e histórico.

O Castelo de Castro Marim localiza-se no Concelho de Castro Marim, na margem esquerda do Rio Guadiana, no Distrito de Faro, na actual província do Algarve.



Mapa 1 e Imagem 1 – Localização de Castro Marim no Mapa de Portugal e na Carta Militar.

O Castelo ocupa uma colina de formato circular, com cerca de 42m de altitude, próximo da foz do Rio Guadiana. “Geologicamente, implanta-se numa região de depósitos quaternários, entre os xistos do maciço antigo a Norte, os calcários lacustres do Oligoceno e as rochas eruptivas da orla, a Oeste” (Arruda, 1997, p.109).

A sua implantação foi influenciada pelas boas condições de defesa que o local oferece e pelo amplo domínio visual que se obtém da zona adjacente. Para esta conclusão basta-nos





observar as fontes do século XVI, que na altura, descrevem o local como uma península, apenas ligada a terra por uma estreita faixa que partia da vertente Oeste. Assim no decurso da Antiguidade Clássica esta terá sido, muito provavelmente, uma pequena ilha rodeada pelas águas do Guadiana. Este facto terá permitido ter assim um controle das entradas e saídas do Rio Guadiana, ao mesmo tempo que possibilitava a extensão do comércio para o interior do actual território português, até à zona de Mértola, espaço até onde o rio era navegável.

Na actualidade, o Castelo de Castro Marim encontra-se rodeado de terra firme e alguns sapais, que muito provavelmente resultaram do assoreamento do Rio Guadiana e da descida dos níveis médios das águas do mar.



Imagem 2 – Imagem actual do Castelo de Castro Marim. In *Google Earth*.

O Castelo foi edificado no decorrer da I Dinastia, aquando das guerras de Reconquista Cristã dos territórios aos mouros. A sua valorização enquanto sítio arqueológico ocorre com Estácio da Veiga em 1887. Ao longo do tempo, este sítio tem sido conectado com a cidade romana de *Baesuris*, do referido *Itinerário de Antonino*. No entanto, isto só aconteceu em 1917, quando José Leite Vasconcelos ligou *Baesuris* a Castro Marim, por terem sido por terem sido aí encontradas moedas com a inscrição de *Baesuri*. Nas escavações dirigidas pela professora Ana Margarida Arruda foi encontrada uma moeda de chumbo, num nível tardo-republicano, com a inscrição de BAE, permitindo assim afastar quaisquer dúvidas em relação à correspondência do topónimo pré-romano e o local.

No século XVI, André de Resende tinha identificado *Baesuri* com Jerez de Badajoz ou com Los Caballeros. No século XVIII, Frei Vicente Salgado e Padre Flores localizam a cidade do *Itinerário Antonino* com a actual cidade de Ayamonte.





No entanto, esta nem sempre foi uma localização consensual, muito devido ao facto de não existir mais nenhum outro texto clássico que se refira a *Baesuris*.

O Castelo de Castro Marim e a costa algarvia:

b – Intervenções Arqueológicas: síntese dos resultados obtidos.

O Castelo de Castro Marim tem sido, desde a década de 80 do século passado, alvo de sucessivas campanhas de escavação dirigidas pela Professora Ana Margarida Arruda. O primeiro período de campanhas, decorrido entre 1983 e 1988, tinha como objectivo aferir a diacronia da ocupação de sítio e o estado de conservação dos vestígios até ali detectados. Neste período, ficou desde logo esclarecido que o sítio tinha sido ocupado desde a Idade do Bronze até à Época Moderna, comprovados pelos materiais dali exumados, bem como pelas estruturas encontradas.

Nestas intervenções, abriram-se quatro áreas distintas, Corte 1, 2, 3 e 4, dispersas pela metade oriental da colina do Castelo. Estas áreas foram escavadas segundo a metodologia de Wheeler, com as actualizações propostas por Ferdière (Arruda, 1999/2000). Assim sendo, foi feita a marcação de quadrados 4x4m dos quais seriam escavados 3x3m, sendo o restante deixado como testemunho para análise posterior.

O Corte 1 foi fixado entre o troço Este da Muralha Joanina e a Fortaleza Afonsina e era composto por 14 quadrados, dos quais apenas 7 (D2; D3; E1; E2; E3; F2 e F3) apresentam estratos sidéricos preservados. Foi ainda reconhecida uma presença romana, muito truncada e uma presença moderna. Os materiais exumados do local evidenciam uma clara ocupação do sítio entre o século V e o III a.C., que se sabia ter sucedido a uma outra ocupação mais antiga.

O Corte 2 diz respeito a uma sondagem de 3x3m realizada no interior da Fortaleza Afonsina e que corresponde ao ponto de maior elevação da colina. A sobreposição de estruturas dificultou a preservação dos trabalhos em profundidade, tendo no entanto sido documentados quatro níveis da Idade do Ferro.

Na frente da Porta Sul da Fortificação Afonsina foi implantado o Corte 3, que era composto por 12 quadrados. Foram, aqui também, detectados níveis da Idade do Ferro integráveis na segunda metade do I Milénio a.C. O período romano foi aqui observado com níveis bem conservados e que proporcionaram bons dados sobre este período de ocupação.

No que concerne ao Corte 4, este foi implantado na zona Sudeste do Castelo, com a elaboração de quatro quadrados, dos quais só o E10 teve a sua escavação concluída e onde se verificou a existência de uma ocupação romana e outra da Idade do Ferro.





O segundo período de campanhas arqueológicas no Castelo, decorrido entre 2000 e 2003, encontrou-se englobado no intuito de promover a valorização do Castelo. Neste sentido as campanhas de escavação tiveram a finalidade de aferir a diacronia da ocupação do sítio e quais as mudanças estruturais ocorridas ao longo da ocupação do sítio nos seus variados períodos históricos. Um dos elementos que a equipa de arqueólogos, dirigidos pela professora Ana Margarida Arruda, tentou resolver foi qual a extensão da verdadeira ocupação da Idade do Ferro que o Castelo sofreu, dado que no período anterior de escavação os dados não foram totalmente esclarecedores.

Neste período, as escavações decorrem segundo os critérios propostos por Barker e Harris da escavação em *open area*. A área aberta nestas campanhas prolonga-se para Este e Sudeste do Corte 1, passando agora esta nova área e o antigo Corte 1 a formar o designado Sector 1, com um total de 293 m² de área aberta (Anexos – Mapa 1).

No final foi descrito um faseamento, que aqui se apresenta sucintamente, e que se fundamenta na estratigrafia observada durante a escavação. O esquema definido põe por ordem crescente a ocupação do sítio, começando na Fase I e acabando na Fase VII. A Fase I corresponde aos finais da Idade do Bronze, a Fase II; III; IV e V à Idade do Ferro, enquanto que as Fases VI e VII corresponderam ao período romano e ao período moderno respectivamente.

Da Fase I restam poucos testemunhos, pois apenas se documentou um nível enquadrável no Bronze Final e não se conservam quaisquer vestígios arquitectónicos. Neste nível recolheu-se exclusivamente cerâmica de fabrico manual, sendo o seu reportório dominado pelas “...taças e tigelas com carena bem marcada e com acabamentos polidos com excepcional cuidado...” (Oliveira, 2006, p.28). No Corte 3 pode existir um testemunho de integração neste período, tratando-se de uma fossa donde provem somente fragmentos de cerâmica manual.

A Fase II encontra-se mal preservada na estratigrafia, resumindo-se a alguns estratos de natureza vária sob os edifícios da Fase III e onde não se documentou uma utilização dos seus contextos primários. Os vestígios arquitectónicos encontram-se em mau estado de conservação, o que dificulta também a leitura de dados desta fase.

Na zona central da escavação podemos observar um edifício, que mesmo em mau estado de conservação, mostra claramente a adopção de plantas rectangulares, que parecem associar-se com as de planta de tendência ovalada. Na zona Nordeste foi identificada uma estrutura que mostra construções ainda arcaicas, como o são o uso de esquinas arredondadas.

O material exumado é parco e pouco representativo, no entanto, mostra alterações em relação à fase anterior, muito devido à introdução do torno na olaria. A esta fase foi atribuída uma datação entre os finais do século VIII e a primeira metade do século VII a.C.





A Fase III desenvolveu-se com o progresso da sociedade existente e com o avolumar de contactos com as comunidades Fenício-ocidentais. Esta evolução produziu efeitos na reestruturação do povoado, que apresenta características de um planeamento arquitectónico e urbanístico, com espaços diferenciados por actividades distintas.

As evidências arquitectónicas são agora mais precisas, com compartimentos claros, como o são o 1, 2, 3, 4, 6, 7, 10 e 11, onde os quatro primeiros terão formado um único edifício, com orientação em contorno da colina e os quatro últimos a formarem outro edifício, com orientação Este/Oeste.

Observa-se ainda áreas de passagem entre compartimentos, como o documentam a área 9.

Foram ainda detectados dois fornos, que apresentavam paredes de argila e aos quais estavam associados vários restos faunísticos queimados bastante fragmentados, o que pode sugerir uma utilidade doméstica (Oliveira, 2006).

Os materiais estudados, nomeadamente a cerâmica de engobe vermelho, fornecem dados para uma proposta cronológica centrada na segunda metade do século VII a.C.

A Fase IV é o período com maior número de compartimentos, os quais se encontravam em melhor estado de conservação. Este é estendido a toda a área escavada. Os edifícios organizam-se em função de espaços exteriores, como as ruas ou “praças” e que estruturam o desenho urbanístico. Voltam a ver-se os compartimentos no limite da colina do Castelo, sendo exemplo os compartimentos 12, 13 e 14, que seriam um único edifício. A área 16 dividia a área acima da área mais a sul do povoado, sendo considerado como uma rua.

O compartimento 27 continha bancos corridos e duas paredes e no centro uma ampla lareira.

Foi ainda identificada uma praça entre áreas edificadas, nomeadamente os compartimentos 21, 22, 25 e 26. Este apresentava um piso parcialmente estruturado por blocos de pedra.

A escassez de materiais nesta fase dificulta o estabelecimento de cronologias precisas, no entanto, a pouca presença de cerâmicas de engobe vermelho e de cerâmica manual sugere uma cronologia que varia entre o século VII e o VI / V a.C. (compartimento 27, devido à presença de cerâmica grega no derrube deste compartimento).

A Fase V começa na segunda metade do século V a.C. com uma ruptura urbanística tal como o comprova a ocupação do espaço, que nesta altura vê erguer novos edifícios sobre as ruínas já existentes, com uma nova orientação (Nordeste/Sudoeste).

Na zona central podemos observar uma área edificada composta por vários espaços relacionados entre si. Um dos compartimentos deste edifício (compartimento 29) apresenta





uma planta rectangular, com pisos de argila compactada, mais uma lareira quadrangular. A área 30 corresponderia a uma área de passagem entre os compartimentos 29 e 31.

Foram ainda identificadas três sepulturas de crianças, sem espólio, e que podem estar associadas a rituais de fundação, dado assentarem sobre a edificação do compartimento 29.

Salienta-se ainda a presença de vestígios de um incêndio que preservou muito estes contextos e danificando algumas estruturas. As construções posteriores apresentam uma planta trapezoidal, tal como se observa no compartimento 32.

Os materiais exumados nesta fase atribuem uma variação cronológica entre o século V e o III a.C., naquilo que é a denominada II Idade do Ferro.

As Fases VI e VII encontram-se atribuídas ao período romano e ao período moderno respectivamente, com o período moderno a encontrar-se melhor caracterizado, até pela presença das fundações de uma Igreja.

O Castelo de Castro Marim e a costa algarvia:

c - A costa algarvia no contexto da II Idade do Ferro

A investigação arqueológica na região do Algarve tem sido uma história com altos e baixos, apesar de ser uma constante a procura de sítios arqueológicos nesta região. O grande interesse desta região para o período da Idade do Ferro só se desenvolve a partir do século XIX, com Estácio da Veiga, aquando das suas primeiras pesquisas na região para a elaboração do livro *As Antiguidades Monumentais do Algarve*. No século XX, Santos Rocha desenvolve também uma série de investigações e escavações no Algarve sobre a temática da Idade do Ferro. No entanto, só nos anos 80 do século passado, é que o Algarve reaparece para a investigação arqueológica da Idade do Ferro, tendo para isso contribuído e muito o trabalho desenvolvido pela Professora Ana Margarida Arruda, com a realização de continuas escavações no Castelo de Castro Marim, e da investigação e escavação do sítio do Cerro da Rocha Branca por parte do Doutor Caetano Mello Beirão, Arquitecto Mário Varela Gomes e a pela Professora Doutora Rosa Varela Gomes. A partir daqui o Algarve ocupou um lugar de destaque entre a investigação arqueológica desenvolvida no actual território português.

O Algarve apresenta-se durante a II Idade do Ferro como uma região activa no comércio mediterrânico, visível pela presença de núcleos comerciais ao longo da costa algarvia. Os núcleos portugueses de destaque durante este período eram: *Baesuris* (sítio em estudo – Castro Marim); *Cilpes* (Cerro da Rocha Branca?); *Ossonoba* (Faro); *Balsa* (Tavira) e *Lacobriga* (Monte Molião?). Estes sítios têm sido ao longo das últimas décadas alvos de escavações e planos de estudo, que tem vindo a dar os seus frutos no estudo da região algarvia.





No Castelo de Castro Marim foram nas últimas décadas, efectuadas várias campanhas de escavação, das quais resultaram uma boa estratigrafia, onde se identificaram alguns níveis da Idade do Ferro bem conservados. O início deste período pode datar-se do século VII a.C., sendo o carácter orientalizante datado da 1ª metade do I milénio a.C. O período orientalizante encontra-se muito bem identificado, quer materialmente, onde se destaca a presença de ânforas de tipo R1; grandes vasos pintados em bandas; cerâmica de engobe vermelho (Freitas, 2006); cerâmica cinzenta fina polida e cerâmica manual (Oliveira, 2007), quer a nível arquitectónico, com destaque para as estruturas de índole religioso (Arruda, 2007). No decorrer do século V a.C. observamos uma profunda modificação em termos de gentes e a nível arquitectónico, onde as plantas passam agora a uma forma rectangular. Os materiais, deste período, testemunham também esta mudança, sendo agora de notar a grande proximidade com os produtos gaditanos. Assim sendo destacam-se a presença de ânforas (B/C e D de Pellicer; Mañá-Pascual A4; Tiñosa, entre outras), para o envasamento de produtos da área gaditana e da sua proximidade; cerâmicas áticas (Arruda, 1997); cerâmica de tipo “Kuass” (Sousa, 2005) e pratos e vasos pintados em bandas ou linhas (Arruda, 1997; 1999-2000; 2001; 2007).

Ossonoba tem sido nas últimas décadas alvo de várias escavações na área urbana da cidade de Faro permitindo um maior conhecimento do sítio. O sítio implanta-se sobre uma pequena colina da cidade, no actual Bairro da Sé. Este apresenta uma estratigrafia onde se pode observar a ocupação humana da cidade e onde podemos ver uma boa conservação dos níveis da Idade do Ferro. Os níveis puderam assim ser datados desde o segundo quartel do século IV a.C. até à época romano-republicana. Do abundante acervo de material recolhido, de época sidérica, podemos destacar a presença de ânforas (B/C e D de Pellicer; Mañá-Pascual A4; Tiñosa, entre outras [Arruda, Sousa e Bargão, 2005]), a cerâmica comum, a cerâmica pintada em bandas, a cerâmica de “tipo Kuass” (Sousa, 2005) e alguns fragmentos de cerâmica ática (Barros, 2005). Aqui, no entanto, podemos desde logo observar algumas diferenças entre Faro e Castro Marim, pois o primeiro é um sítio de implantação mais recente que o segundo, o que possibilita também uma diferenciação, e quem sabe um evoluir, das relações comerciais da zona de Gadir com o Sotavento Algarvio.

O sítio de Balsa localiza-se sobre a actual cidade de Tavira, sobre uma colina na margem direita do Rio Gilão, muito próximo da foz, e com excelentes condições de controlo da paisagem como Castro Marim. A estratigrafia identificada nas escavações realizadas no sítio permitiu a datação do início da ocupação humana, o que terá começado no decorrer do século VII a.C. Os materiais identificados são muito semelhantes aos de Castro Marim, com a presença de ânforas (R1); de cerâmica pintada em bandas e de engobe vermelho e de cerâmica manual (Maia, 2003). No século V a.C. ocorre a mesma situação que em Castro Marim,





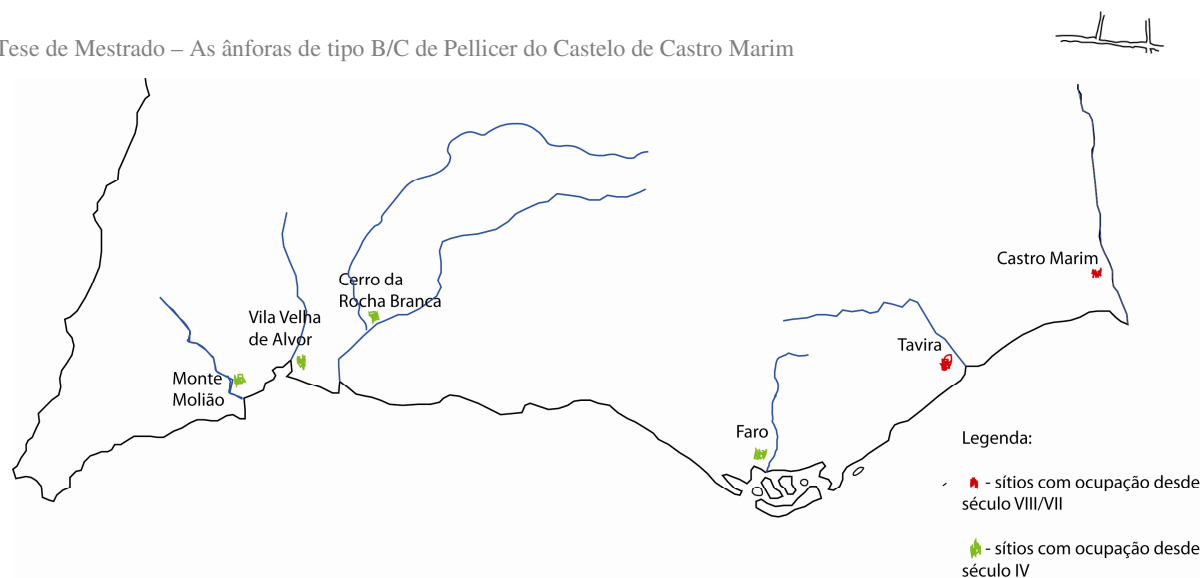
aparecendo agora os materiais de influência gaditana, como as ânforas (D de Pellicer; Mañá-Pascual A4; Tiñosa, entre outras); cerâmica de tipo “Kuass”; cerâmicas áticas, entre outros materiais (Maia, 2006).

O Cerro da Rocha Branca foi alvo, ao longo do tempo, de vários estudos e projectos de investigação arqueológica. Situado no concelho de Silves, numa elevação alongada junto à margem direita do Rio Arade (rio navegável até ao século XV), foi descortinado no sítio arqueológico uma boa estratigrafia, que permitiu a identificação de níveis da Idade do Ferro, com uma datação a partir do século VIII a.C. até ao período romano-republicano. No entanto, a datação mais tardia proposta pelos autores da escavação tem vindo, ao longo do tempo, a ser alvo de algumas críticas (Arruda, 2000), pois esta parece muito antiga para os materiais apresentados, apesar da presença de cerâmica de engobe vermelho e de cerâmica cinzenta fina polida ter sido encontrada em estratigrafia do século IV a.C. (Arruda, 2007). Dos materiais recolhidos destacam-se novamente as ânforas (B/C e D de Pellicer; Mañá-Pascual A4; Tiñosa; Carmona, entre outras), a cerâmica pintada em bandas, a cerâmica comum, a cerâmica de “tipo Kuass” e cerâmica grega (Gomes, 1993). Assim sendo, estaríamos perante um sítio com características muito semelhantes às de Faro.

Monte Molião tem sido na última década alvo de vários projectos de investigação, os quais tem vindo a mostrar a importância do sítio na estrutura comercial da região algarvia. O sítio localiza-se numa colina destacada na paisagem, na margem esquerda da Ribeira de Bensafim, onde se domina visualmente a Baía de Lagos. As escavações realizadas nos três últimos anos (2006-2008), do projecto dirigido pela Professora Doutora Ana Margarida Arruda, revelam uma boa estratigrafia, tendo a mesma revelado uma ocupação inicial em torno ao século IV a.C., muito provavelmente no terceiro quartel do século IV a.C. (Arruda; Sousa; Lourenço e Bargão, 2008). Os materiais recolhidos comprovam esta cronologia, com destaque para a presença de ânforas (Mañá-Pascual A4; Tiñosa; Carmona; B/C e D de Pellicer), a cerâmica de tipo “Kuass”, a cerâmica comum, cerâmica ática, entre outras (Arruda; Sousa; Lourenço; Bargão, 2008).

Vila Velha de Alvor situa-se numa ampla colina que subjuga a entrada da Ria de Alvor. É um sítio pouco conhecido e do qual os dados são ainda poucos, no entanto podemos dizer que pode ter sido fundado na segunda metade do século IV a.C. Os dados apresentados revelam a ausência de ânforas de tipo B/C de Pellicer e de cerâmicas áticas, o que sustenta a datação do sítio avançada pela Professora Doutora Ana Margarida Arruda (Segundo Arruda, 2007).





Mapa 2 – Localização dos sítios da Idade do Ferro no Algarve.

O Algarve apresenta-se assim como uma região onde podemos distinguir dois tipos de povoamento ocorridos durante o período da Idade do Ferro. O primeiro terá ocorrido no século VIII/VII a.C., com a implantação de populações de influência orientalizante em sítios com uma ocupação do Bronze, como nos mostra o caso de Castro Marim e Tavira. Esta primeira etapa apresenta enormes influências orientalizantes, quer a nível arquitectónico, onde observamos um urbanismo ortogonal e uma importância significativa dos espaços de índole religiosos, quer a nível material, onde se destacam a presença de ânforas de tipo R1; grandes vasos pintados em bandas; cerâmica de engobe vermelho; cerâmica cinzenta fina polida e cerâmica manual.

Este período cinge-se, até agora, a dois sítios no Algarve Oriental, o Castelo de Castro Marim e a Tavira.

No decorrer do século V a.C. esta situação modificou-se radicalmente, pois deixamos de observar a influência orientalizante e a ascendência de uma nova frente comercial, a zona de Gadir. Neste período observamos uma mudança na estrutura arquitectónica, com um urbanismo rectangular e com predomínio para as zonas comerciais. A nível material observamos também uma mudança morfológica, dado que as zonas de produção passam a ser a zona da Andaluzia, donde se destaca a produção de contentores anfóricos (B/C e D de Pellicer; Mañá-Pascual A4; Tiñosa; Carmona) para o transporte e armazenamento dos preparados de peixe e do azeite (entre outras), produtos muito apreciados na altura. A estes juntam-se ainda produções doutros lugares, que eram por vezes imitadas na Andaluzia, tais como as cerâmicas de tipo “Kuass”. A cerâmica ática, a cerâmica manual encontram-se também entre os artefactos encontrados neste período.





O Algarve neste segundo período vê crescer o seu âmbito de acção, passando o Sotavento Algarvio a integrar toda a zona anteriormente mencionada, com o aparecimento dos sítios de Faro, Cerro da Rocha Branca, Monte Molião e Vila Velha de Alvor.

O Castelo de Castro Marim e a costa algarvia:

d – A importância das ânforas no estudo da economia da II Idade do Ferro.

As ânforas constituem nos dias de hoje um dos elementos mais importantes no estudo do mundo antigo, mais concretamente da economia antiga. Este importantíssimo papel desempenhado por estes contentores de produtos deve-se ao facto de estas serem uma fonte privilegiada para aferir das relações comerciais, pois estes contentores eram destinados ao transporte a longas distâncias de determinados produtos alimentares.

A sua projecção no contexto europeu só alcança um papel relevante nas investigações arqueológicas com o avançar dos estudos sobre a economia romana. Uma prova disto é o facto de os primeiros estudos sobre ânforas remontarem ao século XIX e serem sobre ânforas do período romano. Destacam-se aqui os trabalhos precursores de Schoene (1871) e Dressel (1879 e 1889). No entanto, só durante a segunda metade do século XX é que se começa a desenvolver uma grande quantidade de estudos sobre este assunto, com o emergir da arqueologia subaquática e com a tomada de consciência por parte da comunidade científica das potencialidades deste material cerâmico.

As ânforas aparecem assim como um dos pontos de maior destaque no estudo do mundo económico, permitindo descortinar quais os produtos transaccionados no mundo antigo e de como estes podiam ou não influenciar a economia do mundo antigo. Este deve ser assim um dos pontos de aposta entre a comunidade arqueológica, de modo a obter um maior conhecimento das relações entre os vários pontos da Europa e do Mediterrâneo, como é o ponto deste trabalho.





As ânforas de Tipo B/C de Pellicer do Castelo de Castro Marim:

a – O Tipo B/C de Pellicer: Origem e discussões científicas.

O estudo dos materiais anfóricos, comumente designados por ânforas de Tipo B/C de Pellicer, é o grande objectivo deste trabalho. Para isto se concretizar, é necessário antes identificar a origem e as discussões científicas à sua volta devido à sua origem e a sua caracterização de um modo geral.

Em 1978, M. Pellicer, define pela primeira vez a tipologia daquilo que virá a ser a definição das ânforas de Tipo B/C de Pellicer, pois neste seu trabalho Pellicer caracteriza a tipologia das ânforas de Tipo B e as de Tipo C.

O autor definiu as ânforas de Tipo B como possuindo bordos engrossados no exterior, de tendência semi-circular ou circular e reentrantes, tendo esta forma um corpo troncocónico. Ao caracterizar este grupo, o autor definiu ainda quatro variantes neste tipo anfórico, a primeira designada B1 que possuía um bordo trapezoidal; a segunda a B2 que apresentava um bordo circular; com um bordo amendoado e uma secção de tendência oval aparece a variante B3 e por fim o autor definiu as B Evolucionadas, que segundo o mesmo seriam análogas às anteriores, mas em formas mais evolucionadas.

Destaca-se ainda o facto de o autor fazer uma diferenciação entre as R1 Tardias e as B de Tradição Fenícia e Púnica, sendo estas últimas ânforas ainda muito indeterminadas quanto à sua forma de bordo, por se tratar de fragmentos de pequenas dimensões, o que dificulta muito a sua classificação tipológica.

O Tipo C foi definido pelo autor como sendo uma ânfora de características iguais à anterior no que à definição dos bordos diz respeito, sendo que, a diferença entre um tipo anfórico e outro reside no corpo da ânfora, dado que a de Tipo B apresenta um corpo em forma troncocónica e as de Tipo C em forma fusiforme.

Este tipo anfórico é, muito provavelmente, de origem da tradição Fenícia e Púnica e, como a maioria dos autores a reconhece, de derivação das denominadas ânforas de Tipo R1 ou Grupo 10 de Ramon Torres. Esta é uma produção indígena localizada na Andaluzia Ocidental, isto de acordo com os dados até hoje estudados, no entanto, não podemos excluir outras áreas de produção, como o Algarve ou a região do Norte de África (na zona do Estreito de Gibraltar e faixa Atlântica).

A cronologia associada à produção desta forma anfórica situa-se entre os meados ou finais do século VI a.C. até ao finais do século III a.C., altura em que termina a sua produção. Este modelo anfórico afirma-se no decorrer do século V a.C., como uma das ânforas mais características do Baixo Guadalquivir. No entanto, cada variante apresenta uma cronologia





diferenciada. A B/C de Tradição Fenícia e Púnica apresenta uma cronologia de meados/finais do século VI a.C. até finais do século V a.C. A B/C 1 ostenta uma cronologia que oscila entre os finais do século VI a.C. e os finais do século V a.C. As B/C 2 sugerem uma cronologia que varia entre os finais do século VI a.C. até aos finais do século IV a.C. As B/C 3 exibem uma cronologia que oscila entre o 3º quartel do século V a.C. e o 3º quartel do século IV a.C. As B/C Evolucionadas apresentam uma cronologia que varia entre os finais do século IV a.C. e os finais do século III ou inícios do século II a. C.

No entanto, esta não foi a única tipologia que tratou esta forma anfórica, pois nas décadas seguintes aparecem mais algumas tipologias que se referem a este tipo anfórico ou em outros termos (designação do nome da forma) ou então num grupo muito vasto onde se englobam dois tipos anfóricos diferentes. De todos, destacam-se os dois trabalhados de maior relevo e que alguns investigadores utilizaram posteriormente.

Uma destas tipologias que se seguiram à de Pellicer é a de A. Muñoz, elaborada em 1987, onde integra as denominadas B/C no Tipo B de Muñoz, mais concretamente as formas B2 e B3. No entanto, o grupo B1 de Muñoz é também algo parecida com as formas de Tipo B de Tradição Fenícia e Púnica de Pellicer.

Entretanto, entre este período e os anos vindouros, assistimos à junção dos Tipos B e C de Pellicer, ficando a denominar-se o grupo de Tipo B/C de Pellicer. Esta junção ficou a dever-se ao facto de muitas ânforas se encontrarem muito fragmentadas e restar apenas o bordo, o que torna muito difícil a inserção num destes grupos, quando a diferença reside maioritariamente no corpo da peça.

Em 1995, Ramon Torres na sua tese de douturamento elabora uma nova tipologia para as ânforas deste período, onde define um grupo de ânforas às quais atribui o nome de o Tipo 4.2.2.5., que define como ânforas com “...un remate y prolongación engrosada de la pared de la espalda com la qual enlazon...” (Ramon Torres; 1995; p.194), com vários perfis de bordo. Este grupo de ânforas pode ser incluído em dois outros tipos definidos por Pellicer, o Tipo D e algumas variantes tardias do Tipo B/C (classificação cronológica do século III a.C.).

Esta tipologia tem sido nos últimos anos muito utilizada pelos arqueólogos que estudam este período histórico, no entanto, para quem estuda uma das variantes englobada neste grupo de Ramon será sempre um problema, pois torna-se complicado determinar de que forma estarão os autores de cada trabalho a falar, pois até poderemos ter casos onde os dois grupos se encontrem em vez de um só. Neste trabalho decidi englobar alguns sítios onde, pelas peças que apresentam, se pode afirmar que existe a forma B/C de Pellicer, e nos casos onde não se tiver a certeza de que forma falam os autores então referimos a sua presença no Grupo 4.2.2.5., com a possibilidade de existirem B/C.





As ânforas de Tipo B/C de Pellicer do Castelo de Castro Marim:

b – O Tipo B/C de Pellicer: a sua tipologia e análise das variantes do conjunto em estudo.

O presente trabalho de dissertação teve, desde o seu início, como objectivo principal o estudar e entender um pouco mais do mundo das B/C no Castelo de Castro Marim, de modo a poder perceber o que seria o território em causa neste período cronológico a nível do comércio económico e que áreas se poderiam destacar neste mesmo mundo.

Ao longo deste subcapítulo será esse um dos meus objectivos, de modo a que quem o lê possa, um dia mais tarde ou no imediato, apontar os seus defeitos ou mesmo pontos muito discutíveis na análise permitindo assim uma discussão saudável e de modo a permitir que os futuros estudos sobre estes materiais anfóricos sejam mais profícuos. Assim sendo num primeiro instante passarei à análise da tipologia de Pellicer e num segundo momento à análise do conjunto em estudo, no que às suas variantes concerne.

A tipologia proposta por Pellicer em 1978 continua ainda hoje a ser a mais utilizada no que concerne à definição desta categoria anfórica, apesar de a tipologia de Ramon ter aberto um novo caminho e de muitos autores proporem a classificação de B/C através da denominação de 4.2.2.5.

No entanto, esta tipologia apresenta já algumas lacunas, muitas devido ao evoluir dos estudos sobre modelos anfóricos, nomeadamente sobre duas formas, uma do Grupo 11 e 12 de Ramon e a outra são as R1 ou Grupo 10 de Ramón. No primeiro grupo, o evoluir dos estudos permitiu discernir que algumas das ânforas que serviram de exemplo nas variantes recentes, pertencem ao Grupo das 12 de Ramón, pois apresentam um bordo mais recto. O evoluir dos estudos no denominado grupo das R1, veio trazer algumas dúvidas na classificação de Pellicer no que à variante de Tradição Fenícia e Púnica diz respeito, ainda mais quando estamos a falar de pequenos fragmentos de bordo de difícil classificação tipológica.

Na definição da variante de Tradição Fenícia e Púnica ou Antigas, o autor não elabora uma caracterização completa e clara desta variante, parecendo um conjunto de recipientes que nem sendo já R1, nem sendo ainda B/C 1 são englobadas neste grupo, o que não é bom. Assim, para uma definição mais clara desta variante definida por Pellicer sugiro que possamos passar os desenhos da peça nº 997 (Pellicer; 1978; p.373) para as R1, pois apresenta semelhanças com as 10.1.2.1. No entanto, a peça nº 1072 (*ibidem*) pode ser incluída no grupo das MPA4, o que dificulta sempre a sua definição.

A peça nº 1704 (*ibidem*) não poderá também ser inserida nesta variante das B/C, pois apresenta uma cronologia da primeira metade do século III a.C., com base nos dados provenientes do Cerro Macareno.





Restavam assim as peças nº 1065; 1071; 1269(e) e a 1070 (*ibidem*) (embora com muitas reservas, pois a sua cronologia já é muito tardia para estas primeiras formas) e teríamos uma definição mais clara e precisa da variante, sendo a sua caracterização assim expressa: ânforas de bordos engrossados e de tendência triangular, mostrando a sua origem das R1 tardias e a sua passagem para as B/C 1, de bordo trapezoidal (Anexos – Estampa XVIII).

No que concerne à variante B/C 1 nada existe a apontar, dado que Pellicer torna clara e inequívoca, o que a torna numa variante bem definida e esclarecida para análise (Anexos – Estampa XVIII).

Na variante B/C 2 a peça 1640 (Pellicer; 1978; p.378) poderia encaixar melhor na definição dada pelo autor para o grupo das B/C 3, pois é uma peça de bordo amendoado e de perfil mais aberto. No entanto, a peça 1405 (*ibidem*) poderá também ser retirada deste grupo e passar para as B/C 3, tal como o próprio autor o reconhece ao afirmar que esta pode até ser uma peça que mostra a passagem para a variante seguinte. Ainda assim deixei ficar como uma B/C 2, mas com sérias reservas, pois para mim ficaria melhor enquadrada na variante B/C 3. Existe ainda muitas dúvidas quanto à classificação da peça 1641 (*ibidem*), pois parece tratar-se mais de algo diferente, ainda mais no que diz respeito à sua cronologia (1ª metade do século III a.C.) (Anexos – Estampa XIX).

As restantes peças que Pellicer utiliza, para a definição desta variante, partilham muito bem as características das B/C 2, pois são peças de bordo circular.

O grupo das B/C 3 é caracterizado por possuir bordos amendoados e de perfil mais oblíquo, encontrando-se muito bem definido pelo autor. No entanto, as peças nº 1269(b) e a 1356-58 (Pellicer; 1978; p.380) poderiam ser incluídas no grupo das MPA4, na sua variante 11.2.1.5., pois não apresentam tanto um bordo amendoado, mas sim, um bordo em forma rectangular, sendo semelhante as formas do grupo acima indicado.

Resta-me ainda salientar a peça nº 1442 (Pellicer; 1978; p.380), que mesmo sendo incluída nesta variante pode também ser incluída na MPA4. No entanto, decidi seguir o critério sugerido pelo autor e manter a peça como uma B/C 3 (Anexos – Estampa XX).

A variante das B/C Evolucionadas é caracterizada, tal como o nome indica, por formas evolucionadas das variantes anteriores com destaque para as B/C 3, onde assumem agora bordos amendoados de perfil mais rectilíneo e não oblíquo como as da variante anterior. No entanto, dentro deste conjunto o autor incluiu três peças que, na minha opinião, seriam excluídas deste grupo e até o próprio autor tem reservas quanto à classificação em duas delas.

A primeira peça a ser excluída deste grupo seria a peça nº 1832 (Pellicer; 1978; p.382), pois seria mais adequado encaixa-la no grupo das MPA4, do tipo 12.1.1.1. de Ramón.





A segunda peça a ser retirada deste grupo é a nº 2368 (*ibidem*), pois o próprio autor tem dúvidas sobre a sua classificação tipológica, estando inclinado para uma possível classificação de Tipo D de Pellicer (numa forma mais evolucionada, e como a maioria dos autores hoje em dia a colocam), o que para mim me parece o mais credível, segundo os dados hoje em dia presentes no seio da comunidade científica.

A terceira peça a ser excluída seria a peça nº 1954(3) (*ibidem*), pois apresenta um diâmetro de bordo superior a 30 cm, o que indica não se tratar de uma ânfora, mas muito provavelmente de uma talha ou um dólio, tal como o próprio autor sugere na sua tipologia sobre este grupo anfórico (Anexos – Estampa XXI).

No entanto, dentro deste grupo poderíamos num futuro próximo incluir algumas das peças que hoje em dia se consideram como peças de variante indeterminada, pois as suas características poderão indicar a sua inclusão no seio deste grupo, tendo em conta a definição dada para este grupo pelo próprio autor. Este seria assim um estudo a ser realizado com um conjunto maior de sítios a ser investigado de modo a poder ser retirado uma conclusão mais credível.

Depois desta análise cuidada à tipologia proposta por Pellicer em 1978, resta-me ainda fazer uma proposta para uma nova variante com base nas peças do Castelo de Castro Marim e pegando em duas peças como exemplo da tipologia de Pellicer. Esta nova variante seria designada de B/C 1 ou B/C 2, e que se caracterizaria por apresentar um bordo que se assemelha a uma forma circular ou trapezoidal, mas que não chega a ser de forma clara uma ou outra, parecendo ao que tudo indica ficarem num possível meio entre estas duas variantes claramente definidas como B/C 1 e B/C 2. As peças, da tipologia de Pellicer, que poderiam ir de encontro a esta nova variante seriam as peças nº 1354 (Pellicer; 1978; p.378), como sendo um exemplo da forma circular, que não se encontra ainda muito bem definida; e a peça nº 1576 (*ibidem*), como o exemplo da forma de tendência trapezoidal, mas que também já não se encontra muito bem definida (Anexos – Estampa XIX).

Não quero com isto realizar qualquer crítica ao Doutor Pellicer, muito pelo contrário, pois acredito que o trabalho desenvolvido pelo mesmo é de uma inegável qualidade científica, mas acredito ser necessário proceder a algumas alterações de modo a tornar a tipologia mais simples e aceitável para os dias de hoje. Por muito que possamos negar o avanço temporal, este traz com ele um maior conhecimento científico e o evoluir do estudo, proporcionando a descoberta de novas teorias. Não quero também conceber qualquer nova tipologia, pois acredito que esta só poderia ser realizada com um estudo mais abrangente de materiais, o que no meu caso não é o que acontece, pois estou perante apenas a presença de materiais de um único sítio, para além do facto de alguns estudos antigos não referirem qualquer estudo sobre





as pastas destes materiais, o que no caso do sítio de Cerro Macareno seria um elemento fundamental, pois muito provavelmente poderá ter sido um sítio com um relevo significativo no seio deste grupo anfórico.

Findo a análise da tipologia de Pellicer nas suas variantes das ânforas de tipo B/C, passo em seguida à análise do conjunto em estudo (Gráfico 1) no que às suas variantes diz respeito.

As B/C 1 representam no presente estudo mais de um quarto da amostra do conjunto em estudo (27,32%), mostrando um claro domínio sobre as restantes variantes nos contextos do Castelo de Castro Marim.

Destaca-se ainda o facto de quase 40% do conjunto ser composto por ânforas de tipo B/C 1 e B/C de Tradição Fenícia e Púnica, vindo reforçar a ideia da antiguidade do sítio que estudos anteriormente realizados por vários investigadores o têm demonstrado. Este dado é ainda mais realçado

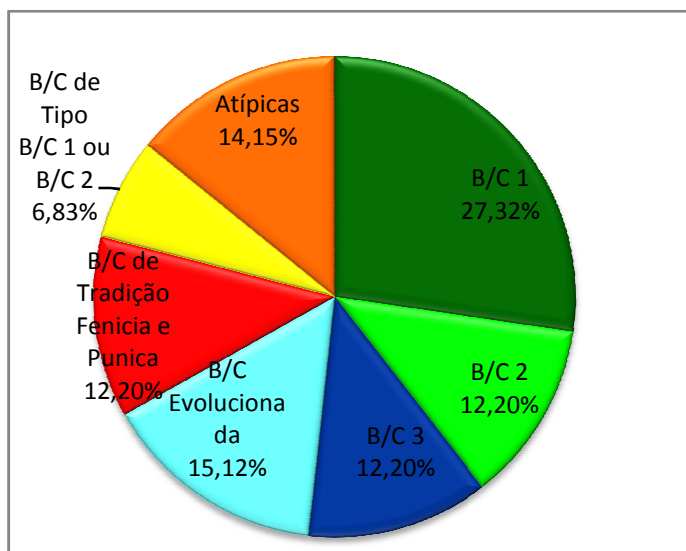


Gráfico 1 – Variantes da forma B/C.

quando a estas duas variantes se juntam as restantes variantes antigas (as B/C 2 e B/C 1 ou B/C 2), que representam no seu total 58,55% do conjunto em análise. O valor percentual das B/C de Tradição Fenícia e Púnica é igual às B/C 2, com uma amostragem de 12,20% cada uma, enquanto que a variante agora criada neste trabalho representa 6,83% do conjunto em análise.

A seguir, aparecem as variantes recentes das ânforas de tipo B/C, com uma percentagem total de 27,32% do conjunto, sendo no entanto, mais significativo o número das B/C Evolucionadas, com 15,12% da amostra, estando os restantes 12,20% entregues às B/C 3. Esta realidade mostra claramente uma diminuição das relações comerciais de ênfase de tipo B/C, sendo provavelmente os mesmos substituídos por outras formas anfóricas que aparecem no decorrer do século V a.C. e que se afirmam no decorrer do século IV a.C., como é o caso das ânforas Tiñosa; das Carmona ou das Tipo D de Pellicer.

No entanto, é significativo o número de peças com variante Atípica, pois representam 14,15% da amostra, sendo a nível independente a terceira variante mais representada no Castelo de Castro Marim. Este facto pode dever-se a dois factores, um que é o mau estado de conservação das peças, apresentando-se fragmentos muito pequenos (altura inferior a 4 cm, representa 58,51% da amostra) e a difícil classificação da variante ou mesmo da sua tipologia,





como é o caso das peças nº 181; 182 e 183 do catálogo como exemplo (Anexos – Estampa XVII). O outro facto explicativo deste número de peças Atípicas é o facto de estarmos perante materiais de forma estranha e que poderão ou não pertencer a formas mais evolucionadas das B/C, mas que o seu contexto não permite uma clara classificação, tendo assim as mesmas ficado no grupo das peças Atípicas. São exemplo deste factor as peças nº 177; 180; 185; 189; 190 (Anexos – Estampa XVII) entre outras peças do catálogo.

Assim sendo, os dados aqui presentes confirmam desde logo a antiguidade do sítio, sendo depois ao longo do tempo da II Idade do Ferro progressivamente substituídos por outras ânforas de novas tipologias e fabricos.

As ânforas de Tipo B/C de Pellicer do Castelo de Castro Marim:

c – O Tipo B/C de Pellicer: os Grupos de Fabrico.

Na definição dos grupos de fabrico dos materiais anfóricos em estudo procedemos à análise macroscópica das pastas através de uma lupa de 10 aumentos. Na descrição dos grupos tive ainda em atenção a dureza, a cozedura, os elementos não plásticos e a textura das peças. Para a definição destes elementos segui os critérios apresentados por Munsell e Steinstra.

Um outro elemento organizativo na criação dos grupos de fabrico foi a diferenciação entre grupo de fabrico e a criação de um fabrico raro. Por grupo de fabrico entendeu-se um conjunto que obtivesse mais de quatro indivíduos, ao passo que os inferiores a quatro elementos seriam definidos como fabricos raros.

No entanto, antes da enumeração dos grupos de fabrico definidos, torna-se importante um esclarecimento sobre a elaboração dos mesmos. A não realização de análises químicas às pastas inviabiliza uma construção muito viável destes grupos, pois os critérios utilizados tornam-se muito subjectivos e dependentes de quem os observa; dos seus conhecimentos geológicos; do sítio onde se parte a peça para determinação com maior fiabilidade dos grupos e das condições e meios existentes para a sua realização. Assim sendo, pode existir um ou outro indivíduo que possa suscitar algumas dúvidas ou interrogações, o que quando se colocou se optou por criar um novo tipo de fabrico, o que justifica o elevado número de fabricos raros.

Grupo I

FABRICO A

Pasta compacta, muito bem estratificada, de textura fina e cozedura forte (Modo A). Apresentam-se como pastas sonoras e com uma fractura regular. A cor da pasta varia entre um veio central de cor cinzenta e os veios laterais com uma cor avermelhada ou alaranjada, ou





então um veio central de cor avermelhada ou alaranjada e veios laterais de cor cinzenta (Imagem 3).

Os elementos não plásticos são pouco frequentes (0-10%), onde se destaca a presença de abundantes calcites e micas de pequena e média dimensão, com algumas partículas de quartzo (pequena e média dimensão) e de minerais negros (pequena dimensão). Detectam-se ainda a presença de raros elementos de cerâmica moída e/ou de ferro de pequena e grandes dimensões.

As peças apresentam uma cor interna e externa que oscila entre um castanho avermelhado e um castanho muito pálido.

Neste fabrico mais de metade das peças (30 indivíduos) apresentam um engobe, que varia entre um castanho muito pálido e um branco rosado. Salienta-se ainda o facto de deste grupo de 30 (trinta) indivíduos não ter sido possível identificar a cor do engobe em 15 (quinze) peças devido ao seu estado fragmentário.

Foram incluídas neste grupo de fabrico 53 (cinquenta e três) peças, o que corresponde a 25,36% da amostra final em estudo.



Imagem 3 – Amostra do Grupo IA.

FABRICO B

Pasta compacta, muito bem estratificada, de textura fina e cozedura forte (Modo A). Apresentam-se como pastas sonoras e com uma fractura regular. A cor da pasta varia entre um veio central de cor cinzenta e os veios laterais com uma cor avermelhada ou alaranjada, ou então um veio central de cor avermelhada ou alaranjada e veios laterais de cor cinzenta (Imagem 4).

Os elementos não plásticos são frequentes (10-20%), onde se destaca a presença de abundantes calcites e micas de pequena e média dimensão, com algumas partículas de quartzo





(pequena e média dimensão) e de minerais negros (pequena dimensão). Detectam-se ainda a presença de raros elementos de cerâmica moída e/ou de ferro de pequena e grandes dimensões.

As peças apresentam uma cor interna e externa que oscila entre um castanho avermelhado e um castanho muito pálido.

Neste fabrico metade das peças (12 indivíduos) apresentam um engobe, que varia entre um castanho muito pálido e um branco rosado. Salienta-se ainda o facto de deste grupo de 12 (doze) indivíduos não ter sido possível identificar a cor do engobe em seis devido ao seu mau estado de conservação.

Neste grupo de fabrico foram incluídos 24 (vinte e quatro) fragmentos, o que corresponde a 11,48% da amostra em estudo.



Imagem 4 – Amostra do Grupo IB.

FABRICO C

Pasta compacta, de textura fina e cozedura forte, em Modo B. Apresentam-se como pastas sonoras e com uma fractura regular. A cor da pasta é um cinzento-escuro.

Os elementos não plásticos são pouco frequentes (0-10%), onde se destaca a presença de abundantes calcites e micas de pequena e média dimensão, com algumas partículas de quartzo (pequena dimensão).

As peças apresentam uma cor interna e externa de cinzento. Uma das peças apresenta um engobe de cor cinzento claro.

Este subgrupo ficou confinado a dois elementos, que corresponde a 0,96% das peças em estudo.

O Grupo I encontra-se assim representado por um total de 79 (setenta e nove) fragmentos, os quais correspondem a uma amostra de 37,8% do conjunto em análise (Gráfico 2).



Grupo II

FABRICO A

Pasta pouco compacta, de textura fina e porosa, com uma cozedura branda (Modo A). Apresentam-se como pastas não sonoras e com uma fractura irregular. A cor da pasta apresenta duas variantes, sendo uma bicolor, onde o cerne aparece a cinzento e à volta uma cor que oscila entre os vermelhos e os amarelados, e outra variante que apresenta uma só cor que flutua entre os vermelhos e os amarelados (Imagem 5).

Os elementos não plásticos são pouco frequentes (0-10%), onde se destaca a presença de abundantes micas prateadas de pequena dimensão, com algumas partículas de quartzo e calcites de pequena dimensão, mais raros feldspatos de pequena dimensão. Detectam-se ainda a presença de raros elementos de cerâmica moída e/ou de ferro de pequena e grandes dimensões.

As peças apresentam uma cor interna e externa que oscila entre um vermelho ou laranja e um castanho muito pálido.

Neste fabrico mais de metade das peças (30 indivíduos) apresentam um engobe, que varia entre um castanho muito pálido e um branco rosado. Salienta-se ainda o facto de deste grupo de 30 (trinta) indivíduos não ter sido possível identificar a cor do engobe em 17 (dezassete) devido ao seu estado fragmentário.

Este grupo é composto por 47 (quarenta e sete) fragmentos o que representa uma amostra de 23,92% do conjunto em estudo.



Imagem 5 – Amostra do Grupo IIA.

FABRICO B

Pasta pouco compacta, de textura fina e porosa, com uma cozedura forte (Modo A). Apresentam-se como pastas sonoras e com uma fractura regular. A cor da pasta apresenta uma cor que flutua entre os vermelhos e os amarelados.

Os elementos não plásticos são pouco frequentes (0-10%), onde se destaca a presença de abundantes micas prateadas de pequena dimensão, com algumas partículas de quartzo e calcites de pequena dimensão, mais raros feldspatos de pequena dimensão. Detectam-se ainda a presença de raros elementos de cerâmica moída e/ou de ferro de pequena e grandes dimensões.





As peças apresentam uma cor interna e externa que oscila entre um vermelho ou laranja e um castanho muito pálido.

Neste fabrico apenas seis peças apresentam um engobe, de cor branca.

Foram incluídos 13 (treze) fragmentos neste grupo de fabrico, o que representa 6,22% do conjunto em estudo.

Grupo III

Pasta compacta, de textura rugosa e cozedura forte (Modo A). Apresentam-se como pastas sonoras e com uma fractura regular. A pasta apresenta-se bicolor, sendo o cerne de um cinzento claro e à volta as cores variam entre um vermelho ou amarelo pálido (Imagem 6).

Os elementos não plásticos são muito frequentes (+20%), onde se destaca a presença de abundantes feldspatos de pequena, média e grande dimensão, com frequentes partículas de quartzo e micas prateadas de pequena, média e grande dimensão e de alguns minerais negros de pequena dimensão. Detectam-se ainda a presença de raros elementos de cerâmica moída pequena dimensão.

As peças apresentam uma cor interna e externa que oscila entre um amarelo avermelhado e um castanho muito pálido.

Neste fabrico as pastas apresentam, quase na totalidade, um engobe espesso que varia entre um castanho muito pálido e um branco rosado.

Este grupo de fabrico engloba um total de 33 (trinta e três) indivíduos, o que representa uma amostra de 16,27% do conjunto em estudo.



Imagem 6 – Amostra do Grupo III.





Grupo IV

Pasta pouco compacta, muito bem estratificada, de textura esponjosa e cozedura forte (Modo A). Apresentam-se como pastas sonoras e com uma fractura regular. A pasta apresenta um cerne de cor cinzenta com veios à volta que oscilavam entre um castanho e um laranja/avermelhado ou um cerne laranja/avermelhado com veios à volta que flutuam entre o cinzento e o castanho (Imagem 7).

Os elementos não plásticos são pouco frequentes (0-10%), onde se destaca a presença de abundantes calcites e micas de pequena dimensão, com algumas partículas de quartzo de pequena, média e grande dimensão. Detectam-se ainda a presença de raros elementos de cerâmica moída.

As peças apresentam uma cor interna e externa que oscila entre um cinzento e um avermelhado.

Neste fabrico algumas peças (cinco) apresentam um engobe cuja cor varia entre um castanho muito pálido e um branco rosado.

O Grupo em análise é composto por um total de 15 (quinze) peças que representam 7,18% do conjunto em estudo.



Imagem 7 – Amostra do Grupo IV.

Grupo V

FABRICO A

Pasta compacta, de textura lisa e cozedura forte (Modo A). Apresentam-se como pastas sonoras e com uma fractura regular. A pasta apresenta uma cor que flutua entre o cinzento claro e o amarelo avermelhado (Imagem 8).





Os elementos não plásticos são muito frequentes (+20%), onde se destaca a presença de abundantes calcites amarelas de pequena dimensão, com raros minerais negros opacos e de micas de pequena dimensão. Detectam-se ainda a presença de raros elementos de cerâmica moída.

As peças apresentam uma cor interna e externa que oscila entre um castanho claro avermelhado e um amarelo avermelhado.

Neste fabrico metade das pastas (3 peças) apresentam um engobe cuja cor varia entre um castanho muito pálido e um branco rosado.

Este grupo de fabrico inclui seis fragmentos, que representam 2,87% do conjunto em estudo.



Imagem 8 – Amostra do Grupo VA.

FABRICO B

Pasta compacta, muito bem estratificada e cozedura forte (Modo A). Apresenta-se como pasta sonora e com uma fractura de tendência regular. A pasta apresenta um cerne de cor cinzento rosado e à volta uma oscilação entre o amarelo avermelhado e o vermelho claro (Imagem 9).

Os elementos não plásticos são muito frequentes (+20%), onde se destaca a presença de abundantes calcites brancas de pequena dimensão, no interior da pasta. Na parte interna e externa da peça encontramos uma maior abundância de micas de pequena dimensão e raros minerais negros.

A peça apresenta uma cor externa rosa. A cor interna apresenta uma tonalidade que varia entre o rosa e o amarelo avermelhado. Um dos indivíduos deste fabrico parece apresentar marcas de um possível engobe.

Neste grupo de fabrico foram incluídas três peças, que representam 1,43% da amostra do conjunto em análise.





Imagem 9 – Amostra do Grupo VB.

Fabrico Raro 1

Pasta compacta, muito bem estratificada, de textura rugosa e cozedura forte (Modo A). Apresenta-se como pasta sonora e com uma fractura regular. A pasta apresenta um cerne de cor cinzento acastanhado e à volta um vermelho claro (Imagem 10).

Os elementos não plásticos são pouco frequentes (5-10%), onde se destaca a presença de abundantes micas prateadas, calcites e feldspatos de pequena dimensão.

A peça apresenta uma cor interna e externa de vermelho claro. Foi ainda identificado um engobe na peça de cor rosa.

Este grupo é composto por apenas um indivíduo, o que representa 0,48% do conjunto em estudo.



Imagem 10 – Amostra do Grupo Raro 1.



Fabrico Raro 2

Pasta compacta, de textura lisa e cozedura branda (Modo A). Apresenta-se como pasta não sonora e com uma fractura irregular. A pasta apresenta uma cor castanha muito pálida (Imagem 11).

Os elementos não plásticos são pouco frequentes (0-5%), onde se destaca a presença de frequentes calcites brancas e micas de pequena dimensão, com raros minerais negros de pequena dimensão.

A peça apresenta uma cor externa de castanho muito pálido. A cor interna não é possível determinar devido ao estado fragmentado da peça. Foi ainda identificado um engobe na peça de cor castanho muito pálido.

Este grupo é composto por apenas uma peça, o que representa 0,48% do conjunto em estudo.



Imagem 11 – Amostra do Grupo Raro 2.

Fabrico Raro 3

Pasta compacta, de textura lisa e cozedura forte (Modo A). Apresenta-se como pasta sonora e com uma fractura regular. A pasta apresenta uma cor castanho claro avermelhado e cinzento azulado (Imagem 12).

Os elementos não plásticos são frequentes (cerca de 10%), onde se destaca a presença de abundantes manchas de calcário de grandes dimensões, algumas micas de pequena dimensão e elementos de ferro de grandes dimensões. Raros elementos cerâmicos de pequena dimensão.

A peça apresenta uma cor externa de castanho claro, cinzento e cinzento-escuro. Estas duas últimas cores serão muito provavelmente marcas pós-deposicionais. A cor interna varia entre o cinzento e o cinzento-escuro.

Este grupo é composto por apenas um fragmento, o que representa 0,48% do conjunto em estudo.





Imagem 12 – Amostra do Grupo Raro 3.

Fabrico Raro 4

Pasta pouco compacta, de textura esponjosa e cozedura forte (Modo A). Apresenta-se como pasta sonora e com uma fractura regular. A pasta apresenta uma cor castanho claro e amarelo avermelhado (Imagem 13).

Os elementos não plásticos são pouco frequentes (0-5%), onde se destaca a presença de algumas calcites de pequena dimensão. Raros elementos de quartzo e micas de pequena dimensão e ocasionais partículas ferruginosas de grandes dimensões.

A peça apresenta uma cor externa de castanho muito pálido. A cor interna apresenta uma tonalidade castanho claro.

Este grupo é composto por apenas uma peça, o que representa 0,48% do conjunto em estudo.



Imagem 13 – Amostra do Grupo Raro 4.

Fabrico Raro 5

Devido ao estado muito fragmentário da peça tornou-se difícil incluir esta peça num outro grupo de fabrico, pelo que decidi fazer a sua abordagem em separado.





Pasta compacta, de uma aparente textura lisa e cozedura média (Modo A). A pasta apresenta uma cor cinzento rosado (Imagem 14).

Os elementos não plásticos são frequentes (cerca de 10%), onde se destaca a presença de abundantes micas, frequentes quartzos, calcites e minerais negros. Raros elementos de feldspato. Os e.n.p. são todos de pequena dimensão.

A cor interna e externa da peça foi impossível determinar com clareza devido ao mau estado da peça em questão.

Este grupo é composto por apenas um fragmento, o que representa 0,48% do conjunto em estudo.



Imagem 14 – Amostra do Grupo Raro 5.

Fabrico Raro 6

Pasta pouco compacta, de textura rugosa e cozedura média (Modo A). Apresentam-se como pastas não sonoras e com uma fractura de tendência irregular. A pasta apresenta uma cor que oscila entre o rosa e o castanho muito pálido (Imagem 15).

Os elementos não plásticos são muito frequentes (+20%), onde se destaca a presença de abundantes calcites de pequena e média dimensão. Raros elementos de quartzo e minerais negros de pequena dimensão. Ocasionalmente elementos cerâmicos de médias dimensões.

A peça apresenta uma cor externa e interna que varia entre o rosa e o castanho muito pálido. Um dos indivíduos deste fabrico apresenta um engobe de cor branca.

Este grupo é composto por três peças, o que representa 1,43% do conjunto em estudo.



Imagem 15 – Amostra do Grupo Raro 6.





Fabrico Raro 7

Pasta pouco compacta, de textura rugosa e cozedura média (Modo A). Apresentam-se como pastas não sonoras e com uma fractura de tendência irregular. A pasta apresenta uma cor que oscila entre o cinzento e o castanho (Imagem 16).

Os elementos não plásticos são frequentes (cerca de 15%), onde se destaca a presença muito abundante de calcites brancas de pequena dimensão e algumas micas de pequena dimensão. Raros elementos de quartzo e minerais negros de pequena dimensão.

A peça apresenta uma cor externa de castanho. A cor interna apresenta uma tonalidade rosa.

Este grupo é composto por apenas um indivíduo, o que representa 0,48% do conjunto em estudo.



Imagem 16 – Amostra do Grupo Raro 7.

Os Grupos I; III; IV; V; e os Fabricos Raros 1; 2; 3; 4; 5; 6 e 7 foram incluídos no grupo do “Extremo Occidente Indeterminado” de Ramon Torres (1995, p.257).

O Grupo III e IV podem também ter uma possível origem de fabrico na área do meio do curso do Rio Guadalquivir, numa zona entre a da Campiña do Guadalquivir e a zona de Sevilha. Este justifica-se pela textura arenosa das peças, e pela grande abundância de Feldspatos, micas e quartzo, de pequena, média e grandes dimensões. O que aponta para uma possível proveniência de pastas de uma zona de rio. No entanto, estes dados só com maiores estudos, nomeadamente análises químicas poderiam solucionar-se (Anexos – Mapa 3).

O Grupo V aparenta semelhanças morfológicas com as produções do Norte de África (desde o Estreito de Gibraltar até à zona do Oceano Atlântico e até ao sul de Marrocos), muito devido à grande abundância de calcites, como uns dos mais característicos elementos não plásticos desta zona de produção e semelhantes ao Grupo A definido por Mohamed Kbiri Alaoui e Brahim Millou para os centros produtores de Kuass (Alaoui, 2007, p.68).





O Grupo II apresenta-se como tendo uma origem na “área da Baía de Cádiz”. As pastas deste grupo apresentam uma cozedura que oscila entre a branda e o forte (estando aqui a subdivisão dentro deste grupo); uma grande porosidade, presença de poucos elementos não plásticos, destacando-se, no entanto, a presença de abundantes micas prateadas, algumas partículas de quartzo e de raros elementos de feldspatos (Anexos – Mapa 3).

A análise dos dados quantitativos dos Grupos de Fabrico permite afirmar a existência de um domínio claro do Grupo I, com mais de 1/3 do conjunto em análise (Gráfico 2). No entanto, não se pode deixar de analisar o significado do Grupo II, que recolhe mais de 30% do conjunto e, além disso, é o único Grupo de Fabrico que tem uma zona identificada para a sua produção, a Baía de Cádiz.

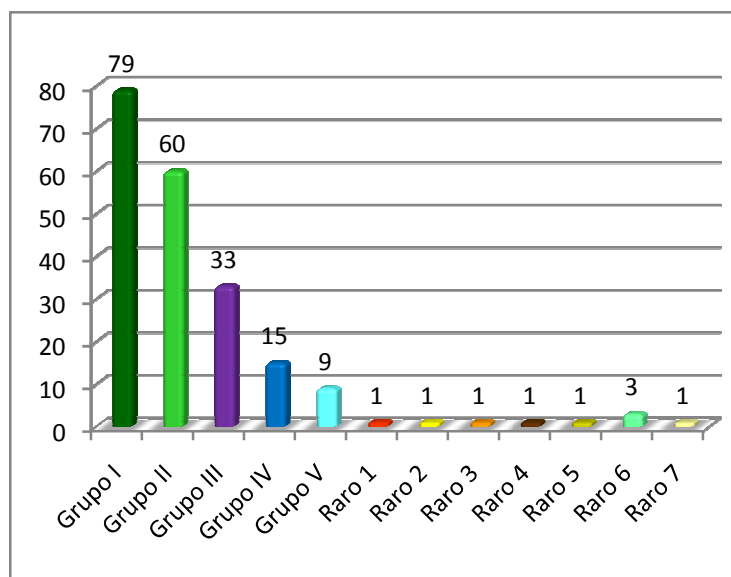


Gráfico 2 – Grupos de Fabrico das B/C.

Se um dia se vier a produzir análises químicas aos materiais e se provar a possível proveniência dos Grupos III e IV da zona média/baixa do Guadalquivir, então poderemos estar perante uma grande área de produção (área da Andaluzia) que começava a mostrar o seu valor e que viria a ser totalmente visível no período romano. No total, estes dois grupos mais o Grupo II teriam 53,59%, o que representa mais de metade do conjunto em análise (Gráfico 2). No entanto, ainda não podemos fazer esta análise devido à falta de documentação que o possam comprovar.

O Grupo V é muito interessante de se observar e verificar o seu evoluir ao longo do período de comercialização das ânforas de Tipo B/C de Pellicer. Isto porque a sua possível proveniência Norte Africana pode revelar-se interessante num estudo comercial e analisando o que pode ser já os primórdios de uma grande rede de comercialização como a que os romanos construíram no Mediterrâneo durante o seu Império.

Interessante e intrigante é o número significativo de Grupos de Fabrico Raro, sete no total. No entanto, a nível percentual estes sete grupos de fabrico não tem grande significado, pois representam 4,31% do conjunto em análise. O intrigante destes grupos é o facto de serem muitos e de mostrarem vários centros produtores que se encontram muito desconhecidos e que precisam de muito trabalho para serem revelados. O interessante reside no facto de existirem



estes vários centros produtores, o que mostra que estaremos perante um tipo anfórico que seria muito utilizado no comércio do período em causa. No entanto, as análises químicas poderão um dia vir a provar que estaremos perante a mesma zona de produção e não perante sítios tão diferentes, vindo assim questionar a hipótese acima avançada.

O estudo das variantes presentes em cada grupo de fabrico mostra resultados muito interessantes e que serão a seguir expostos por cada grupo de fabrico (Anexos – Gráfico 4).

No Grupo I (Gráfico 3) assistimos a um domínio das variantes mais antigas, com 70,89% da amostra. Dentro deste grande grupo de variantes antigas destacam-se as variantes B/C 1 e B/C 2, com 25,32% e 21,52% respectivamente. Salienta-se ainda a percentagem significativa que as variantes B/C 1 e B/C de Tradição Fenícia e Púnica adquirem neste grupo, pois representam 41,78% do conjunto. As B/C 3 e as B/C Evolucionadas apresentam uma percentagem pouco significativa (17,72%) no contexto do grupo em análise, tendo

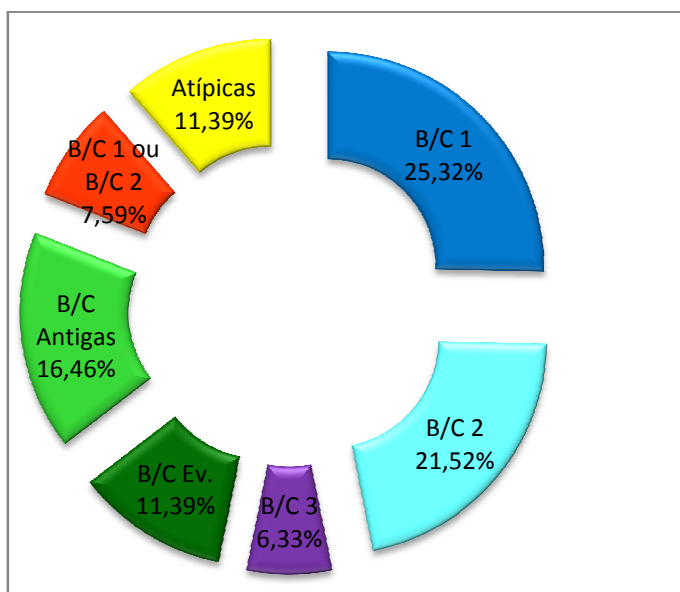


Gráfico 3 – Variantes do Grupo I.

no entanto, as B/C Evolucionadas um maior destaque com uma percentagem de 11,39% da amostra. As B/C de variante Atípicas apresentam-se neste grupo também com pouco significado, pois ostentam apenas 11,39% do conjunto em análise.

O domínio das variantes antigas é mais ou menos inequívoco em todos os grupos de fabrico, com excepção do Grupo II (Gráfico 4), onde as variantes recentes apresentam um domínio claro, com 51,67% da amostra. 15% da amostra deste grupo são de formas Atípicas e os restantes pertencentes às variantes antigas,

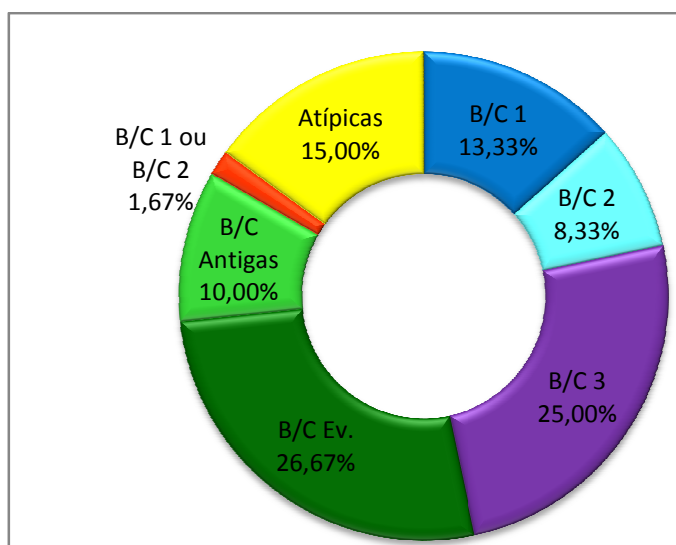


Gráfico 4 – Variantes do Grupo II.



com valores semelhantes entre as B/C 1; B/C 2 e B/C de Tradição Fenícia e Púnica.

No Grupo de Fabrico III (Gráfico 5) dentro do domínio claro das variantes antigas (63,63%), destaca-se o poderio das B/C 1 com 42,42% da amostra, o que o torna muito significativo no conjunto em análise. Destaque ainda para a quase ausência de B/C 2, encontrando-se apenas presente um único elemento, estando aqui um dos pontos que me interroga.

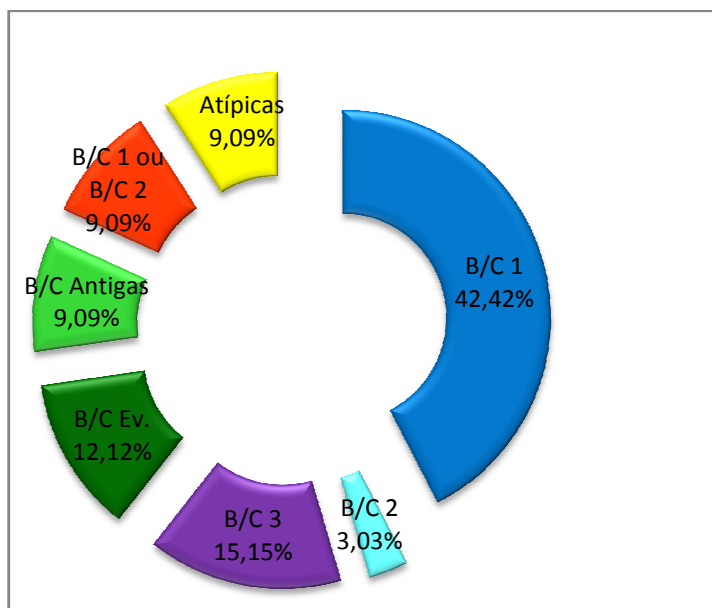


Gráfico 5 – Variantes do Grupo III.

As B/C de Tradição Fenícia e Púnica; as B/C 1 ou B/C 2 e as B/C Atípicas apresentam aqui valores iguais, com 9,09% da amostra, cada uma. As variantes recentes encontram-se aqui com um maior significado em relação ao Grupo de Fabrico I, pois representam 27,27% da amostra, com destaque para as B/C 3 com 15,15% do conjunto, o que é mais do dobro em relação ao Grupo I, mostrando assim claras diferenças entre os dois grupos em causa.

O domínio das variantes antigas é avassalador no Grupo IV (Gráfico 6), com 73,33% da amostra, sendo as B/C 1 a variante mais representada com 53,33% do valor acima mencionado. Seguem-se depois as B/C 1 ou B/C 2 com 13,33% do conjunto, ao passo que os restantes 6,67% são das B/C de Tradição Fenícia e Púnica. Destaque

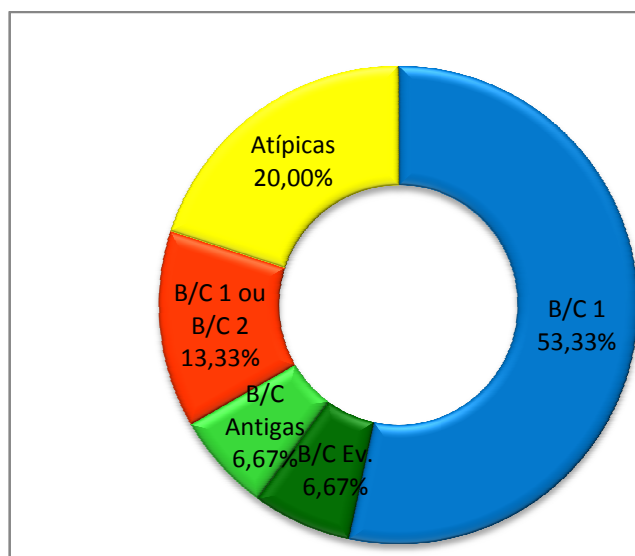


Gráfico 6 – Variantes do Grupo IV.

neste grupo ainda para a ausência das variantes

B/C 2 e B/C 3, o que é muito curioso, pois esta falta pode representar uma paragem na produção deste modelo anfórico na região ou então de um interregno das importações desta região para o Castelo de Castro Marim, isto no que ao sítio em estudo concerne. É, no entanto, ainda muito significativo o número de B/C de variante Atípica, com 20% da amostra, o que representa um quarto da amostra do grupo em estudo.



O Grupo V (Gráfico 7) é um grupo diferente dos anteriormente descritos, pois o domínio individual das variantes é exercido pelas B/C de variante Atípica, com 45% do conjunto em análise, o que é muito invulgar ou mesmo raro nos materiais de cada grupo de fabrico, deixando-me várias interrogações e para as quais não tenho respostas, muito devido ao facto de este ser um conjunto de materiais atípicos. Entre as perguntas que ficam sem resposta temos: O porquê desta situação ocorrer unicamente neste grupo de fabrico?; O que terá ocorrido para que tal situação se verifique?; entre outras questões que ficam sem respostas e que só o evoluir dos estudos e o aparecimento dos mesmos sobre esta forma anfórica, em particular, poderão vir a fornecer os elementos necessários para as respostas a estas perguntas e a muitas outras que possam entretanto surgir.

Neste grupo é ainda observável o domínio das variantes antigas com 44% da amostra, o que as remete para uma posição de igualdade percentual da variante Atípica. No entanto, a variante mais significativa, dentro das variantes

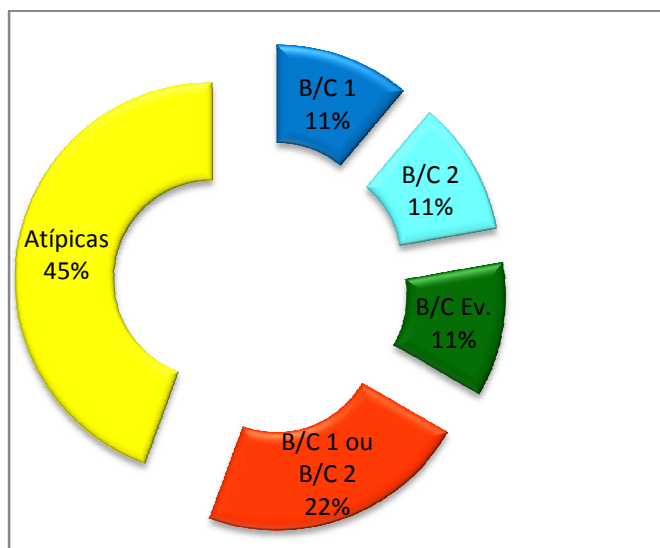


Gráfico 7 – Variantes do Grupo V.

antigas, é a B/C 1 ou B/C 2, com 22% da amostra, sendo os restantes 22% divididos pelas B/C 1 e B/C 2. Destaque aqui para a pouca representação das B/C recentes, pois é apenas representada pelas B/C Evolucionadas com uma amostra de 11%, ao passo que as B/C 3 se encontram mais uma vez ausentes.

No Grupo dos Fabricos Raros (Gráfico 8), as variantes antigas dominam claramente com uma expressividade muito grande, pois ostentam uma percentagem de 88, 89% da amostra, sendo no entanto as B/C 1 as que mais se destacam com uma percentagem de 55,56%, seguidas pelas B/C de Tradição Fenícia e Púnica com 22,22% e das B/C 2 com 11,11%

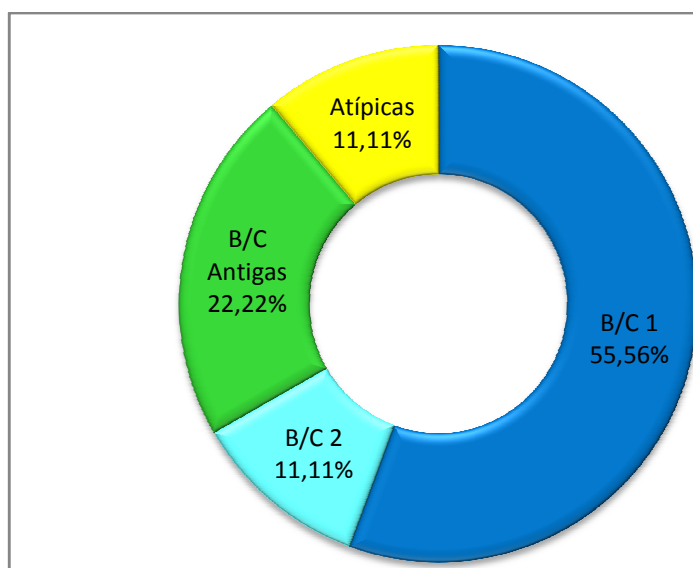


Gráfico 8 – Variantes do Grupo dos Raros.





da amostra. Os restantes 11,11% do grupo são preenchidos pelas peças de variante Atípica, o que mostra a total ausência das variantes recentes nestes grupos de fabrico, o que nos pode questionar sobre a sua exclusiva antiguidade no fabrico desta forma anfórica. No entanto, é muito especulativo este raciocínio, pois trata-se de pequenos grupos de amostragem, tendo apenas 4,4% da amostra no conjunto total em estudo e por serem somente peças de um único sítio arqueológico.

Perante tudo isto, podemos dizer que as B/C 1 dominam na maioria dos grupos de fabrico em estudo, com excepção do Grupo II e do Grupo V, onde dominam as B/C 3 e B/C Evolucionadas no primeiro caso, ao passo que no segundo caso dominam as B/C Atípicas. Isto mostra duas coisas, a primeira é que a região de Cádiz teve um maior domínio da produção das B/C 3 e B/C Evolucionadas, o que mostra uma produção mais tardia destas ânforas (século IV e III a.C.). Os restantes grupos de fabrico mostram uma tendência para a produção desde o início da circulação desta forma anfórica, no decorrer/meados do século VI até ao século III a.C., existindo no entanto, um domínio mais significativo entre o século V e o século IV a.C. Não podemos contudo explicar o porquê de as B/C Atípicas aparecerem em grande quantidade no Grupo V, comparativamente com os restantes grupos de fabrico, onde as mesmas aparecem com uma percentagem entre 10 e 15% da amostra.

Um outro facto a reter e a servir de análise é a ausência em alguns grupos de fabrico das variantes B/C 2 e B/C 3, o que é muito significativo e pode ser explicado por algumas passagens cronológicas que ainda se encontram por explicar na historiografia recente, tal como é a passagem do século V para o século IV a.C., e que nos centros produtores se observa muito bem, com uma mudança real nas produções, mas que ainda não foi muito bem explicada. Estas mudanças não teriam sido no entanto produzidas de uma forma abrupta, mas sim de uma forma faseada, sendo substituídos estes contentores anfóricos por outros mais recentes (novas tipologias, como as Tiñosa; as Carmona; as Tipo D de Pellicer, entre outras). Assim este facto pode ser explicado por estas mudanças ou então por uma diminuição da procura dos habitantes do Castelo de Castro Marim no decorrer deste período de transição.

As ânforas de Tipo B/C de Pellicer do Castelo de Castro Marim:

d – O Tipo B/C de Pellicer: os Contextos.

Os materiais em estudo derivam principalmente de três sítios, Sector 1; Corte 1 e Corte 3, ao qual se somam depois o Corte 2 e os materiais descontextualizados (superfície; limpeza e em branco) que representam muito pouco ou nada na amostra, pois são simplesmente 4,88% do conjunto em estudo.



Dentro dos três principais áreas de proveniência, destaca-se o Sector 1, com 62,44% da amostra a provir deste lugar. Segue-se depois o Corte 3, com 23,41% da amostra em estudo e por fim aparece o Corte 1 com 9,27% da amostra. No entanto, o Sector 1 e o Corte 1 são os sítios de maior significado, pois são aqueles que maior quantidade de informações de contextos da Idade do Ferro forneceu, sendo os restantes períodos cronológicos pouco representativos na amostra, no que a estes dois sítios concerne.

Uma outra vantagem do maior número de peças ter uma proveniência do Sector 1 é o facto de este sector ter sido escavado segundo os métodos mais recentes de escavação arqueológica, em *open area*, e ao qual se junta ainda a vantagem de ser uma escavação mais recente que as do Corte 1 e Corte 3. Além destes factores nota-se ainda um outro que é o olhar dos arqueólogos que elaboraram a mesma escavação, pois aquando da

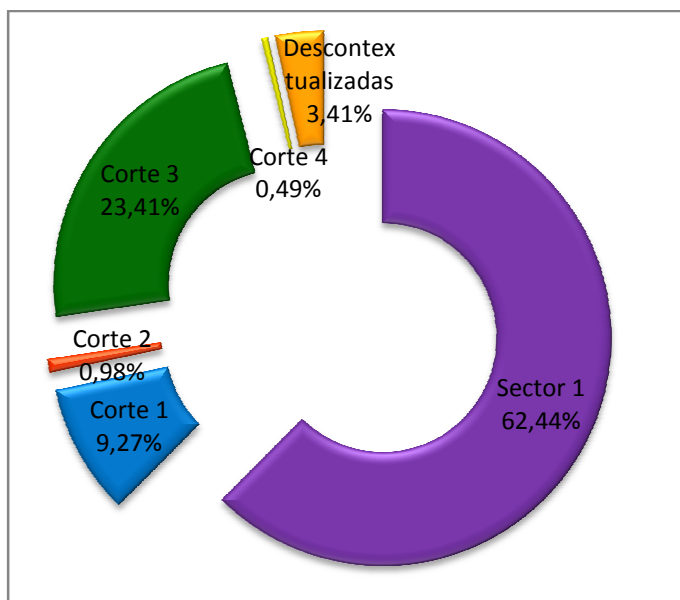


Gráfico 9 – Proveniência dos materiais em estudo.

escavação do Sector 1 os arqueólogos responsáveis sabiam já de alguns dos mais recentes problemas do período da Idade do Ferro e tiveram uma atenção mais qualificada a estes pormenores.

Esta proveniência, mais segura, das peças do Sector 1 permite uma melhor abordagem ao trabalho e permite que as conclusões sejam melhores do que se verificasse o que acontece no Corte 3, onde a maioria dos materiais derivam de contextos romanos e modernos, o que dificulta muito o seu estudo e a sua análise.

Das peças de proveniência do Sector 1 destaque para as U.E. [80 e 89], pois no total representam 51,94% da amostra, o que é muito significativo para o estudo em causa, por estas duas Unidades Estratigráficas serem muito bem conhecidas e caracterizadas, até mesmo ao nível cronológico, com uma datação da 2ª metade do século V a.C. Seguem-se depois as Unidades Estratigráficas [360] e [766], com 10,08% e 5,43% da amostra respectivamente. A última Unidade Estratigráfica é também datada da 2ª metade do século V a.C. e com a U.E. [616] formam as grandes Unidades Estratigráficas da 2ª metade do século V a.C. presentes no trabalho em causa, representando 60,47% da amostra.



A U.E. [360], acima referida, é a segunda Unidade Estratigráfica mais representada no conjunto e é geralmente datada do período Moderno.

Estas são as Unidades Estratigráficas com maior representatividade do conjunto em análise do Sector 1, no entanto, a restante percentagem de 39,53% da amostra é composta por Unidades Estratigráficas com uma ou duas peças, o que não permite grandes conclusões sobre as mesmas.

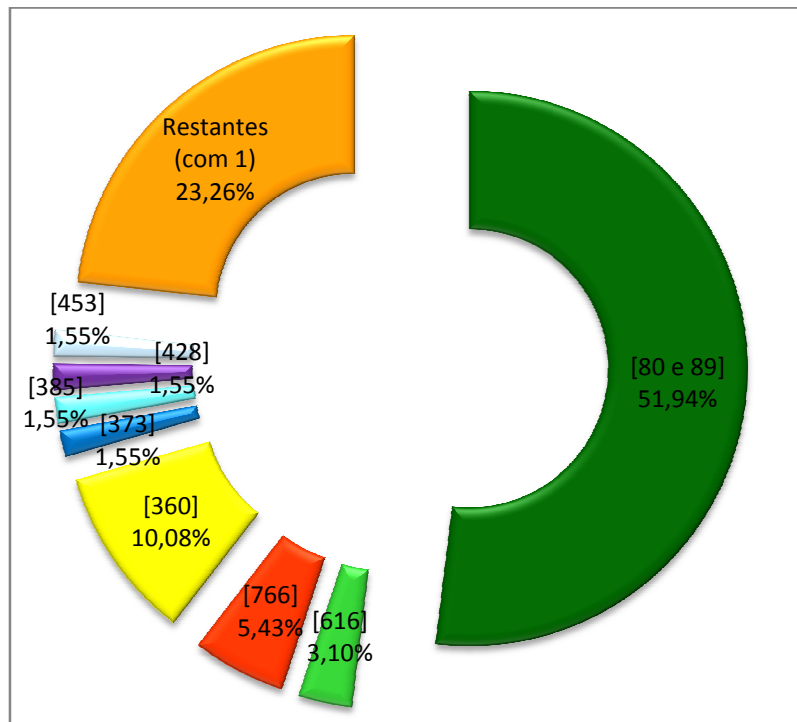


Gráfico 10 – U.E. donde derivam os materiais do Sector 1.

No que diz respeito ao Corte 1, a quadrícula melhor representada é a quadrícula E3, com 36,84% dos materiais do Corte 1. No entanto, se a esta quadrícula juntarmos a quadrícula F3, com 5,26%, teremos uma amostra de 42,10% do conjunto do Corte 1. Esta junção é devida ao facto de as quadrículas em causa serem iguais no que às suas características e cronologias diz respeito.

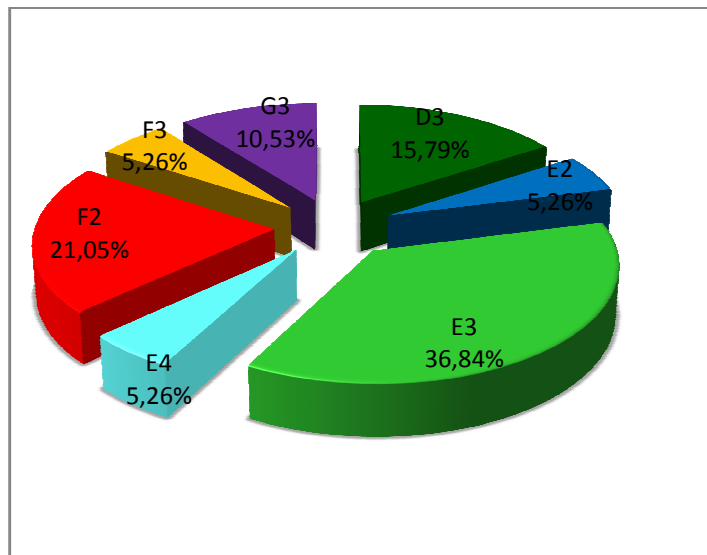


Gráfico 11 – Quadrículas donde derivam os materiais do Corte 1.

A seguir aparece então a quadrícula F2, com 21,05% da amostra em causa, sendo assim a segunda quadrícula mais representada do Corte 1. Se a esta quadrícula lhe juntarmos a quadrícula E2 e E4, com 5,26% cada uma, teremos um total de 31,57% do conjunto do Corte 1. Esta junção é realizada devido à igualdade de características e cronologias entre as mesmas.



No total, estas quatro quadrículas (E3; F3; E4; E2; F2) representam 73,67% da amostra do Corte 1, o que é mais de dois terços da amostra e revela a importância destas quatro quadrículas, nos contextos derivados do Corte 1 no estudo em causa.

No que ao Corte 3, diz respeito, a quadrícula mais representada é a D4, com 35,42% da amostra em estudo. No entanto, esta é uma quadrícula especial, pois devido ao facto de se ter aberto uma fossa moderna, os estratos do período Romano e da Idade do Ferro sofreram intrusões de materiais de outros períodos ou então aconteceu o contrário, onde os materiais mais antigos podem ter saído do seu contexto original passando para contextos secundários, como teria muito provavelmente ocorrido com os materiais em estudo desta quadrícula.

Encontra-se assim explicado a possível razão para o facto de se encontrar um grande número de materiais desta quadrícula em contextos romanos e do período moderno.

Seguem-se quatro quadrículas com percentagens muito significativas, a C5 e as B6; C4 e D5, com 12,5% a primeira e 10,42% as restantes quadrículas. Podemos assim

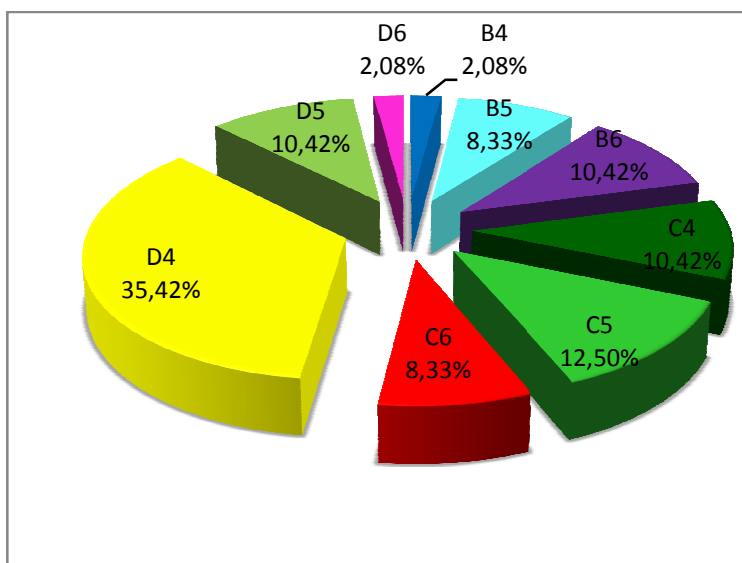


Gráfico 12 – Quadrículas donde derivam os materiais do Corte 3.

verificar que estas cinco quadrículas do Corte 3 dominam em grande quantidade a proveniência dos materiais do mesmo Corte, pois representam 79,18% da amostra final do Corte 3.

Observamos assim um grande número de sítios de proveniência dos materiais em estudo, mostrando, no entanto, um maior domínio do Sector 1 no conjunto.

Após a explicação acima mencionada sobre a proveniência dos materiais em estudo no presente trabalho, passamos agora a explicar os contextos gerais destas unidades estratigráficas e destas quadrículas, porque são as que se encontram melhor representadas no conjunto em estudo. No entanto, falaremos das restantes unidades estratigráficas e quadrículas de um modo mais simplista no quadro final em anexo, pois são unidades estratigráficas e quadrículas pouco representadas no conjunto em estudo, na maioria dos casos com 1 ou 2 elementos cada.

As Unidades Estratigráficas [80 e 89] são aquelas que maior quantidade de peças fornecem ao presente trabalho, tendo uma percentagem de quase 52% da amostra recolhida do Sector 1.





Estas duas unidades permitem que se retire algumas conclusões muito devido a dois factores: o primeiro é a circunstância de se tratar de contextos muito claros na sua definição, pois trata-se de uma camada composta por “...uma grande quantidade de cerâmica fracturada *“in situ”*, em volta num sedimento muito fino (limo) que, em termos de compactação, se encontrava entre o macio e o firme.” (Arruda e Freitas, 2001, p.11). Trata-se muito provavelmente de um depósito cerâmico, onde a forma mais característica são as ânforas, embora muito fragmentadas. No entanto, existem recipientes onde os bordos e os fundos ficaram mais ou menos intactos ou fragmentados podendo, por vezes, os seus fundos conterem sementes carbonizadas no seu interior. A isto junta-se também o facto de alguns dos bordos que assentam directamente no chão conterem também as mesmas sementes carbonizadas. Uma outra característica destas camadas é o facto de apresentarem marcas de fogo que não são uniformes, tendo algumas peças acções visíveis destas marcas, como é a vitrificação. Entre os outros materiais detectados, destacam-se as inúmeras centenas de contas de colar cerâmico; os fragmentos de cerâmica ática, entre os quais as Taças Cástulo e as Taças Kilyx; várias taças de cerâmica cinzenta, entre muitos outros materiais.

Uma outra condição de destaque destas Unidades Estratigráficas é a sua clara cronologia, tendo-lhes sido atribuída, pelos autores da escavação, a cronologia da 2ª metade do século V a.C. com base na presença de cerâmica ática.

A interpretação realizada pelos arqueólogos da escavação sobre estas Unidades Estratigráficas é muito complexa, pois num primeiro momento o que se pensou foi que pudesse ser um sítio de armazenamento devido ao grande número de ânforas encontradas com sementes no seu interior. No entanto, se olharmos ao resto do material encontrado então teremos um possível depósito votivo, pois encontram-se muitas cerâmicas áticas, contas de colar, cossoiros e de artefactos de metal e osso.

No que ao presente trabalho diz respeito, posso dizer que da análise realizada das duas U.E., as variantes presentes são na sua maioria absoluta de períodos mais antigos, tal como a datação das unidades assim o indica.

O domínio expressivo das B/C 1, com 40,3% da amostra, sublinha claramente a confirmação da datação das Unidades Estratigráficas, dado esta variante ser maioritariamente comerciada no decorrer do século V a.C., tal como se observa no Cerro Macareno.



Segue-se a seguir o grupo dos materiais de variante Atípica, com 23,88% da amostra, o que coloca sempre algumas questões, nomeadamente o porquê desta situação. No entanto, este número pode ser explicado por uma necessidade de precaução na classificação de algumas peças de modo a não criar problemas na tipologia estabelecida e adoptada neste trabalho. O outro factor pode ser a

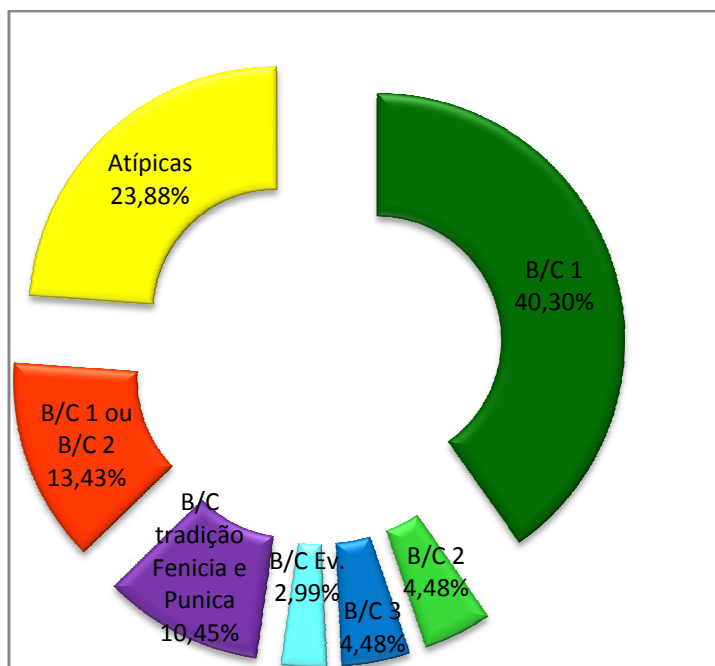


Gráfico 13 – Variantes da U.E. [80 e 89].

fragmentação de algumas das peças, que as torna de um tamanho muito reduzido, complicando sempre a sua classificação tipológica.

De seguida aparecem as variantes B/C 1 ou B/C 2 e as de Tradição Fenícia e Púnica, com 13,43% e 10,45% respectivamente, o que somado às B/C 1 e B/C 2 perfazem uma amostra total de 68,66% do conjunto, correspondendo assim a mais de dois terços da amostra destas U.E. Isto confirma uma vez mais a cronologia tardia destas duas unidades estratigráficas.

Destaque ainda para o número de indivíduos das variantes recentes, B/C 3 e B/C Evolucionadas, pelo facto de serem meramente residuais na amostra, ocupando um total de 7,47% da amostra, divididos por 4,48% de B/C 3 e de 2,99% de B/C Evolucionadas. Estes dados confirmam a própria cronologia das U.E., pois estes indivíduos podem ser justificados por uma intrusão de materiais de camadas superiores ou por outros factores avessos à própria estratificação, como seja o facto, do retirar da peça do seu contexto e não a colocar imediatamente dentro do saco de materiais da respectiva Unidade e depois se poder colocar noutro saco por despiste de uma outra unidade que estivesse ainda a ser escavada noutra zona da escavação.

Um outro factor destas duas unidades que me interroga muito é o baixo número de B/C 2, pois representam somente 4,48% da amostra. Este facto deve-se em muito a esta variante se encontrar já em circulação na Turdetânia. O porquê desta situação se verificar, é uma dúvida para a qual não consigo ainda dar resposta e para a qual só o avançar dos estudos sobre estes materiais anfóricos em outros sítios poderá tentar solucionar estas dúvidas, de modo a perceber se estamos perante um facto meramente residual no Castelo de Castro Marim ou se é uma



realidade mais ampla. O estudo dos materiais de Tavira poderia vir solucionar muitos problemas que se encontram em aberto, tal como o estudo mais profundo dos materiais do Cerro Macareno com base nas novas práticas científicas.

No que aos grupos de fabrico diz respeito, posso retirar duas claras conclusões da amostra presentemente em estudo.

A primeira, é que dominam os fabricos de zonas indeterminadas, com maior expressão para o Grupo I, com 41,79% da amostra e do Grupo III com 23,88%, representando no total os dois grupos 65,67% da amostra do conjunto das unidades estratigráficas em causa. A outra conclusão é o facto de o Grupo II, adstrito à área de Cádiz, se

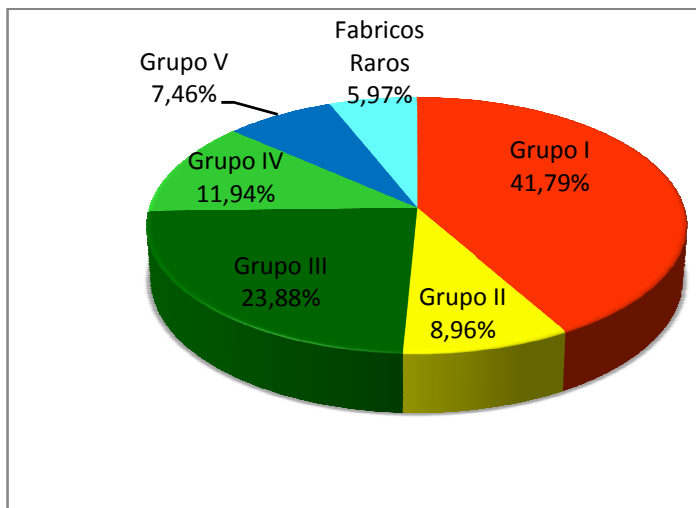


Gráfico 14 – Grupos de Fabrico da U.E. [80 e 89].

encontrar pouco representado (8,96%), mostrando ao mesmo tempo que os centros produtores da Baía de Cádiz não forneciam ainda grandes quantidades desta forma anfórica ao Castelo de Castro Marim, neste período cronológico.

Um outro dado, ainda que de menor relevo que os anteriores, é a ocorrência de o Grupo V se encontrar aqui representado por mais de metade dos seus elementos (cinco num grupo de nove), o que é muito significativo e pode sugerir alguns contactos esporádicos com o Norte de África (zona Atlântica) no decorrer deste período, isto tomando como provado que este grupo de fabrico terá origem nesta região.

Os outros grupos assumem percentagens pouco significativas nas contas do total dos grupos de fabrico das U.E. [80 e 89].

A U.E. [360] é definida pelos autores como um estrato de entulhos que cobre toda a área intervencionada em 2002, onde se recolheram diversos materiais anfóricos de diversos períodos cronológicos, nomeadamente da

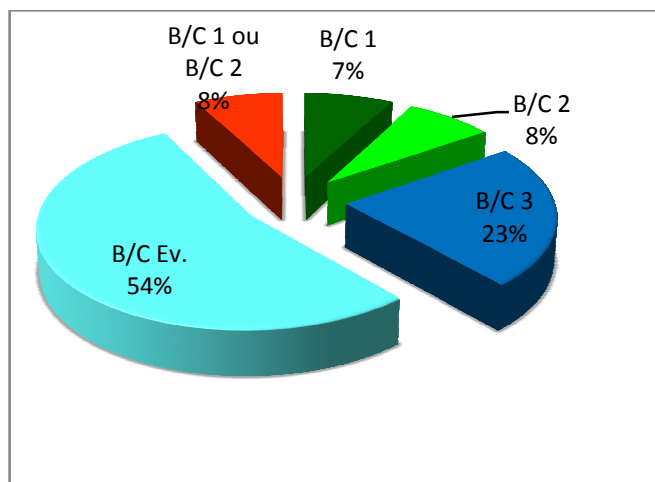


Gráfico 15 – Variantes da U.E. [360].

Idade do Ferro e do período Romano. No entanto, esta é geralmente datada do período



Moderno. Dos materiais recolhidos destacam-se as sigillatas; as paredes finas; a cerâmica comum; as lucernas e as ânforas, todos materiais do período romano, ao passo que da Idade do Ferro destacam-se a presença de ânforas de tipologia variada; de cerâmica pintada em bandas; cerâmica cinzenta e cerâmica ática de verniz negro ou de figuras vermelhas.

Dos materiais do presente trabalho, a variante com maior significado são as B/C Evolucionadas, com 54% da amostra da U.E., seguindo-se as B/C 3 com 23%. Estas duas variantes representam 77% da amostra, o que descreve uma realidade concreta, e que já atrás foi mencionada, que é a ocorrência de muitas B/C Evolucionadas em contextos romanos ou modernos, tal como algumas B/C 3. Identificou-se ainda uma B/C 1; uma B/C 2 e uma outra de variante B/C 1 ou B/C 2.

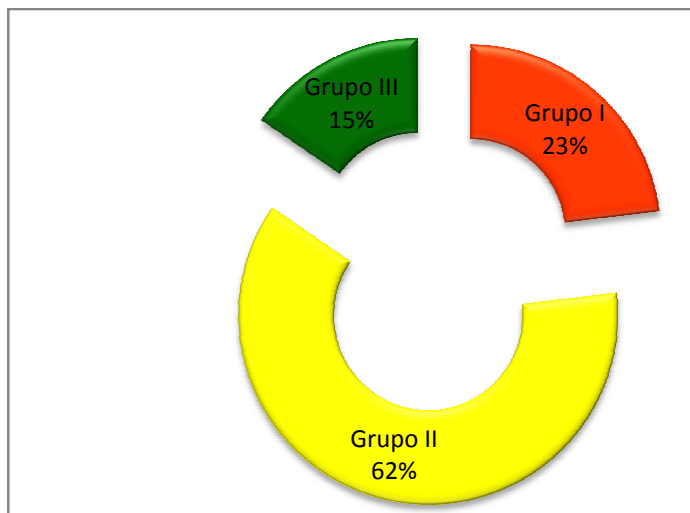


Gráfico 16 – Grupos de Fabrico da U.E. [360].

No que aos grupos de fabrico concerne, observa-se um claro domínio do Grupo II (62%), pois é o grupo dominante nas variantes B/C 3 e B/C Evolucionadas. Presente ainda encontra-se o Grupo I e III, com 23% e 15% respectivamente.

A Unidade Estratigráfica [766] é caracterizada, pelos arqueólogos, como um enchimento da fossa [883], encontrando-se sob as U.E. [682=683]. Esta é datada da 2ª metade do século V a.C., tendo contribuído para esta datação a presença de cerâmicas áticas (Taças Cástulo); o elevado número de ânforas; a cerâmica pintada em bandas; a cerâmica manual, comum e cinzenta. Recolheu-se ainda um elevado número de contas de colar e alguns pesos de rede.

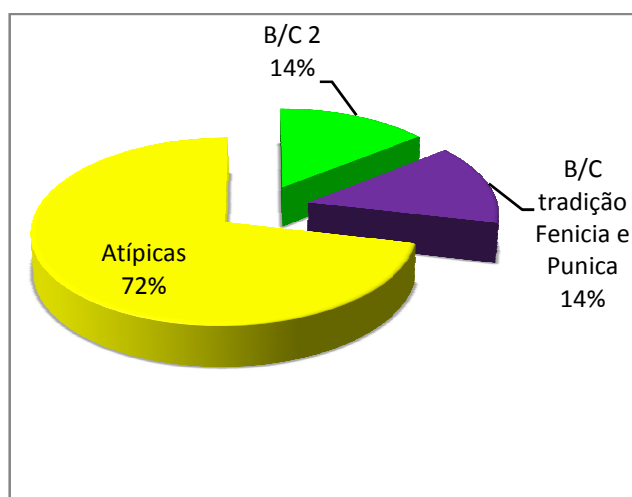


Gráfico 17 – Variantes da U.E. [766].



Nesta unidade, a variante Atípica é a que maior projecção adquire, pois representa 72% da amostra da unidade em análise, sendo os restantes 28% preenchidos por um exemplar de B/C 1 e outro da variante de Tradição Fenícia e Púnica. Este factor impossibilita uma grande análise sobre esta unidade, mesmo sendo um enchimento de fossa, pois qualquer análise sobre estes materiais pode a qualquer momento ser alterada, com a clarificação das peças designadas por Atípicas.

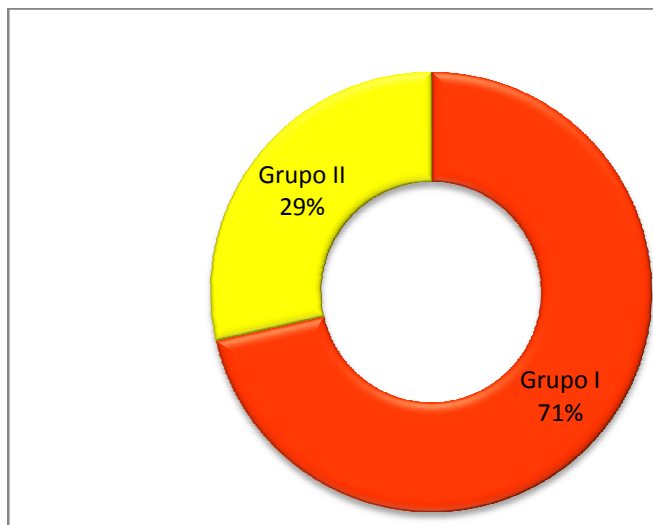


Gráfico 18 – Grupos de Fabrico da U.E. [766].

No que aos grupos de fabrico diz respeito, posso dizer que o Grupo I é o dominante, com 71% da amostra, seguindo-se os restantes 29% que corresponderão ao Grupo II. Esta corresponde à análise das B/C Atípicas e das variantes tardias.

Em relação aos contextos do Corte 1, as quadrículas E3 e F3 são as maiores fornecedoras de materiais e encontram-se aqui juntas, porque as suas sete camadas são iguais entre si, o que permite a sua junção em termos percentuais. As sete variantes da forma B/C encontram-se neste contexto presentes, no entanto, as mesmas encontram-se mais ou menos distribuídas entre si, pois as variantes tardias correspondem a 38% da amostra, o mesmo

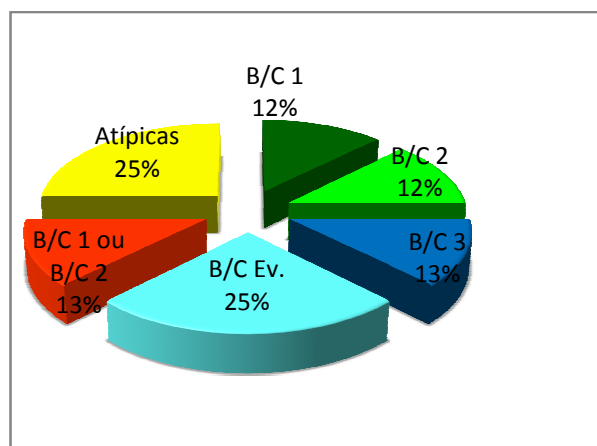


Gráfico 19 – Variantes das Quadrículas E3 e F3 do Corte 1.

que as variantes recentes, ao passo que os restantes 26% são preenchidos pelas B/C Atípicas. No entanto, 88% das peças encontram-se em contextos da Idade do Ferro. Este facto fornece bons indicadores sobre a sua cronologia e permite dizer que mais uma vez se encontram as várias variantes integradas dentro da sua cronologia e de acordo com os patamares cronológicos do Cerro Macareno.



O grupo de fabrico mais representado nestas duas quadrículas é o Grupo III, com 50% da amostra, sendo os restantes 50% divididos por outros três grupos, o Grupo I; o Grupo II e o Grupo V, com 12% os dois primeiros e 26% o terceiro.

As quadrículas E2; F2 e E4 são as que se seguem a nível de representatividade do Corte 1 e estão também juntas porque as suas camadas são iguais, permitindo assim a comparação entre os mesmos. No que às variantes diz respeito, posso afirmar que as variantes antigas (B/C de Tradição Fenícia e Púnica e as B/C 1 ou B/C 2) são as que dominam com 66% da amostra, sendo depois as B/C Evolucionadas com 34% as que se destacam. As B/C tardias encontram-se nestas quadrículas em contextos da Idade do Ferro, o que não acontece com as B/C Evolucionadas que se encontram em contextos romanos.

No que concerne aos grupos de fabrico, domina o Grupo I e II com 33% cada um, seguindo-se depois o Grupo III e os Fabricos Raros com 17% cada um.

Todos estes dados do Corte 1 encontram-se de acordo com os dados até agora mencionados, quer no que respeita às variantes versus cronologias, quer nas variantes versus grupos de fabrico. Isto mostra que os contextos são fiáveis e que os dados retirados são seguros.

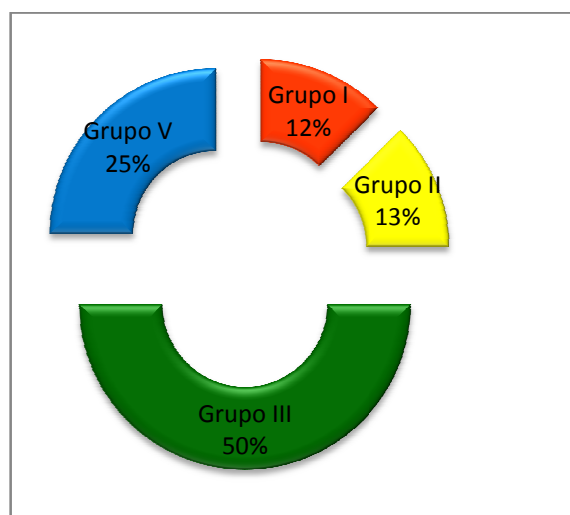


Gráfico 20 – Grupos de Fabrico das Quadrículas E3 e F3 do Corte 1.

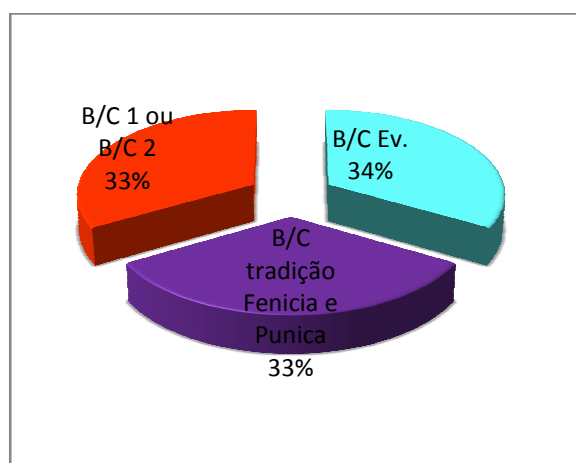


Gráfico 21 – Variantes das Quadrículas E2; F2 e E4 do Corte 1.

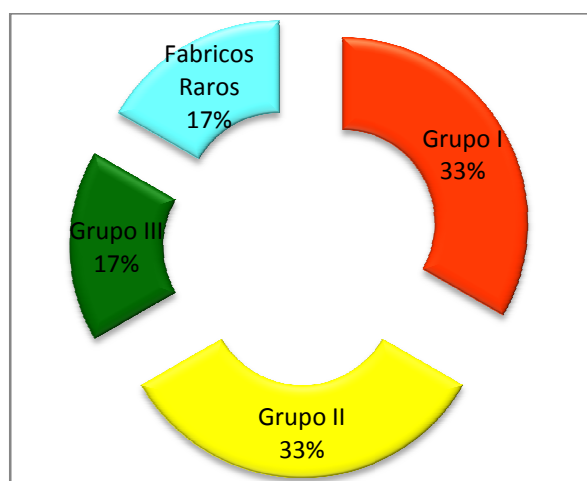


Gráfico 22 – Grupos de Fabrico das Quadrículas E2; F2 e E4 do Corte 1.



No que ao Corte 3 concerne, a quadrícula mais representada é a D4, tendo sido esta já caracterizada acima. No entanto, volto a salientar uma vez mais que, estamos perante uma quadrícula que parece ter sido muito afectada com a abertura de uma fossa em época moderna, tendo assim provocado distúrbios nos níveis da Idade do Ferro e do período Romano. Pessoalmente acredito que esta tenha sido a realidade que se verificou nesta quadrícula, tal como o podem sugerir os materiais em análise.

Ao nível das variantes, esta quadrícula apresenta um claro domínio das B/C tardias, com 82% da amostra, sendo as B/C 1 e as B/C 2 as variantes mais significativas, com 41% e 23% respectivamente. As variantes recentes aparecem com um significado de 18%, com o domínio a ser exercido pelas B/C 3 com 12% da amostra. Uma das análises que reforça a ideia acima mencionada da alteração de contextos é o facto de a camada 1 e 2 reterem 88% da

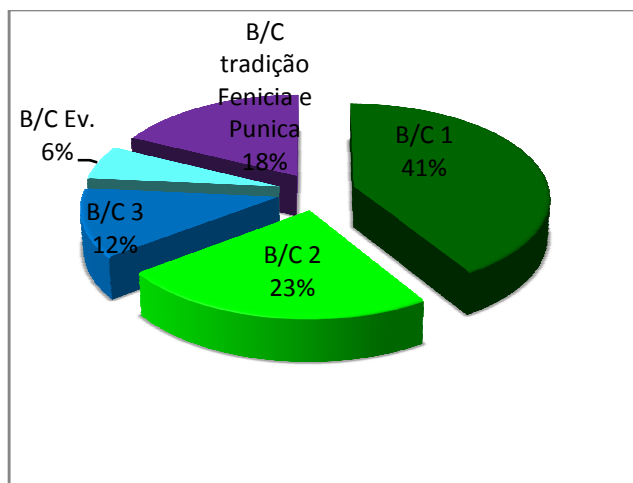


Gráfico 23 – Variantes da Quadrícula D4 do Corte 3.

amostra, o que salienta o contexto de remeximento ou revolvimento de terras. A outra ideia que reforça o que acima foi mencionado é o facto de os contextos romanos e modernos abarcarem maioritariamente peças de variantes tardias, ao contrário do que é mais visível em Castro Marim, que nestes contextos aparecem materiais de variantes recentes.

No que aos grupos de fabrico concerne, observa-se um domínio claro do Grupo I, com 64% da amostra, sendo depois seguida pelo Grupo II com 12%, ficando os restantes grupos de fabrico com 6% cada um respectivamente. É curioso observar esta dispersão tão grande de grupos de fabrico, só verificada (com as amostras presentes) nas U.E. [80 e 89]. Esta dispersão encontra-se de acordo com os patamares estabelecidos para a relação de grupos de fabrico com as variantes.

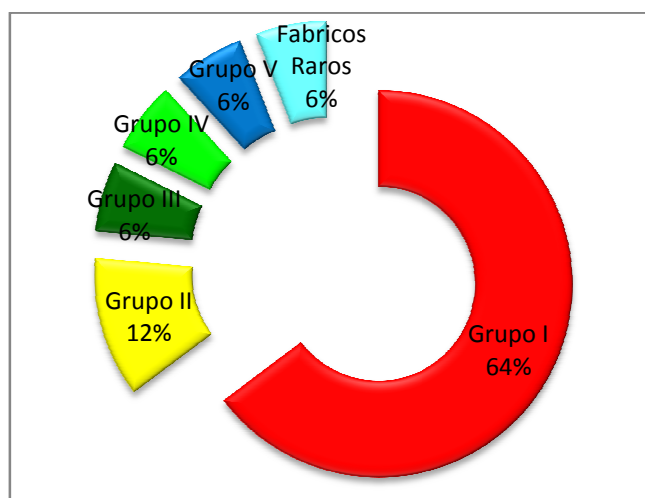


Gráfico 24 – Grupos de Fabrico da Quadrícula D4 do Corte 3.



Por fim, destaca-se a quadrícula C5 do Corte 3, como a última que aparece com uma boa representatividade de materiais. Esta é uma quadrícula onde as camadas são todas de época romana, com exceção da camada 0, que é do período contemporâneo. As variantes aqui expressas são de igualdade entre as variantes tardias e recentes, com uma percentagem de 50% cada uma. No entanto, a variante mais representada é a B/C 1 com 50% da amostra, ao passo que as B/C Evolucionadas representam 33% e o restante é ocupado pelas B/C 3.

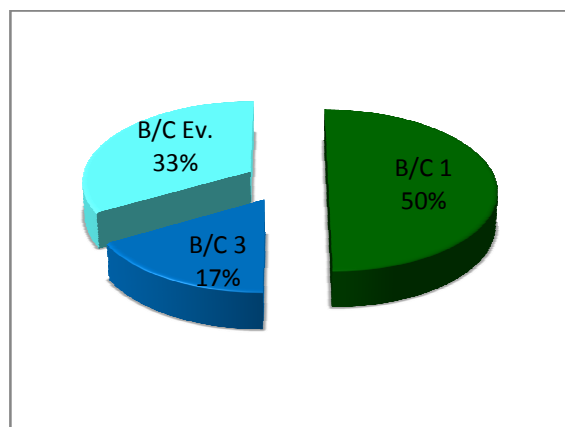


Gráfico 25 – Variantes da Quadrícula C5 do Corte 3.

Os grupos de fabrico dominantes são o Grupo I, com 67% da amostra, e o Grupo II e IV com 16% e 17% respectivamente. Esta é uma situação muito invulgar, pois seria de esperar que pudesse existir uma maior igualdade entre o Grupo I e o Grupo II. Esta exceção penso não ter grande significado no estudo em causa, pois também se trata de uma amostra pequena em relação ao conjunto total em análise.

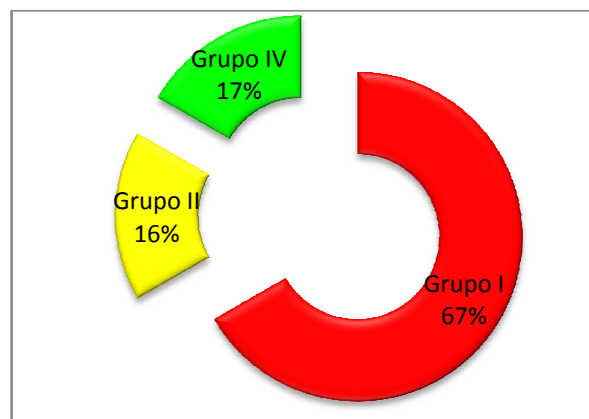


Gráfico 26 – Grupos de Fabrico da Quadrícula C5 do Corte 3.

As restantes quadrículas e unidades estratigráficas não serão aqui individualizadas por apresentarem entre um e três elementos, o que não permite qualquer elaboração de um estudo idêntico aos anteriormente descritos. No entanto, os contextos associados a estas mesmas peças ficam remetidos para o quadro final das características individuais das peças.

Fica assim claro que os contextos enunciados especificamente e individualmente correspondem aos dados enunciados anteriormente, quer no que diz respeito à relação variantes versus grupos de fabrico, quer na relação cronologias versus variantes.

As ânforas de Tipo B/C de Pellicer do Castelo de Castro Marim:

e – O Tipo B/C de Pellicer: o seu conteúdo.





Ao longo do tempo, várias têm sido as discussões científicas sobre o possível conteúdo das ânforas de Tipo B/C e quais teriam sido as suas zonas de fabrico.

Sobre as zonas de fabrico e até aos dias de hoje, apenas uns fornos foram identificados como sendo de possível produção e ânforas de Tipo B/C de Pellicer. O sítio em causa é o Cerro Macareno, mais especificamente os fornos do Corte HI e HII. Foram aqui identificados dois fornos, um de planta maior e que se localiza entre o Corte HI e HII, conservando ainda “...*el corredor de acceso, la cámara de combustión y parte del pilar central...*” (Ruiz Mata e Córdoba Alonso, 1997, p.95) e outro de planta menor que se localiza na esquina norte do Corte HI.

O forno de menores dimensões apresenta uma planta ovalada, com uma boca orientada a sudoeste e com um fosso em seu redor. No centro encontramos um pilar de adobes que sustentava a cobertura (Ruiz Mata e Córdoba Alonso, 1997).

Estes fornos apresentam uma origem oriental e encontram-se na Península Ibérica a partir do século VI a.C., sendo semelhantes aos de Cerro de los Infantes.

As pastas apresentam-se muito depuradas com tons claros que oscilam entre o amarelo e o laranja, podendo em algumas ocasiões o núcleo ser acinzentado. Algumas peças podem também apresentar um engobe que muitas vezes é da mesma cor da argila da peça.

Neste trabalho os autores salientam ainda que as formas produzidas foram as B/C 2; as B/C 3 e as B/C Evolucionadas. As B/C 2 foram encontradas nos fornos do Corte HI e HII e é datado do século VI e V a.C. Por vezes estas podem prolongar-se ainda no decorrer do século IV a.C., mas com bordos mais aplanados no exterior, começando a desenvolver-se o caminho para as variantes mais recentes.

As B/C 3 e B/C Evolucionadas aparecem somente no forno do Corte HII e são geralmente datadas de finais do século V a.C. até ao decorrer do século III a.C.

Assim sendo e mediante os restantes materiais encontrados nestes fornos, nomeadamente os fragmentos de cerâmica ática, permitiu aos autores datar estes fornos de meados do século V a.C. e o primeiro quartel do século IV a.C. (Ruiz Mata e Córdoba Alonso, 1997, p.97).

No entanto, nos últimos anos muitas dúvidas se têm levantado sobre estes fornos produtores de ânforas de Tipo B/C, pois ao que parece os materiais ainda não são totalmente seguros que permitam tal afirmação, tal como o sugerem Ana Margarida Arruda e os restantes autores do artigo “*A importação de preparados de peixe em Castro Marim: da Idade do Ferro à Época Romana.*” Os próprios autores, do texto mencionado em primeiro lugar, sugerem num artigo de 1999 que estes mesmos fornos lhes deixam algumas dúvidas.

Apesar de tudo parecem ter sido encontrados mais dois sítios de possíveis produções deste tipo anfórico, nomeadamente em Pajar Artilho e em Carmona, junto à Ribeira de





Arbollón, onde foram escavados oito fornos que dentro das suas câmaras de cozedura se encontraram restos de ânforas do tipo em estudo (Arruda; Viegas; Bargão e Pereira, 2006).

Isto, no entanto, são ainda dados que é necessário confirmar, pois as dúvidas sobre os mesmos são muitas e colocam ainda muitas questões quando confrontados com outros dados ou com outras zonas, como é o caso do sítio de “Las Redes” (sítio onde se descortinou esta forma anfórica). Esta descoberta e posterior estudo destes materiais realizado por Frutos, Chic e Berriatura, dão conta de uma amostra de 12,74% de ânforas de Tipo B/C e que encontradas neste contexto (fábrica de preparados de peixe) sugeriram que estas poderiam destinar-se ao transporte de “*Garum*”.

No entanto, esta não foi até agora a única hipótese de produtos envasados nestas ânforas, pois já Jiménez Flores e García Fernández propõem que estas sejam ânforas destinadas ao transporte de vinho produzido na Turdetânia (Jiménez Flores e García Fernández, 2006). Esta premissa é fundamentada em dois factores, um a morfologia da ânfora e outra a grande concentração desta forma anfórica em zonas maioritariamente agrícolas.

Mediante estes dados e o facto de a maioria destes materiais se encontrar em sítios do interior da região da Turdetânia, em detrimento das zonas costeiras, onde a sua detecção é ainda pouco significativa, segure muitas questões, nomeadamente: Como é que uma forma anfórica maioritariamente detectada em sítios do interior da Turdetânia poderia destinar-se exclusivamente ao transporte de preparados de peixe?; O porquê de os seus grupos de fabrico (no caso de Castro Marim) se apresentarem maioritariamente em zonas contrárias à costa?; Se fossem ânforas destinadas ao transporte de preparados de peixe será que teriam a importância quantitativa que parecem assumir nos conjuntos (em segundo ou terceiro lugar em percentagens totais)?; Se as suas sucessoras naturais, as ânforas de Tipo D de Pellicer, eram destinadas ao transporte de preparados de peixe e de vinho, porque é que as antecessoras não poderiam também ter esta dupla ou tripla combinação de produtos transportados?. Estas são algumas das perguntas a que tentarei responder com a hipótese que a seguir avançarei para os possíveis conteúdos desta forma anfórica.

A hipótese que defendo consiste na premissa de que as ânforas de Tipo B/C fossem destinadas ao transporte de vários produtos, com destaque para os produtos do interior (vinho, azeite e cereais) e de preparados de peixe. A fundamentação desta tese consiste na produção desta forma anfórica nas zonas do interior onde seriam envasados os produtos desta região, onde o vinho e o azeite seriam os elementos primordiais, para serem enviados para as zonas costeiras onde aqui chegados teriam uma dupla função, ou seriam destinadas ao consumo nestas zonas costeiras ou eram destinados à exportação. Quando as mesmas eram destinadas ao consumo interno estas seriam depois reutilizadas e envasadas com preparados de peixe que





seriam enviados posteriormente para os povoados do interior. Este poderia ser um comércio interno e de sustento dos povoados costeiros de modo a proporcionar-lhes as suas grandes produções e organizar uma estrutura económica que se reforçará no decorrer do século IV a.C. e ainda mais com a chegada dos Romanos à Península Ibérica.

Esta é uma proposta algo diferente das que até agora foram avançadas pelos arqueólogos responsáveis pelos estudos desta forma anfórica, mas acho que a mesma poderia funcionar no comércio interno da Turdetânia entre o século VI e o III a.C., com maior envase para o período entre o século VI e IV a.C., altura em que as ânforas MPA4 seriam destinadas maioritariamente ao transporte de preparados e peixe e as B/C fariam este complemento. A partir do século IV a.C. observamos uma progressiva diminuição desta forma anfórica, ao mesmo tempo que vemos emergir o Tipo D de Pellicer e que virá substituir as B/C.

Esta teoria justificaria e responderia à maioria, se não mesmo à totalidade, das perguntas em aberto. Das questões que anteriormente coloquei, sobre este tema, todas ficariam com uma resposta clara com a teoria que agora propôs, pois justificaria o porquê de ser produzida e encontrada maioritariamente em sítios do interior e ao mesmo tempo se vislumbrar em “Las Redes”, ficando assim dentro de um comércio interno da Turdetânia. Ao mesmo tempo fica claro o porquê de esta forma anfórica também ser encarada como a precursora das ânforas de Tipo D de Pellicer.

No entanto, esta como qualquer outra tese necessita ainda de um maior número de estudos que possam vir comprová-la ou desmenti-la, podendo depois ficar definido o seu conteúdo. Os estudos complementares poderiam ser fornecidos por três sítios: Cerro Macareno; “Las Redes” e Tavira. Estes sítios destacam-se por apresentarem cada um deles, um ponto de opção em cada teoria, dado que o Cerro Macareno é a face dos povoados de interior, “Las Redes” é a face dos povoados de costa destinados à fabricação de preparados de peixe e Tavira é o único sítio no actual território português que poderia servir de complemento aos dados de Castro Marim, possibilitando assim perceber se estamos perante uma realidade geral ou se estamos perante uma realidade específica de Castro Marim. Para isso é necessário o seu estudo nas várias variantes em análise, os grupos de fabrico, os contextos, os materiais (variantes da forma) entre outras.

Carmona seria ainda um outro sítio a estudar, pelo facto de sugerir uma produção destas formas e de servir como complemento a muitos dos dados agora avançados.

Esta realidade descrita acima pode ser corroborada com os dados do Castelo de Castro Marim, permitindo assim o ponto de partida para os estudos que futuramente possam ser realizados.





As ânforas de Tipo B/C de Pellicer do Castelo de Castro Marim:

f – O Tipo B/C de Pellicer: análise de dados: 1 – cronologias.

As variantes antigas expressam uma cronologia muito significativa dentro da sua própria cronologia, Idade do Ferro, desde o século VI até ao século III a.C. (Anexos – Gráfico 5).

A variante que expressa um melhor contexto é a B/C 1 ou B/C 2, com 85,71% da amostra, sendo que os restantes 14,29% se encontram em contexto romano. No entanto, as restantes variantes encontram-se também com domínios claros em contextos da Idade do Ferro, com percentagens que oscilam entre os 40 e os 60% da amostra. A que se encontra com uma percentagem mais baixa são as B/C 2, no entanto, as peças descontextualizadas desta variante representam 12% da amostra, ao passo os restantes 32% dizem respeito ao período romano. Destaca-se ainda o facto de duas peças desta cronologia dizerem respeito à quadrícula D4 do Corte 3 e que, como já acima foi referido, se trata de um contexto muito especial.

Da variante B/C 3 podemos dizer que a maioria das peças se encontra em contexto da Idade do Ferro do século IV e III a.C. No entanto, se juntarmos os valores percentuais das peças em contexto romano e moderno ficamos com uma amostra de 56% do conjunto em análise. É possível que alguns destes contextos tenham sido afectados por remeximentos que tenham sido provocados em épocas recentes, acarretando mudanças de materiais dos seus contextos originais, como é o exemplo da quadrícula D4 do Corte 3. Isto complica o retirar de conclusões ou mesmo a sua impossibilidade.

No que às B/C Evolucionadas concerne, muito existe a dizer, pois a maioria das peças encontra-se em contextos romanos e modernos, com maior expressão do período romano, embora que pouco significativo este seja, pois representa 35,48% da amostra, ao passo que o período moderno representa 32,26%. A explicação para este facto pode ser o contexto anteriormente falado ou então o facto de estes materiais de cronologia mais tardia poderem no território algarvio e, em particular, no Castelo de Castro Marim perdurarem até mais tarde e não até ao século III a.C. como o indica Pellicer para o Cerro Macareno. No entanto, estas são apenas meras hipóteses, que precisam de um maior número de estudos, nomeadamente de sítios do mesmo período cronológico como seria o caso de Tavira que permitiria descortinar muitos dos fenómenos que observamos nas diferentes variantes.

A tudo isto temos ainda de juntar o facto de nas B/C Evolucionadas o número de peças em contexto primário ser de 25,81% do conjunto em análise. Torna-se assim muito complicado poder retirar qualquer conclusão sobre esta variante neste assunto em concreto.

Assim sendo, as únicas conclusões precisas sobre a cronologia destes materiais anfóricos são: as peças das variantes mais antigas encontram-se nos seus contextos primários, o que





favorece muito a sua análise e permite reforçar a antiguidade do sítio em análise. No que às variantes recentes concerne apenas se pode concluir que em traços gerais a maioria se encontra em contextos secundários para a sua datação segundo os dados de Pellicer para o Cerro Macareno, o que sugere que as mesmas aqui possam prolongar um pouco mais no tempo, sendo esta uma hipótese que carece de mais elementos do território algarvio.

As ânforas de Tipo B/C de Pellicer do Castelo de Castro Marim:

f – O Tipo B/C de Pellicer: análise de dados: 2 – engobe.

A amostra em estudo apresenta-se mais ou menos equivalente no que a peças com e sem engobe diz respeito, pois no final observamos que as peças com engobe representam 56% da amostra e que as peças sem engobe representam 44% (Anexos – Gráfico 11), o que dá uma ligeira vantagem às peças com engobe. Esta realidade não permite grande divagação, no entanto, destacam meia dúzia de pontos que podem oferecer alguma análise, ainda que muito incipiente.

Ao nível das variantes com ou sem engobe destacam-se três factores, o primeiro em relação às B/C de Tradição Fenícia e Púnica; o segundo no que toca às B/C 3 e o terceiro diz respeito às B/C Atípicas (Anexos - Gráfico 13).

No primeiro caso, as B/C de Tradição Fenícia e Púnica, observamos que as peças sem engobe são maioritárias em relação às peças desta variante com engobe, pois sem engobe representam 18,68% da amostra, ao passo que com engobe representam 7,02% da amostra. Isto pode indicar que as primeiras formas das B/C poderiam não ser muito dadas à utilização de engobe, sendo depois uma realidade que muda com o surgimento das B/C 1 e que perdura pelas restantes variantes com excepção das B/C Atípicas.

No que ao segundo caso concerne, posso dizer que a diferença entre as peças com engobe e sem engobe é muito significativa, pois passa-se de uma percentagem de 16,67% das peças com engobe, para 6,59% da amostra de peças sem engobe. Isto pode mostrar que as B/C 3 poderiam ter sido feitas maioritariamente com engobe, no entanto, esta é uma premissa que necessita de verificação e confirmação em estudos futuros.

As B/C Atípicas apresentam também uma diferença significativa entre peças com e sem engobe, dado que as peças com engobe representam 10,53%, ao passo que as peças sem engobe representam 18,68% da amostra, mostrando aqui uma diferença de 8% entre ambas. No entanto, nada se pode retirar destas peças a nível de conclusão, devido à sua classificação de atípicas, apesar de parecer que se encontram mais disponíveis para não receber engobe.





No que toca ao nível dos grupos de fabrico que contem ou não engobe, saltam logo três conclusões, nomeadamente sobre a Grupo III; IV e Fabricos Raros, pois os restantes apresentam valores muito semelhantes, não permitindo qualquer análise concreta (Anexos – Gráfico 14).

As diferenças são particularmente sentidas no Grupo III e IV, onde os valores variam muito entre peças com e sem engobe. No Grupo III, o valor entre as que apresentam engobe e as que não apresentam é de 10% a favor das primeiras, com um valor de 20,18% contra 10,99% da amostra em estudo. No Grupo IV acontece o mesmo só que a vantagem aqui é a favor das peças sem engobe, com 10,99% contra 4,39% da amostra em estudo. Isto pode ser explicado pelo facto de o Grupo III se encontrar mais disponível para o fabrico de materiais com engobe, ao contrário do que aconteceria com o Grupo IV. No entanto, isto são tudo dados que carecem de mais estudos de outros sítios do sul peninsular, de modo a poder aferir se estamos perante uma realidade que se estende por outros povoados ou estamos perante uma particularidade de Castro Marim.

No caso do Grupo dos Fabricos Raros, a realidade é um maior domínio das peças sem engobe, com uma percentagem de 6,59%, ao contrário das peças com engobe que apresentam uma amostragem de 2,63%. No entanto, as conclusões não podem mais uma vez ser grandes, pois tratam-se de grupos muito pequenos, com um ou dois elementos e que não permitem tecer grandes comentários.

Podemos assim verificar que, no que concerne ao número de peças com ou sem engobe na sua análise, as conclusões a retirar são poucas, sendo mesmo a única grande conclusão a de que o número de peças com e sem engobe é mais ou menos semelhante. Este facto deve-se à necessidade de proceder a futuros estudos que possam complementar os dados aqui apresentados de modo a verificar a sua possível homogeneidade no território da Turdetânia.

No entanto, o facto de existir um grande número de peças onde não foi possível determinar a cor de engobe, por o mesmo se encontrar com muitos poucos vestígios, pode solidificar a ideia de que estas possam ter tido um engobe a partir das B/C 1, mas que possa ter desaparecido com o desenrolar dos processos pós-deposicionais. Só os estudos futuros poderão esclarecer muitas das hipóteses agora levantadas, de modo a resolver as mesmas.

As ânforas de Tipo B/C de Pellicer do Castelo de Castro Marim:

f – O Tipo B/C de Pellicer: análise de dados: 3 – grafitos e marcas de dedo.

Duas peças em análise no contexto desta dissertação apresentam grafitos muito esquemáticos e em partes onde as peças se encontram fragmentadas, o que não permite





qualquer sugestão sobre o motivo em concreto, pois dos grafitos apresentados em trabalhos, até hoje publicados, nenhum se assemelha com os casos em análise.

No entanto, da amostra em questão (0,98% - Anexos – Gráfico 7) posso afirmar que ambos os indivíduos são de variantes recentes, sendo uma das variantes B/C 3 e a outra B/C Evolucionada, apresentado ainda ambas o mesmo grupo de fabrico, o Grupo III. Outra vantagem destas duas peças é o facto de se encontrarem em contextos da Idade do Ferro, apesar de a B/C 3 se encontrar em contexto datado da 2ª metade do século V a.C. Todavia esta camada é sobreposta por dois derrubes ou aterros de época moderna, com vários materiais Romanos e da Idade do Ferro, o que pode sugerir um remeximento de terras de outro local e que terá provocado o deslocamento de materiais das suas cronologias primárias para cronologias secundárias. Esta é, no entanto, uma mera hipótese de explicação deste factor.

Nesta altura torna-se ainda impossível definir e concluir algo sobre os supostos grafitos, dado os dados disponíveis serem muito poucos para tais conclusões.

No entanto, do que me tenho apercebido, nenhum estudo, até hoje realizado, menciona a possível existência de ânforas de tipo B/C com grafitos a não ser em Castro Marim. Fica aqui mais uma das questões curiosas a que não consigo dar solução, o porquê de só aqui terem sido encontradas ânforas deste tipo com marcas de grafito?

Existem ainda cinco outras peças que apresentam marcas de dedo no bordo das mesmas (Anexos – Imagens 3, 5 e 6). Estas representam somente 2,44% (Anexos – Gráfico 8) da amostra em estudo não sendo possível determinar algo sobre os mesmos devido ao seu número reduzido de elementos. No entanto, apraz-me avançar duas possíveis hipóteses para esta situação, uma que é o facto de ser uma marca de oleiro, o que pessoalmente não acredito muito devido ao elevado número de fabricos diferentes que as mesmas apresentam, com quatro grupos de fabrico diferentes (uma peça do Grupo I; uma peça do Grupo II; duas peças do Grupo III e uma peça do Grupo V – Anexos – Gráfico 10) e ao mesmo tempo por a marca ser muito semelhante entre as diferentes peças. A outra hipótese é o facto de se tratar de marcas de contagem de ânforas, sendo aqui que recai a minha mais viável visão.

Do que pode investigar, através da vasta bibliografia que pesquisei (no entanto, sem conseguir alguns textos que achava adequado), não existem até agora outras ânforas onde tais marcas sejam visíveis ou salientadas pelos autores dos mesmos textos.

Podemos ainda questionar o facto de estas ânforas não permitirem retirar quaisquer conclusões sobre se aparecem em contextos primários e de determinar uma variante onde mais se distingam, pois são várias as U.E. donde derivam e são três as variantes presentes com marcas de dedo, apesar de as variantes recentes obterem uma ligeira vantagem, pois contam com 60% da amostra, ficando os outros 40% para as B/C 1 (Anexos – Gráfico 9).





Estes são dados que, só no futuro e com o estudo de outros sítios peninsulares no que a este modelo anfórico concerne, se poderão então tirar novas ou melhores conclusões sobre o que anteriormente foi mencionado. Ficam, por agora, mais as dúvidas do que as certezas sobre este tema.





As ânforas de Tipo B/C de Pellicer na Turdetânia.

Neste capítulo, o objectivo é mostrar os sítios onde as ânforas de Tipo B/C de Pellicer aparecem, com destaque para os principais e para aqueles em que consegui encontrar bibliografia que fundamentem as minhas opiniões.

Devo no entanto alertar para as metodologias que seguirei neste capítulo de modo a não confundir ninguém. Num primeiro momento será enumerado o sítio e a sua localização, seguido dos contextos dos materiais encontrados e por fim a crítica no que às classificações, quando assim se justificar. Isto deve-se muito aos vários autores classificarem ânforas de Tipo B/C como ânforas do Tipo 4.2.2.5. ou então como Tipo D de Pellicer. Aqui devo ainda salientar o facto de a minha crítica assentar essencialmente sobre os desenhos apresentados, o que quando tal não ocorrer salientarei a presença de 4.2.2.5. somente. Existe ainda a dizer que muitos mais sítios apresentam ânforas de Tipo 4.2.2.5. do que os enunciados aqui, mas, tal como já disse anteriormente, esta análise assenta essencialmente sobre os sítios com maior destaque.

a – A região da Andaluzia (Anexos – Mapa 4):

Na região da actual Andaluzia são vários os sítios identificados onde se encontraram vestígios de ânforas de Tipo B/C. A região de Sevilha ou à sua volta é a zona onde maior número de sítios se encontra, em comparação com as restantes zonas. No entanto, são também visíveis na zona da Baía de Cádiz ainda que em menor quantidade, sendo que, em muitos destes sítios aparecem identificadas como 4.2.2.5. de Ramon ou Tipo D de Pellicer.

Nas zonas adjacentes ao povoado nuclear de Las Laderas de Cerro Patria IV encontraram-se materiais associados às 4.2.2.5. e outros materiais anfóricos, tais como as 12.1.1.1. que permitiram uma datação dos seus contextos do século IV/III a.C. (Dominguez Perez, 2006). Esta vila localiza-se nos arredores de Cádiz, junto à localidade de Vejer de La Frontera. No entanto, devido à impossibilidade de aceder aos textos sobre o sítio em causa e vislumbrar os seus desenhos de materiais fico impedido de salientar se estas 4.2.2.5. serão realmente assim ou se estamos perante algumas peças de tipo B/C.

No sítio de La Mina II, a situação é em tudo semelhante ao sítio anteriormente descrito, com excepção para duas situações: a cronologia, pois agora estamos perante contextos do século III/II a.C., e em segundo, de estes materiais se associarem a mais tipos anfóricos como as Tiñosa e Carmona (*ibidem*).





Em Altamira I foram identificadas ânforas de tipo 4.2.2.5/Pellicer D, em contextos de finais do século VI e no decorrer do século V a.C. (*ibidem*). Esta situação, deixa-me sérias dúvidas quanto à sua classificação tipológica ou então quanto à cronologia avançada, pois estes materiais anfóricos são geralmente associados a contextos entre o século IV e o II a.C. No entanto, umas que tenham começado ainda no século VI a.C. não foram ainda atestadas em lugar nenhum, o que sugere que possamos estar perante materiais de tipo B/C, isto sem, no entanto, ter tido a possibilidade de visualizar os desenhos apresentados pelos autores dos estudos do sítio em presença. A isto podemos ainda juntar um outro ponto que favorece o erro de análise tipológica, pois os materiais que as acompanham são na sua grande maioria ânforas de tipo 11 de Ramon, o que mostra mais uma vez que possamos estar perante uma situação acima avançada.

No povoado da Plaza Asdrúbal encontram-se materiais anfóricos inseridos na categoria das 4.2.2.5./Pellicer D e junto a outras formas como as Tiñosa e as Carmona, em contextos do século IV/III a.C. No entanto, no trabalho de Frutos Reyes e Muñoz Vicente de 2006, sobre este local, pode observar nos desenhos a presença de B/C 3 e que encaixam dentro dos contextos em questão. Este é um dos exemplos da confusão existente entre a classificação de 4.2.2.5., mas que na realidade são ânforas de Tipo B/C.

No Sector III de Camposoto e na Fábrica Centro Atlántida encontramos algumas ânforas identificadas como 4.2.2.5. em contextos do século IV/III a.C., juntamente com Tiñosa, Carmonas e MPA4 (do tipo 12) e que corroboram o contexto cronológico. No entanto, a falta de desenhos não me permite afirmar se estamos perante 4.2.2.5. ou se estamos perante ânforas de Tipo B/C das variantes mais recentes.

Na Fábrica de “Las Redes”, Puerto de Santa Maria, existe a referência a ânforas de tipo 4.2.2.5./Pellicer D (Dominguez Perez, 2006), mas que ao vislumbrar os trabalhos de Frutos Reyes; Chic e Berriatura de 1998, pode observar que existiam pelos menos cinco desenhos de ânforas de tipo B/C, duas da variante B/C 1 ou B/C 2, outras duas da variante B/C 3 e uma das B/C Evolucionadas, sendo que as duas primeiras se encontram em contextos do século V a.C., o que se encontra de acordo com a datação atribuída à variante em causa, acontecendo o mesmo com uma das B/C 3 que se encontra em contextos do século IV/III a.C. No entanto, a outra B/C 3 e a B/C Evolucionada não se encontram nos patamares da sua cronologia, pois são ambas encontradas em contextos do século V a.C., o que não é muito vulgar para materiais do século IV/III a.C. (Anexos – Estampa XIX).

Um outro facto desta fábrica é o de se encontrarem B/C em contextos de preparados de peixe destinados quer à exportação, quer ao comércio interno da Turdetânia. Esta realidade veio trazer uma nova discussão à comunidade científica, pois pela primeira vez temos um





conjunto desta forma associado a um contexto claramente de fábrica de preparados piscícolas o que poderia sugerir a possibilidade de o seu conteúdo serem os preparados de peixe, no entanto, tal como acima mencionei penso que esta é apenas uma parte da realidade que podemos observar neste período.

Nas Fábricas nº19 de Puerto de Santa Maria existe mais uma vez referência à presença de ânforas de tipo 4.2.2.5./Pellicer D, em contextos do século IV/III a.C., juntamente com ânforas de tipo Tiñosa, Carmona e o MPA4 (tipo 12). No entanto, não tenho materiais que provem até agora a existência de B/C, mas o facto de nas Fábricas nº 14 e 16 existirem B/C pode assinalar a possibilidade de nesta também se encontrarem presentes.

Na Fábrica nº 14 voltamos a encontrar referência a ânforas do Tipo 4.2.2.5./Pellicer D, juntamente com materiais identificados como sendo MPA4 (Tipo 11) e de Carmona que apresentam uma datação que oscila entre o século V e o século III a.C. Posso, contudo afirmar com alguma segurança, que devemos estar perante um contexto do século IV/III a.C., pois nos desenhos do trabalho de Ruiz Gil de 1986 pode observar a presença de ânforas B/C Evolucionadas, o que sugere a datação acima referida (Anexos – Estampa XXIV).

Na Fábrica nº 16 encontramos novamente referência à presença de 4.2.2.5./Pellicer D, em contextos do século VI/III a.C., juntamente com ânforas do tipo 11 de Ramon e do tipo Carmona. No trabalho de Ruiz Gil de 1986, podemos observar que nos desenhos se encontram a presença de B/C, nomeadamente da uma da variante B/C 1 e outra da B/C 2. Detectou-se ainda outra ânfora desta forma, que devido ao seu estado fragmentário tornou duvidosa a sua classificação, como sendo da variante B/C 1 (esta aparece em contextos do século VI/V a.C.) (Anexos – Estampa XXIV).

Na Fábrica del Cabo Trafalgar, nos complexos industriais de Pery Junquera, da Residencial David, das Gallineras e do complexo oleiro de Villa Maruja, encontramos mais uma vez referência a ânforas de tipo 4.2.2.5./Pellicer D, em contextos do século IV/III a.C., acompanhados por ânforas de tipo Tiñosa, Carmona e MPA4 (tipo 12), e ainda das primeiras Maña C2 em poucos contextos. Isto corrobora a datação acima e pode sugerir a existência de algumas B/C, que só a presença dos desenhos pode confirmar ou desmentir.

No sítio de Torre Vieja (em Villamartin – Rio Guadalete) detectei, nos desenhos apresentados no trabalho de Guitérrez López; Ruiz Gil; Giles Pacheco; Bueno Serrano; López Amador e Aguilera Rodriguez de 2000, a presença de ânforas de tipo B/C, da variante B/C 1 e B/C 2, com domínio para as primeiras, que apresentam quatro exemplares ao passo que as B/C 2 apresentam-se com dois exemplares. Encontra-se ainda uma ânfora de B/C Evolucionada. No entanto, segundo os autores estes materiais descobriram-se em contextos do século III a.C., o que somente se coaduna com as B/C Evolucionadas, pois as restantes categorias são do século





V e IV a.C. Outro factor que não ajuda a avaliação são as pastas, que parecem relacionar-se com a zona do médio/baixo Guadalquivir, sendo semelhante aos grupos de fabrico III e IV por mim descritos, estando de acordo com os dados de Castro Marim para as variantes em causa, mas que aqui os dados cronológicos não correspondem.

Esta situação provoca assim sérias dúvidas neste sítio, que só o avançar dos estudos poderá vir esclarecer de modo a ficar claro qual será a cronologia exacta destes contextos.

Na zona da actual cidade de Huelva foram já detectados alguns sítios onde se registou a presença de ânforas de Tipo B/C. Os destaques aqui vão para os sítios de La Piterilla; El Solar nº10-12 de la Calle Botica; El Solar nº 9-11 de Calle Tres de Agosto; El Solar nº 12 de la Calle del Puerto, isto segundo os dados de Rufete Tomico do trabalho de 2002, sobre o período Turdetano em Huelva.

No primeiro sítio, La Piterilla, detectei nos desenhos do autor da publicação duas B/C de Tradição Fenícia e Púnica, no nível I, juntamente com uma maioria de cerâmica a torno, de engobe vermelho e de vasos pintados em bandas, sendo este nível datado de finais do século V a.C., o que corresponde com os dados desta variante.

No segundo caso El Solar nº 10-12 de la Calle Botica, pode detectar através dos desenhos a presença de ânforas de tipo B/C, mais concretamente duas B/C 1 ou B/C 2 no nível IIIA do sítio em estudo, juntamente com cerâmica cinzentas; peças engobe vermelho; cerâmicas gregas e outras formas anfóricas, sendo datado este nível da 2ª metade do século V a.C., o que está de acordo com os dados desta forma.

O sítio de El Solar nº 9-11 de Calle Tres de Agosto é aquele onde o número de B/C assinaladas nos desenhos é superior e que maior dispersão temporal ocupa. No nível II foram encontrados quatro fragmentos de B/C, sendo que dois correspondem a B/C 1, um a uma B/C 2 e outra a uma B/C 3, num nível que é datado de meados do século VI a meados do século V a.C., o que está de acordo com os parâmetros cronológicos das três primeiras e que rejeita a B/C 3. Estes materiais estão acompanhados por cerâmica de engobe vermelho, cerâmicas gregas e ainda cerâmicas cinzentas, mais algumas ânforas. No nível III foram detectadas três ânforas do tipo B/C 1 e uma de tipo B/C 2, o que se encontra de acordo com a datação da camada (2ª metade do século V a.C.) e com os materiais nela encontrados. Por fim no nível IV foram também vislumbradas B/C, uma da variante B/C 1 e duas das B/C 3, encontrando-se as mesmas de acordo com os dados cronológicos das variantes. Assim sendo, este é o sítio que melhor encontramos de representação desta forma anfórica, sendo que no entanto, nada é salientado sobre a sua proveniência, não permitindo tirar quaisquer conclusões sobre esta matéria.





Em El Solar nº 12 de la Calle del Puerto, vulgo Puerto 12 de Huelva, podemos observar também a presença de ânforas de tipo B/C em dois níveis, o nível IIIA, onde se detectaram duas B/C 1 e cuja datação é da 2ª metade do século V a.C., estando de acordo com os materiais encontrados nível, tais como as cerâmicas gregas, cerâmicas pintadas em bandas e cerâmicas de engobe vermelho e outras formas anfóricas. No nível V foram também encontradas duas B/C Evolucionadas, sendo este nível datado da 2ª metade do século III a.C., o que também está de acordo com a cronologia desta variante. No entanto, os materiais que as acompanham são neste nível diferentes do anterior, dominando agora a cerâmicas pintadas em bandas, seguidas das ânforas e das cerâmicas de engobe vermelho. Poucas ou nenhuma cerâmicas cinzentas e nada de cerâmicas gregas.

Na zona de Sevilha e segundo dados do artigo de García Fernández e González Acuña de 2007, pode notar a presença de ânforas do presente estudo, que em muitos casos os autores as classificaram como de Tipo D de Pellicer. Destacam-se aqui quatro sítios: San Isidoro, Abades, Palacio Arzobispal e Argote de Molina 7.

O primeiro sítio em destaque é San Isidoro, onde nos níveis 21-23 se puderam encontrar duas formas de tipo B/C 3 e uma B/C 1. As duas formas de B/C 3 encontram-se em contextos datados entre finais do século IV e os finais do século III a.C., tendo sido identificadas pelos autores como formas D, o que como se pode confirmar não é correcto. Ao pé destas foram encontradas outras formas anfóricas, com destaque para o tipo Carmona, que corrobora a datação do nível. A forma B/C 1 foi também identificada como uma Pellicer Tipo D e encontra-se em contextos da 2ª metade do século III a.C., juntamente com mais formas D. Este é claramente um material que não se conjuga com esta camada, o que pode ter acontecido por várias razões (Anexos – Estampa XXII).

No sítio de Abades foram descobertas pelos autores uma ânfora de tipo B/C 3 em contexto de finais do século IV a.C., juntamente com cerâmica de “Kuass”; cerâmica cinzenta e outras formas anfóricas. Estes dados adequam-se à cronologia conferida ao nível (Anexos – Estampa XXII).

No Palacio Arzobispal, e segundo uma sondagem, foram descobertas B/C em contextos do século III a.C., juntamente com bordos de ânforas de tipo 9.1.1.1. e copos pintados em bandas. No entanto, nada é mencionado sobre a variante da forma B/C, podendo muito provavelmente tratar-se de formas evolucionadas.

No sítio de Argote de Molina 7 a situação é diferente dos anteriores, pois nos desenhos encontrei uma B/C 1 que os autores mencionam ser uma peça de tipo Pellicer D e que tem uma cronologia do século III e os primeiros anos do século II a.C. Encontra-se juntamente com outras formas D, greco-italicas entre outras formas anfóricas. No entanto, os autores





mencionam o facto de existirem já duas ânforas de tipo B/C do século IV a.C. e que destoam do acima mencionado. Sendo esta última parte verdade, podemos então dizer que passamos de duas para três ânforas que não se enquadram no conjunto do nível em questão (Anexos – Estampa XXII).

Na zona média/baixa do Guadalquivir foram também encontrados vários sítios com a presença de ânforas de tipo B/C, isto segundo o trabalho de Mancebo Dávalos, de 1997. Os destaques aqui vão para os sítios de C. de la Cabeza, onde se documentaram B/C em níveis do século V a.C.; o sítio de Montemolín, onde no sector “...*suroriental del poblado*...” (Mancebo Dávalos, 1997) se descobriram ânforas da forma em estudo; em Mesa de Setefilla, onde se documentam na fase V do povoado; em Carmona, onde se detectaram no nível 18A, datado do século VI a.C. e por fim em Nielba, onde se documentou esta forma anfórica no “estrato IX de la Cata 8” (Mancebo Dávalos, 1997, p.207).

Na zona da actual Andaluzia podemos assim verificar que são vários os sítios onde se descobriram ânforas de tipo B/C, com destaque para as zonas interiores anexas à costa, onde se começam a desenvolver os “grandes latifúndios” de produção agrícola no século IV a.C., mas que entre o século VI e o IV a.C. devem já ter alguma actividade que permita uma produção e importação de produtos para os povoados da Turdetânia que desenvolviam trabalhos na produção dos famosos preparados de peixe.

b – Portugal:

Em Portugal, são ainda poucos os sítios onde foram identificadas ânforas de tipo B/C. No entanto, dos dados hoje em dia disponíveis podemos observar já dois pontos: um primeiro, onde se vislumbra um primeiro momento de ocupação de dois sítios, como Castro Marim e Tavira, no decorrer do século VII a.C., ao passo que nos restantes sítios observamos uma ocupação ou comércio a partir do século IV a.C., aquando da explosão demográfica e da ocupação dos interiores em maior escala, desencadeando uma maior exploração da terra de um modo superior ao anteriormente realizado (“os grandes latifúndios”). Exemplo deste último é o sítio de Moinho do Pinto, entre outros sítios (Arruda, 2005; Freitas e Oliveira 2009).

Sobre Castro Marim, já acima se dissecaram os materiais em estudo, permitindo agora que algumas questões sirvam como ponto de comparação numa análise de alguns factos que ainda não tiveram resposta, isto quando os dados de cada sítio assim o permitirem.

No caso de Tavira, não pode até hoje verificar nos textos publicados a existência de ânforas de tipo B/C. No entanto, a existência de contextos entre o século VI e IV a.C. sugere que as mesmas possam existir em situação mais ou menos análoga à de Castro Marim, ainda





mais quando já foram detectadas outras formas anfóricas que com elas convivem nestes registos, tais como as MPA4 (de tipo 11) e as R1. Fica assim a dúvida sobre este sítio, que quando for estudado sobre os mesmos critérios que Castro Marim tem sido ao longo dos últimos 20 anos, poderemos então obter muitas respostas para questões que hoje em dia se colocam sobre a ocupação do território para Ocidente do Rio Guadiana.

Dos sítios fundados no século IV a.C., o caso de Faro é aquele que mais dados nos fornece e permite alguma visualização e interpretação de dados. Segundo os dados publicados por Elisa Sousa, na sua tese de mestrado, observa-se que as ânforas em estudo se encontram em grande número (46%) na amostra de contentores anfóricos, nomeadamente em contextos do século IV e III (Sousa, 2005, p.101).

Na sua tese, a autora conseguiu identificar a variante de 33 (trinta e três) das 56 (cinquenta e seis) ânforas que catalogou como sendo do tipo B/C. Assim sendo, destas 33 (trinta e três) que permitiram a identificação da variante, 25 (vinte e cinco) são da variante B/C Evolucionada; seis pertencem à variante B/C 3 e duas à B/C 1. Estes dados encontram-se assim de acordo com a datação apontada ao sítio. No entanto, algumas formas da variante B/C Evolucionadas e das B/C 3 mudariam para uma ou outra consoante as alterações que proponho no presente trabalho. Na minha opinião as peças nº 647 e 652 são B/C 1 e não B/C Evolucionadas, como a autora assim as catalogou. As peças nº 627; 663; 636; 639 e 642 seriam para mim variantes B/C 3 e não B/C Evolucionadas, ao passo que a peça número 641 seria uma B/C Evolucionada e não uma B/C 3. Falta ainda salientar que as peças nº 626; 628 e 640 seriam excluídas do conjunto, dado a primeira ser para mim uma MPA4, devido ao grande sulco que separa o bordo da parede da peça e que as B/C até agora não demonstram, ao passo que as outras duas são para mim ânforas que se inserem dentro do Tipo D de Pellicer (Anexos – Estampas XXVII, XXVIII e XXIX).

Se aos dados da tese de mestrado, acima mencionada, juntarmos os dados do artigo publicado sobre as ânforas pré-romanas de Faro de Ana Margarida Arruda; Elisa Sousa e Patrícia Bargão, em 2005, teríamos assim um resultado de 53 (cinquenta e três) ânforas identificadas como sendo do tipo B/C, sendo que cinco seriam B/C 1; oito seriam B/C 3; 22 (vinte e duas) B/C Evolucionadas e 18 (dezoito) ficariam com a variante indeterminada.

No que aos grupos de fabrico diz respeito, podemos observar a presença de quatro grupos diferentes, sendo que dois apresentam duas subdivisões. O Grupo I, que é identificado como sendo de uma possível origem do Sotavento Algarvio, é o mais representado com mais de 50% da amostra. O Grupo IIA e o VI são os menos representados. O grupo de Cádiz, identificado pelas autoras, apresenta uma amostra de 15,79%, o que é muito diferente do que se passa em Castro Marim, dado que as variantes recentes aparecem no Castelo de Castro Marim com uma





percentagem de mais de 50%, ao passo que em Faro pouco passam dos 15%. No entanto, isto pode ser explicado pelo aparecimento do Grupo I neste sítio e que não foi detectado em Castro Marim. Assim sendo, só o desenvolvimento de mais estudos pode esclarecer estas dúvidas.

Um outro facto mais interessante e muito visível entre os dois sítios é a pouca ou nenhuma presença de B/C 2, dado que no Castelo de Castro Marim poucas são as que se encontram e em Faro nada se vislumbra. Tendo em conta que em Castro Marim nos contextos do século V a.C. esta é uma forma muito rara e que em Faro nos contextos do final do século IV e no decorrer do século III a.C. não se encontram, pode ser que a realidade que ainda hoje constitui de desconhecimento sobre o século IV possa abarcar esta variante em maior quantidade. No entanto, esta é apenas uma sugestão, que só com os dados quantitativos do Cerro Macareno e de Carmona nos poderiam elucidar.

Em Lagos, no sítio do Monte Molião, foram nos últimos anos encontradas ânforas de tipo B/C, na sequência do projecto de investigação levado a cabo por um grupo de arqueólogos coordenados pela Prof. Ana Margarida Arruda.

Segundo os dados publicados pode observar-se que a maioria das ânforas de tipo B/C são da variante B/C Evolucionada e encontram-se em contextos do século III a.C., de acordo com os materiais encontrados nesses contextos, nomeadamente ânforas de tipo MPA4 (tipo 12); Pellicer tipo D; Carmona e Tiñosa (Arruda; Sousa; Bargão e Lourenço, 2008).

Do Algarve, resta salientar ainda três outros sítios onde se detectaram a presença de ânforas de tipo B/C, dois na costa e um no interior.

O primeiro é o Cerro da Rocha Branca, um povoado localizado na foz do Rio Arade numa pequena elevação que dominaria a paisagem em volta. Puderam aqui recolher-se cinco fragmentos de ânforas de tipo B/C, isto de acordo com os desenhos (Gomes, 1993), pois o autor não menciona dados quantitativos sobre os materiais encontrados. Estes desenhos permitiram que a sua variante fosse determinada e se estabelecesse que duas pertencem à B/C 1; duas à B/C 3 e a outra pertence à B/C Evolucionada, o que corresponde à datação avançada por Ana Margarida Arruda para o sítio (século IV e III a.C.). No entanto, ficam sempre enormes dúvidas sobre estes materiais, pois não existe menção aos seus contextos reais; à sua quantificação e à sua pasta, o que dificulta o grau de comparação, tal como se fez para Faro (Anexos – Estampa XXV).

O segundo sítio, da costa algarvia, é a Vila Velha de Alvor, onde segundo dados da Professora Ana Margarida Arruda se detectou a presença da forma B1 de Maña que corresponde à forma B/C de Pellicer (Arruda, 2005). Neste povoado não foram encontradas cerâmicas áticas, o que coloca a sua datação a partir da 2ª metade do século IV e no século III





a.C. As condições de análise são aqui também impossíveis, pois os dados são poucos ou nenhuns, para além de mencionar a sua presença.

O último sítio no Algarve onde se identificaram, até aos dias de hoje, ânforas de tipo B/C é o Moinho do Pinto (Freitas e Oliveira, 2007), localizado no interior do Algarve, no curso do Rio Guadiana, um pouco mais acima de Castro Marim. Aqui, em prospecções de terreno, foram descobertas duas B/C 1 e mais algumas cerâmicas que poderão das duas uma: ou estamos perante um sítio do século V a.C. ou então poderemos estar perante um sítio fundado nos meados do século IV a.C. e que se integra na expansão territorial para o interior que ocorre neste período, o que também se poderia coadunar com os presentes materiais. Este será um ponto que só a escavação do sítio poderá solucionar (Anexos – Estampa XXV).

Fora do território algarvio foram ainda identificados três possíveis sítios como podendo conter registos de B/C ou então de 4.2.2.5. que terão algumas B/C. Estes sítios encontram-se quase todos na costa ou então em zonas onde a navegabilidade dos rios permitia excelentes condições de comunicabilidade.

Em Lisboa, no Castelo de São Jorge e em algumas ruas da cidade de Lisboa foram já encontradas ânforas do tipo 4.2.2.5. de contextos do século III a.C. Num trabalho de João Pimenta, Marco Calado e Manuela Leitão, de 2005, pode detectar nos desenhos pelo menos a presença de uma B/C 3 (Figura 11, desenho 16, p. 323). No entanto, esta peça deixa-me muitas dúvidas quanto a esta classificação, porque a canelura da mesma é muito acentuada entre a parede da peça e o bordo, facto que é muito incaracterístico nas ânforas de tipo B/C. Fica assim uma dúvida que só futuros trabalhos poderão esclarecer, com a definição destas caneluras em algumas peças (Anexos – Estampa XXVI).

O outro sítio junto à costa é Miróbriga, cidade romana de grande intensidade e que segundo o trabalho publicado por Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares, em 1979, permitiu identificar a presença de dois bordos de ânforas de tipo B/C Evolucionadas em contextos do século IV/III a.C., o que está de acordo com o registo. No entanto, os autores referem outra ânfora desta categoria, o que após observar o desenho não concordo com a classificação realizada.

Por fim, resta apenas falar das ânforas pré-romanas de Chões de Alpompe, povoado situado no lado direito do Rio Tejo, em frente a Santarém. Através dos desenhos apresentados pelo autor sobre este estudo pode apenas confirmar a existência de quatro ânforas de tipo B/C, pois as restantes não se parecem com as formas de tipo B/C (Diogo, 1993). Dentro destas quatro ânforas, pode estabelecer que uma seria B/C 1 ou B/C 2; outras duas seriam B/C 2 e a última seria B/C 3, embora esta com muitas dúvidas (Anexos – Estampa XXVI).





No entanto, estas classificações levantam um problema, a sua cronologia, pois estaríamos a falar de um sítio de finais do século V e ou século IV a.C., o que não é muito normal. No entanto, só um novo estudo sobre estes materiais e os seus contextos poderá explicar muitas destas dúvidas.

Em território actualmente português podemos ver que são ainda poucos os sítios onde foram detectadas ânforas de tipo B/C, sendo que a maioria dos sítios se encontra em território algarvio. Uma dúvida fica no entanto no meu pensamento, o porquê de um sítio como Chões de Alpompe ter um registo de ânforas de tipo B/C, nomeadamente a nível de formas antigas, sendo uma pergunta para a qual não tenho respostas imediatas e que só o alargar dos estudos às áreas vizinhas de modo a poder descobrir mais formas anfóricas em estudo o pode responder. Os restantes dados encontram-se mais ou menos de acordo com o que hoje se conhece e pensa sobre este período.

c – Norte de África (zona de Marrocos):

Na zona do Norte de África, só foram até hoje identificados dois sítios onde se encontrou a presença de B/C, ambos localizados na costa oriental do actual Marrocos.

Um dos sítios é Lixus, antigo povoado costeiro, situado a uns três km a Norte da actual cidade de Larache, no Nordeste de Marrocos, na margem direita do estuário do Rio Lucus. Segundo os últimos trabalhos publicados (Aranegui, 2005), foram descobertas duas ânforas de tipo B/C, uma de possível forma B/C 1, que os autores não a reconhecem como tal e que faz algum sentido, pois esta apresenta uma pasta da Sardenha, sítio de onde não se conhece produções desta forma. Isto provoca a quase certa expulsão desta peça, mas no entanto, fica a chave para que se um dia se vier a provar a existência de B/C de produção na Sardenha então já aqui tínhamos uma. A outra forma identificada pertence à variante B/C 3 e encontra-se em contextos do século III a.C., juntamente com formas Carmona, MPA4 e Maña C2, o que corrobora a cronologia atribuída ao contexto (Anexos – Estampa XXX).

O outro sítio, onde foram identificadas ânforas de tipo B/C, é o povoado de Kuass, que se localiza na margem direita do estuário do Rio Tahadart. No trabalho de Mohamed Kbiri Alaoui, de 2007, detectou-se a presença de ânforas de tipo 4.2.2.5., o que depois de observar alguns desenhos apresentados pode definir que algumas seriam B/C, não conseguindo perceber, no entanto, os seus contextos. É interessante observar que o grupo definido por 4.2.2.5. encontra-se representado por quase 15% da amostra, o que é significativo, sendo apenas ultrapassado pelas ânforas de tipo MPA4 (tardias e recentes) com 56,38% da amostra.





No entanto, estes dois sítios apresentam materiais com grandes semelhanças morfológicas entre a região da Turdetânia, o que poderá indicar que estejamos no decorrer do século IV a.C. perante todo o mesmo território.

d – A Turdetânia:

Ao longo dos últimos anos vários têm sido os temas de discussões acesas no meio científico, de modo a esclarecer ou tentar esclarecer a resolução de variadíssimos temas. Um destes temas é qual seria o verdadeiro território da Turdetânia em toda a sua extensão.

Aqui as teses têm sido muitas, mas duas são as que ganham maior destaque, uma com base assente nas fontes escritas da Antiguidade e outra com maior evidência no meio arqueológico e com base nas lacunas das fontes clássicas.

A primeira é defendida maioritariamente pelos autores espanhóis, que defendem que a Turdetânia era um território que se estende entre o Guadiana, a Ocidente, e as Colunas de Hércules, a Oriente. Estes dados são corroborados na sua essência genérica por Estrabão, quando afirma que “...este território de este lado del Anas se extiende hacia el este hasta la Oretania, hacia el sur hasta el litoral que va desde la desembocadura del Anas hasta las Columnas.” (tradução de Gómez Espelosín, 2007, p.156).

A segunda é defendida maioritariamente por investigadores portugueses e alguns espanhóis e assenta essencialmente na base arqueológica, que ao longo dos últimos anos tem demonstrado a grande homogeneidade existente entre o Algarve e a actual Andaluzia. Os exemplos desta homogeneidade encontram-se ao longo desta tese e em muitos trabalhos realizados pela Professora Ana Margarida Arruda e de mais alguns investigadores portugueses que têm estudado esta temática. Podemos neles observar uma realidade que se une a partir do século VIII/VII a.C. e que vai até ao século II a.C., com maior ênfase a partir do século IV a.C., onde até mesmo na região do Norte de África (zona de Marrocos) se encontram materiais muito semelhantes, se não mesmo iguais. Esta unidade é visível não só nos materiais, mas mesmo a nível de relações económicas; sociais; políticas e religiosas. No entanto, na *Geografia* de Estrabão podemos observar que o próprio autor, em algumas partes, descreve toda esta região como um bloco, afirmando que esta região se situa “...entre o Cabo Sagrado e as Colunas...” (III, 2, 4). Estrabão afirma ainda que entre as cidades Turdetanas se encontra Ossonoba, uma cidade integrada na Lusitânia. No entanto, este não é o único autor clássico a fazer referência a esta situação, pois Ptolomeu integra também Ossonoba e Balsa na Turdetânia, ainda que tenha depois excluído Lacobriga desta área e a tenha incluído na área dos celtas (Arruda, 2007a).





As ligações entre o Algarve e a actual Andaluzia são realçadas ainda mais no decorrer do século IV a.C., altura em que as fortes transformações sociais, políticas e económicas, provocam um aumento exponencial da população e uma deslocação de um grande número de pessoas para o interior dos cursos aquáticos, de modo a desenvolver as realidades agrícolas (exploração para fins industriais) que se observam na Campiña Gaditana no decorrer deste período.

Como penso, que ficou claro ao longo da presente tese, a minha ideia é idêntica à maioria dos investigadores portugueses, ao defenderem que a Turdetânia incluía os actuais territórios entre o Cabo Sagrado e as Colunas de Hércules. Fica no entanto, a possível extensão desta região ao actual território de Marrocos no Norte de África, pois os dados arqueológicos assim o possam indicar.

Esta é uma região que permite toda uma série de explorações, onde os preparados de peixe são o exemplo, por excelência, deste grande comércio e das condições da costa da Andaluzia, do Algarve e da costa de Marrocos, onde as condições marítimas e climatéricas favorecem várias espécies de peixe de boa qualidade e quantidade, como as ostras; as amêijoas; os cetáceos e os atuns. A outro nível encontramos os produtos agrícolas, que derivam da zona da Campiña Gaditana, nas zonas circundantes aos Rios Guadalquivir e Guadalete ou então nas zonas circundantes aos restantes rios desta zona. Esta área ao ser circundada pelas Cordilheiras Béticas, que favorecem uma forte prospecção agrícola, reúne as condições necessárias para o forte desenvolvimento das plantações de cereais, de vinho e de azeite, que eram a seguir aos preparados piscícolas os elementos mais comercializados da Turdetânia. Estes são os produtos que na maioria da vezes eram destinados à exportação, sendo no entanto, ainda explorados os recursos mineiros (factor de atracção de outros povos em outros períodos históricos); dos tecidos e da pastorícia.

Estas discussões permaneceram até ao momento em que vários dos estudos, em andamento nestas regiões, se completem e comprovem os dados que, mais ou menos, toda a comunidade arqueológica já reconhece. No que às fontes clássicas diz respeito, não as podemos seguir à risca, pois nos últimos anos vários têm sido os sítios que mudaram de localização com o evoluir dos estudos.





Considerações finais:

Ao longo deste trabalho tentei expor o que seriam as ânforas de tipo B/C, explicando desde o início, qual seria o seu território de dispersão e qual o seu meio de desenvolvimento.

Nesta conclusão, exporei os pontos de maior significado ao longo deste trabalho e que foram dissecados com maior destaque em cada capítulo correspondente ao assunto em discussão. Foram, no entanto, vários os pontos que ficaram sem uma resposta clara e que só o avançar do estudo de alguns sítios, uns segundo os métodos de análise de materiais mais recentes como Cerro Macareno e noutros com o avançar de estudos iniciais como os que foram desenvolvidos em Castro Marim, mas que em Tavira ainda não existem e não podem servir como ponto de comparação, dado ser o único sítio na costa algarvia que se conheça que tenha uma ocupação semelhante entre ambos.

As ânforas de tipo B/C foram definidas primeiramente por Manuel Pellicer em 1979 no seu trabalho sobre o Cerro Macareno, onde as definiu como sendo ânforas de bordos engrossados no exterior, de tendência semi-circular ou circular e reentrantes, tendo esta forma um corpo troncocónico. Foi ainda definido pelo autor que esta forma teria sofrido ao longo do seu período de utilização várias evoluções, ficando estabelecido logo ali que a mesma teria cinco formas de evolução, uma primeira designada por B/C de Tradição Fenícia e Púnica ou Antiga, que o autor não conseguiu estabelecer uma definição clara da mesma; uma segunda com bordos trapezoidais designada por B/C 1; uma terceira que apresentaria bordos circulares e designada por B/C 2; a quarta que foi denominada por B/C 3, por apresentar bordos amendoados, e a última que apresentava bordos evolucionados dos grupos anteriores, mas com uma tendência mais rectilínea, que ficou designada por B/C Evolucionada.

Depois de analisar a tipologia agora sucinta, em cima, pode observar, através dos desenhos e dos textos, algumas adequações necessárias da mesma aos dias de hoje, o que me levou a sugerir algumas alterações à mesma, com destaque para a clarificação das B/C de Tradição Fenícia e Púnica, em que as mesmas apresentam bordos de tendência triangular, ao mesmo tempo que sugeri o surgimento das B/C 1 ou B/C 2, que seria uma variante intermédia entre as B/C 1 e as B/C 2 e que teriam por definição, bordos que oscilavam entre uma tendência trapezoidal arredondada, e que tornava difícil a inserção em qualquer das variantes anteriores e seguintes. Esta nova variante, segundo os dados cronológicos de Castro Marim, encontra-se maioritariamente em contextos do século V a.C.

Noutro nível sugeri ainda que algumas peças de cada variante, definida por Pellicer em 1978, pudessem ser eliminadas, de modo a tornar a mesma tipologia mais adequada aos dias de





hoje, pois algumas destas peças seriam inseridas em outras formas anfóricas, nomeadamente nas MPA4 ou na R1.

Este tipo anfórico apresenta-se em contextos que oscilam entre os finais do século VI e os finais do século III a.C., segundo os dados fornecidos pela cronologia do Cerro Macareno, sendo que no entanto, não descarto eu próprio a possibilidade de as B/C Evolucionadas poderem, em alguns sítios, perdurar mais algum tempo, isto pelos dados de Castro Marim. No entanto, os dados cronológicos geralmente apresentados por Pellicer correspondem aos encontrados no sítio em estudo nesta tese, o que confirma os dados do Cerro Macareno.

Das variantes presentes no Castelo de Castro Marim podemos observar um domínio claro das variantes mais tardias, com 58,55% da amostra em análise, sendo que dentro destas dominam as B/C 1 com 27,32% da amostra, o que representa quase metade do conjunto das variantes tardias. É ainda de destacar o número de peças de variante Atípica, que representam quase 15% da amostra, o que é muito significativo ainda mais quando a sua cronologia mais em destaque seja a 2ª metade do século V a.C.

Ao longo da realização da presente tese, os Grupos de Fabrico foi onde maior número de questões se me colocaram. O domínio, aqui, é claro para o Grupo I, que apresenta quase 40% da amostra e que tem como zona de fabrico uma zona ainda indeterminada, inserindo-se dentro do Grupo do Extremo Ocidente Indeterminado de Ramón. No entanto, o Grupo II, o segundo mais representado com quase 30% da amostra, é o único que tem como certa a sua zona de produção, a Baía de Cádiz. O Grupo III e o Grupo IV são os terceiros e o quarto grupos de fabrico mais representados e tem possivelmente uma origem na zona média/baixa do Guadalquivir, que a provar-se esta situação, lhes conferia uma posição muito significativa no presente trabalho e que a somar à Baía de Cádiz conferiria à Andaluzia um papel muito relevante a nível de produções anfóricas deste tipo. Destaque ainda para o grupo dos fabricos raros que apresentam sete grupos distintos, o que é muito significativo para um conjunto pequeno, mas que as análises químicas poderão um dia juntar a outros grupos ou então até mesmo fazer novos, pois a análise realizada não é cientificamente exacta.

Num plano comparativo entre os grupos de fabrico e as variantes presentes podemos observar uma série de factores, para alguns dos quais não tenho ainda uma explicação dada a falta de dados em relação a outros sítios que permitam perceber se estamos perante dados novos ou se estamos perante dados mais ou menos homogéneos. Assim sendo no Grupo I; III; IV e Raros dominam as variantes antigas com percentagens que rondam entre os 55% e os 89%, o que mostra o poderio das mesmas. No Grupo II observamos o domínio das variantes mais recentes, com 51% da amostra, ao passo que no Grupo V domina a variante Atípica, o que





é uma situação muito estranha e para a qual não tenho explicação, ainda mais quando este grupo muito provavelmente têm uma origem no Norte de África.

É ainda significativa a ausência das B/C 2 no Grupo IV e a sua quase ausência no Grupo V. Esta ausência pode ser explicada pelo facto do que se passa no século IV a.C. e que é ainda um mistério, pois este é o período por excelência desta variante.

Podemos assim observar um domínio claro das variantes antigas com especial significado para os Fabricos Raros onde quase 90% da amostra é da variante B/C 1, o que mostra a propensão destes grupos para esta variante, mas isto é muito subjectivo devido à pequena quantidade de peças nesta amostra. É ainda de realçar que a B/C 1 é dominante nos Grupos I, III e IV, o que é normal dado o maior número de peças da amostra também ser desta variante. Realça-se também o facto de no Grupo V as variantes recentes se encontrarem quase ausentes.

O único sítio que permite uma análise comparativa é Faro e este mostra claras diferenças, que podem ser explicadas pelo facto de o denominado Grupo I das autoras ser um possível grupo de produção local ou regional, aparecendo em seguida o grupo de Cádiz. Temos logo aqui duas diferenças em relação a Castro Marim, é que este primeiro grupo de fabrico de Faro não aparece em Castro Marim, e ainda que o Grupo de Cádiz que em Castro Marim domina as formas recentes fica em Faro remetido para uma posição secundária.

Ao nível cronológico as peças encontram-se na sua maioria em contextos da Idade do Ferro e em contextos de acordo com a cronologia de cada variante. No entanto, as variantes recentes apresentam um domínio das peças em contextos do período romano e do período moderno, com maior ênfase para as B/C Evolucionadas, que devido ao facto de muitas se encontrarem em contextos romanos me leve a sugerir que em Castro Marim estas possam perdurar até meados do século II a.C.

Estes dados comprovam e estão de acordo com os patamares cronológicos estabelecidos por Pellicer no Cerro Macareno e mais concretamente dentro de cada variante, com maior destaque para as variantes antigas que na sua maioria estão nos seus parâmetros cronológicos.

As proveniências vieram elas mesmas comprovar os dados acima mencionados e como tal se pode desde logo afirmar que os contextos dos mesmos são muito fiáveis. O Sector 1 é aquele que mais projecção tem neste contexto, pois fornece mais de 62% da amostra em análise no presente trabalho. Este simples dado é muito significativo, pois é neste Sector que encontramos a maioria dos contextos da Idade do Ferro e que melhor quantidade de materiais em contextos seguros fornece.

Deste Sector 1 deriva o contexto que maior número de peças fornece ao presente trabalho de dissertação, ao contribuir com 52% dos materiais do Sector 1, a Unidade Estratigráfica [80 e





89]. Esta é uma das Unidades Estratigráficas chaves deste trabalho e que foi interpretada como sendo um depósito votivo, pois é um contexto onde encontramos maioritariamente ânforas, com destaque para as Mañá-Pascual A4. Ao lado das ânforas foram ainda detectadas várias formas cerâmicas, com particular ênfase para as cerâmicas gregas que permitiram inclusivamente a datação deste mesmo contexto da 2ª metade do século V a.C.

Dos materiais em estudo o domínio nesta U.E. vai para as B/C 1 com 40,30% da amostra, ao mesmo tempo que as variantes antigas representam 68,66%, o que mostra e confirma a antiguidade do contexto em causa. Destaque ainda para o facto de nesta camada se encontrar quase ausentes as formas B/C 2 e as formas recentes, que ocupam respectivamente 4,48% e 7,47% da amostra, o que é muito significativo particularmente para a quase ausência de B/C 2, dado que as outras duas formas (variantes recentes) ser normalíssimo a sua ausência neste contexto.

Nos grupos de fabrico deste contexto confirma-se os dados das variantes acima mencionadas, pois encontramos o domínio do Grupo I e III, que absorvem 65,67% da amostra. No entanto, o que mais me interroga é o facto de só esta Unidade Estratigráfica conter mais de metade das peças do Grupo de Fabrico V. Esta é uma dúvida para a qual não consigo ainda obter respostas, mas que pode ter algo a ver com o contexto em causa, de se tratar de um contexto votivo.

O Corte 3 é o segundo mais representado no presente trabalho (23,41% da amostra), e é o corte donde derivam a maioria dos materiais que se encontram em contextos romanos. Assim sendo é deste corte que derivam a maioria dos materiais das variantes recentes, com domínio especial para as B/C Evolucionadas.

Neste contexto encontra-se a unidade de maior destaque neste trabalho, a Quadricula D4, donde derivam 35,42% da amostra do Corte 3. Este é um contexto especial pela sua realidade, pois é um contexto onde em época contemporânea foi aberta uma fossa que irrompe pelas camadas de contextos da Idade do Ferro e Romanos, tendo assim trazido para a superfície ou para os contextos acima da Idade do Ferro os materiais mais antigos. Esta situação permite desde logo saber que estamos perante contextos remexidos, o que mostra que muitos dos materiais em estudo estarão fora dos seus contextos.

Os contextos datados da 2ª metade do século V a.C. são aqueles que maior quantidade de materiais forneceu para a presente tese, com destaque aqui para as Unidades Estratigráficas [80 e 89]; [766] e [616], pois juntas representam 60,47% da amostra do Sector 1.

Ao nível das peças, destaca-se ainda a presença de em algumas delas de um engobe, sendo que no que a este pormenor diz respeito não se pode retirar quaisquer conclusões, pois a





diferença entre as peças com engobe e sem engobe é muito pequena, com uma ligeira vantagem para as peças com engobe.

Um dos pontos novos deste trabalho é a presença nele de um novo elemento que encontramos nas peças de tipo B/C e que até agora nenhum outro trabalho menciona que as mesmas tragam e que são os grafitos e marcas de dedo.

Os grafitos aparecem apenas em duas ânforas e são nesta altura indecifráveis, porque aparecem em zonas de fractura das peças que não permite determinar com segurança o que os mesmos possam querer dizer. No entanto, posso adiantar que aparecem apenas em ânforas de variantes recentes, uma da variante B/C 3 e outra da variante B/C Evolucionada, o que mesmo sendo apenas duas ânforas pode querer dizer algo, sendo uma pergunta para a qual só o evoluir dos estudos pode elucidar melhor. Outro factor é o facto de estas marcas aparecerem em ânforas produzidas na Baía de Cádiz e se encontrarem em contextos da Idade do Ferro.

No que às marcas de dedo diz respeito, muitas são as dúvidas e poucas as certezas, isto porque aparecem apenas em cinco ânforas, encontram-se distribuídas por 3 variantes (duas da B/C 1; uma da B/C 3 e duas da B/C Evolucionadas) e dispersas por quatro grupos de fabrico, sendo que o Grupo I, II e V obtêm um exemplar ao passo que o Grupo III obtêm dois exemplares. Os seus contextos pouco ou nada nos dizem, pois apenas uma ânfora se encontra no seu contexto primário.

A explicação para o aparecimento destas marcas de dedo no bordo das ânforas pode ser por duas variantes: uma por razões de contagem e outra por marcas de oleiro. Pessoalmente acredito mais na primeira hipótese, pois não acredito que sendo marcas de oleiro as mesmas apresentassem um número de fabricos tão disperso, pois era uma grande coincidência as mesmas terem vindo somente para quase um povoado e ao mesmo tempo por a marca ser muito semelhante entre as diferentes peças.

Fica assim claro que são mais as dúvidas e as interrogações neste aspecto do trabalho do que as certezas que se esperava que o mesmo pudesse apresentar. No entanto, espero que em trabalhos futuros possamos ver este tema tratado com o aparecimento de mais ânforas desta categoria com marcas e grafitos que se possam assemelhar aos presentes.

Tal como acima já mencionei, foram vários os sítios onde se detectaram ânforas de tipo B/C de Pellicer, com destaque para a Andaluzia, Portugal na costa algarvia e o Norte de África no actual território de Marrocos.

Na Andaluzia, os sítios localizam-se sobretudo em duas zona, uma primeira onde as zonas interiores emergem como a principal zona onde se encontram B/C e depois uma segunda zona na Baía de Cádiz. No primeiro aglomerado de sítios onde se descobriram ânforas do tipo B/C podemos ver que dominam as zonas rurais, onde a produção era essencialmente agrícola.





Destacam-se aqui três ou quatro sítios, Cerro Macareno pelo emblema que representa no surgimento desta forma anfórica; Carmona, local onde possivelmente existem fornos de produção desta forma; Nielba, como a cidade fora do Guadalquivir onde foram encontradas B/C. No segundo aglomerado encontram-se os sítios de índole costeira, onde predominam as fábricas de preparados piscícolas, onde foram na sua maioria encontradas ânforas de tipo B/C, mas que na maioria estavam identificadas como 4.2.2.5. Destes sítios destacam-se “Las Redes” e Castillo de Dona Blanca por aquilo que representam, nomeadamente o primeiro, pois foi onde foram encontradas em contextos de fábricas e foram assim associadas a transportarem preparados de peixe.

Em Portugal, a costa algarvia é o sítio por excelência do aparecimento de ânforas do tipo B/C, apesar de ainda serem muito poucos os sítios onde a sua presença foi atestada. No entanto, destacam-se os sítios de Castro Marim e de Faro. O primeiro por todos os pontos e mais alguns e ainda mais por ser o alvo deste estudo. O segundo por ser o único que até ao momento nos fornece um ponto de comparação e que fornece já muitas interrogações, nomeadamente na questão dos grupos de fabrico. Tavira poderá ser um sítio muito relevante quando for feita a análise que já foi feita para Faro e a que está sendo agora realizado para Castro Marim.

No Norte de África foram até ao momento detectados apenas dois sítios onde se encontram ânforas de tipo B/C. Qualquer um deles é significativo porque mostra não só que as mesmas chegaram àquele território, como deixam em aberto a tal possibilidade de que possam ter sido fabricadas neste território, tal como o Grupo de Fabrico V assim o sugere.

Todos estes territórios mostram uma grande ligação entre si, pois a cultura material que ostentam é muito homogênea, nomeadamente a Andaluzia e a costa algarvia entre o século VI e o II a.C., no entanto, e muito provavelmente a partir do século IV a.C. o Norte de África junta-se a este território. Todos formariam a designada Turdetânia, pois justifica-se a afirmação com a similitude que a cultura material vêm demonstrando, com uma homogeneidade social, cultural, económica e política nestes territórios. No entanto, alguns autores não o aceitam, porque as fontes clássicas não incluem o Algarve e o Norte de África na região da Turdetânia. Estrabão, um dos autores clássicos mais mencionados, refere na sua *Geografia* que a Turdetânia se localiza entre o Cabo Sagrado e as Colunas de Hércules, ao mesmo tempo que afirma que este território se circunscreve ao Rio Guadiana a Ocidente a às Colunas de Hércules a Oriente. Este afirma ainda que Ossunoba se encontra entre as cidades da Turdetânia, o que a confirmar-se alarga assim o território ao Algarve.





Outros autores clássicos mencionam várias contradições como já acima do conhecimento. Assim sendo não é totalmente credível utilizar somente as fontes clássicas para justificar o território daquilo que seria a Turdetânia.

Por tudo isto fica claro que a minha posição se insere na definição da Turdetânia como a região da actual Andaluzia e costa algarvia, a que se juntaria no decorrer do século IV a.C. o Norte de África com a zona do actual Marrocos.

O conteúdo destas ânforas é um dos assuntos que avanço como novo para esta forma. Mediante os dados hoje em dia disponíveis, com o maior aglomerado de sítios onde foram detectadas B/C se encontrar em zonas de forte produção agrícola e de estas serem produzidas nas mesmas zonas sugere o facto de transportarem produtos agrícolas. No entanto, o facto de terem sido encontradas ânforas de tipo B/C na fábrica de “Las Redes” sugeriu que as mesmas fossem destinadas ao transporte de preparados de peixe. Esta situação nunca foi até hoje resolvida, e assim sendo entra aqui a minha ideia. A ideia seria então a de estas formas anfóricas transportarem vários produtos, por exemplo ao serem produzidas em sítios do interior poderiam vir para a costa trazendo produtos agrícolas (vinho, azeite ou cereais) e quando chegassem à costa poderiam aí ser reaproveitadas para enviar para as mesmas zonas interiores os preparados de peixe que eram produzidos na costa.

Esta é apenas uma ideia mas que pode perfeitamente ter ocorrido e justifica o facto de ser produzida no interior e se encontrar também em fábricas de preparados de peixe, dado que não seria muito verosímil que as mesmas fossem produzidas no interior e depois fossem enviadas para as áreas costeiras vazias onde seriam depois envasados os preparados de peixe. Ao mesmo tempo justifica-se o maior aglomerado destas formas em zonas do interior. Estas seriam assim ânforas destinadas ao comércio interno da Turdetânia, dado que até hoje não foram encontradas fora destes territórios.

Tentei assim, ao longo da presente tese, expor os factos mais significativos do trabalho que desenvolvi e onde apresento estas como as principais conclusões, muitas das quais só poderão ser comprovadas e outras desenvolvidas com o estudo de alguns sítios emblemáticos, tal como Cerro Macareno, que quando for apresentado um estudo quantitativo dos materiais e um estudo de pastas das ânforas e dos fornos poderão solucionar muitas questões que se encontram aqui em discussão. Outro sítio em que o estudo proporcionaria mais dados comparativos seria Tavira, que dado ser o único sítio na costa algarvia com um período cronológico de ocupação semelhante ao do Castelo de Castro Marim, pode resolver muitas das questões que os grupos de fabrico levantam, nomeadamente em comparação com Faro.

Faço votos para que os futuros estudos desta e outras formas anfóricas, deste período histórico, possam realizar-se com um maior rigor científico, pois faltam muitos dados em





vários estudos recentes, como os dados de grupos de fabrico e a quantificação dos materiais em diferentes sítios. Estes elementos poderiam resolver muitas das questões aqui levantadas, pois não se pode responder a algo concretamente com meia dúzia de peças de um único sítio, quando não se sabe se as mesmas representam um contexto homogéneo ou heterogéneo, no mundo da Turdetânia.





Bibliografia

- ALAOUI, M. K. (2007) – Revisando Kuass (Asilah, Marruecos). Tallares cerámicos en un enclave Fenicio, Púnico y Mauritano. In *Saguntum*. Universitat València. Extra 7.
- ALONSO VILLALOBOS, C.; FLORIDO NAVARRO, C.; MUÑOZ VICENTE, A. (1991) – Aproximación a la tipología anfórica de la Punta Del Nao (Cádiz, España). In *Atti del II Congresso Internazionale di Studi Fenici e Punici*. Roma, II, p.601-616.
- ALVAR, J.; WAGNER, C. G. (1988) – La actividad agrícola en la economía fenicia de la Península Ibérica. *Gerión*. Madrid. 6, p. 169-185.
- ARANEGUI GASCÓ, C., ed. (2005) – Lixus-2: Ladera sur. Excavaciones arqueológicas Marroco-Espanolas a la colonia fenicia. Campañas 2000-2003. In *Saguntum*. Universitat València. Extra 6.
- ARANEGUI GASCÓ, C., ed. (2001) – Lixus, colonia fenicia y ciudad púnico-mauritana anotaciones sobre su ocupación medieval. In *Saguntum*. Universitat València. Extra 4.
- ARANEGUI GASCÓ, C.; KBIRI ALAOUI, M.; VIVES FERRÁNDIZ, J. (2004) - Alfares y producciones cerámicas en Mauritania Occidental. Balance y perpectives. In BERNAL, D. e LAGÓSTENA, L. (eds.), *Figlinae Baeticae*. Universidad de Cádiz, I, p. 363-378.
- ARCELIN, P.; TUFFREAU-LIBRE, M., dir. (1998) – *La quantification des céramiques. Conditions et protocole. Actes de la table ronde du Centre Archéologique Européen du Mont Beauvray (Glux-en-Glenne, 7-9 Avril 1998)*. Bibracte. 2.
- ARRUDA, A. M. (1993) – O Oriente no Ocidente. In MEDINA (dir.), *História de Portugal*. Lisboa: Ediclube. Volume 2, p. 17-44.
- ARRUDA, A. M. (1996) – O castelo de Castro Marim. In *De Ulisses a Viriato. O Primeiro Milénio a.C.*. Museu Nacional de Arqueologia. Lisboa. p. 95-100.
- ARRUDA, A. M. (1997a) – *As cerâmicas áticas do Castelo de Castro Marim*. Lisboa: Colibri.
- ARRUDA, A. M. (1997b) – Os núcleos urbanos litorais da Idade do Ferro no Algarve. In *Noventa séculos entre a serra e o mar. Instituto Português do Património Arquitectónico*. Lisboa, p. 243-255.
- ARRUDA, A. M. (1998) – O Algarve nos séc. V e IV a.C. In *O Algarve. Da Antiguidade aos nossos dias*. Lisboa: Edições Colibri. P. 23-31.





- ARRUDA, A. M. (1999-2000) – *Los fenícios en Portugal: fenícios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal*. Barcelona: Cuadernos de Estudios Mediterrâneos.
- ARRUDA, A. M. (2000a) - *Fenícios e Mundo Indígena no Centro e Sul de Portugal (séculos VIII-VI a.C.) em torno às histórias possíveis*. Dissertação de Doutoramento em arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2 volumes. Edição policopiada.
- ARRUDA, A. M. (2000b) – As cerâmicas de importação do Castelo de Castro Marim, no âmbito do comércio ocidental dos séculos V a III a.C. In *Actas del IV Congreso Internacional de Estudios Fenícios y Púnicos*. Cádiz, II, p. 727-735.
- ARRUDA, A. M. (2000c) – O comércio fenício no território actualmente português. In *Intercambio y Comercio preclásico en el Mediterráneo. I colóquio del CEFYP*. Madrid, p.59-77.
- ARRUDA, A. M. (2001) – Importações Púnicas no Algarve: cronologia e significado. In *Os Púnicos no Extremo Occidente*. Lisboa, Universidade Aberta, p. 69-98.
- ARRUDA, A. M. (2003) – Escavações arqueológicas no Castelo de Castro Marim: balanço e perspectivas. In *Xelb*. Silves, 4, p.69-88.
- ARRUDA, A. M. (2005a) – O 1º milénio a.n.e. no Centro e no Sul de Portugal: leituras possíveis no início de um novo século. In *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 23, p.9-156.
- ARRUDA, A. M. (2005b) – Orientalizante e pós-orientalizante no sudeste peninsular: geografias e cronologias. In *Actas del III Simposio Internacional de Arqueologia de Mérida: Protohistoria del Mediterráneo Occidental*. Consejo Superior de Investigaciones Científicas, I, p.277-304.
- ARRUDA, A. M. (2006) – Os recursos marítimos na economia da Idade do Ferro do Sul de Portugal: o sal, a pesca e os preparados de peixe. In *Historia de la Pesca en el ámbito del Estrecho*. Junta de Andalucía, I, p. 383-405.
- ARRUDA, A. M. (2007a) – A Idade do Ferro do Sul de Portugal. Estado da Investigação. In *Madridrer Mitteilungen*. Madrid. 48, p. 114-139.
- ARRUDA, A. M. (2007b) – A Idade do Ferro no Algarve: velhos dados (e outros mais recentes) e novas histórias. In *Xelb – Actas do 4º Encontro de Arqueologia do Algarve*. Silves, 7, p.115-130.
- ARRUDA, A. M. (2007c) – *Lacobriga. A ocupação romana na Baía de Lagos*. Câmara Municipal de Lagos. Lagos





- ARRUDA, A. M. (2008) – Fenícios e Púnicos em Portugal. Problemas e Perspectivas. In VITA, J. P.; ZAMORA, J. Á (eds.) – *Cuadernos de Arqueología Mediterránea: Nuevas Perspectivas II: La Arqueología Fenicia y Púnica en La Península Ibérica*. Barcelona, 18, p. 13-23.
- ARRUDA, A. M.; GONÇALVES, V. (1995) – Produção e consumo de vinho no território actualmente português durante a Idade do Ferro (séculos VIII-IVA.C.). In *Amar, Sentir e Viver a História. Estudos de homenagem a Joaquim Veríssimo Serrão*. Lisboa, Edições Colibri, p.21-27.
- ARRUDA, A. M.; FREITAS, V. T. (2001) – Intervenção Arqueológica no Castelo de Castro Marim 2000. Relatório dos Trabalhos de Campo.
- ARRUDA, A. M.; FREITAS, V. T.; OLIVEIRA, C. O. (2002) - Intervenção Arqueológica no Castelo de Castro Marim 2001. Relatório dos Trabalhos de Campo.
- ARRUDA, A. M.; FREITAS, V. T.; OLIVEIRA, C. O.; BARGÃO, P.; PEREIRA, R. L. (2003) - Castelo de Castro Marim: estudo, recuperação e valorização do património arqueológico. Intervenção Arqueológica no Castelo de Castro Marim 2002. Relatório dos Trabalhos de Campo.
- ARRUDA, A. M.; FREITAS, V. T.; OLIVEIRA, C. O.; BARGÃO, P.; PEREIRA, R. L.; SOUSA, E. (2004) - Castelo de Castro Marim: estudo, recuperação e valorização do património arqueológico. Intervenção Arqueológica no Castelo de Castro Marim 2003. Relatório dos Trabalhos de Campo.
- ARRUDA, A. M.; BARGÃO, P.; SOUSA, E. (2005) – A ocupação pré-romana de Faro: alguns dados novos. In *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, 8:1, p.177-208.
- ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C.; BARGÃO, P.; PEREIRA, R. (2006) – A importação de preparados de peixe em Castro Marim: da Idade do Ferro à Época Romana. In *Setúbal Arqueológica*. Setúbal, 13, p. 153-176.
- ARRUDA, A. M.; FREITAS, V. T.; OLIVEIRA, C. (2007) – Os Fenícios e a urbanização no Extremo Ocidente: o caso de Castro Marim. In LÓPEZ CASTRO, J. L. (ed.), *Las ciudades fenicio-púnicas en el Mediterráneo Occidental*. Editorial Universidad de Almeria e Centro de Estudos Fenícios y Púnicos, p. 460-482.
- ARRUDA, A. M.; SOUSA, E.; BARGÃO, P.; LOURENÇO, P. (2008) – Monte Molião (Lagos): resultados de um projecto em curso. In *Xelb- Actas do 5º Encontro de Arqueologia do Algarve*. Silves, 8, p.137-168.
- BARTHÉLEMY, M. (2000) – El comercio fluvial fenicio en la Península Ibérica. In *Actas del IV Congreso Internacional de Estudios Fenicios y Punicos*. Cádiz, I, p. 291-297.





- BELÉN DEAMOS, M.; FERNÁNDEZ MIRANDA, M. (1978) – La Tiñosa (Lepe, Huelva). In *Huelva Arqueológica*. Huelva. 4, p.197-289.
- BÉLEN DEAMOS, M.; ESCACENA CARRASCO, J. L. (1997) – Economía y sociedad en la Turdetania de los siglos V-IV a.C. In FERNÁNDEZ JURADO, J.; RUFETE TOMICO, P.; GARCÍA SANZ, C. (eds.), *La Andalucía Ibero-Turdetana (Siglos VI-IV a.C.) (Huelva, 1994)*. *Huelva Arqueológica*. Huelva. XIV, p. 138-160.
- BÉLEN, M. (1996) – Fenícios en Andalucía Occidental. Diez años de investigación (1980-1990).
<http://www.ucm.es/info/antigua/cefyp/Biblioteca/biblioteca.htm>
- BELTRÁN LLORIS, M. (2004) – Alfares y hornos romanos en Andalucía. Historiografía de la investigación y claves de lectura. In BERNAL, D. e LAGÓSTENA, L. (eds.), *Figlinae Baeticae*. Universidad de Cádiz, I, p. 9-38.
- BENITO, N.; COSTA, B.; GARIJO, B.; J. FERNÁNDEZ, J.; MEZQUIDA, A. (2000) – Ibiza púnica: la colonización agrícola. Algunos planteamientos para su estudio. In *Actas del IV Congreso Internacional de Estudios Fenicios y Punicos*. Cádiz, I, p. 305-312.
- BERNAL CASASOLA, D. (2004) – Ânforas de transporte y contenidos. A propósito de la problemática de algunos envases de los SS. II y I A.C.. In, *XVI Encuentros de Historia y Arqueología – “Las industrias alfareras y conserveras Fenicio-Púnicas de la Bahía de Cádiz”*. Publicaciones Obra Social y Cultural Cajasur. Córdoba, p.321-378.
- BERNAL CASASOLA, D.; SÁEZ ROMERO, A. M. (2007) – Saladeros y alfares en Gadir. La perspectiva productiva de las ciudades fenicio-púnicas del Extremo Occidente. In LÓPEZ CASTRO, J. L. (ed.), *Las ciudades fenicio-púnicas en el Mediterráneo Occidental*. Editorial Universidad de Almería e Centro de Estudios Fenicios y Púnicos, p. 316-368.
- BERNAL, D.; MONTERO, A. I.; SÁEZ, A. M.; LAGÓSTENA, J.; LORENZO, L. (2007) – Novedades sobre la producción anfórica púnico-gaditana (ss. V-I a.C.). Avance del taller alfarero de la C/ Asteroides (San Fernando, Cádiz). In MORÍN, J.; URBINA, D.; BICHO, N. F. (ed.), *As Idades do Bronze e do Ferro na Península Ibérica. Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*. Universidade do Algarve, p.309-325.
- BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, J. M. (2006) – La Hispania en época de Augusto vista por los escritores contemporáneos. Estrabón y Trogo Pompeyo. In *Gerión*. Madrid. 24:1, p. 237-249.
- CABRERA BONET, P. (2000) – Cádiz y Ampurias: relaciones económicas y de intercambio. Siglos V y IV a.C. In *Actas del IV Congreso Internacional de Estudios Fenicios y Punicos*. Cádiz, I, p. 313-317.





- CAMPOS CARRASCO, J. M.; PÉREZ MACÍAS, J.A.; VIDAL TERUEL, N. (2004) – Alfares e producciones cerámicas en la provincia de Huelva. Balance y perspectivas. In BERNAL, D. e LAGÓSTENA, L. (eds.), *Figlinae Baeticae*. Universidad de Cádiz, I, p. 125-160.
- CARRERA RUIZ, J. C.; DE MADARIA ESCUDERO, J. L.; VIVES-FERRÁNDEZ SÁNCHEZ, J. (2000) – La pesca, la sal y el comercio en el Círculo del Estrecho. Estado de la cuestión. In *Gerión*. Madrid. 18, p. 43-76.
- CARRETERO POBLETE, P. A. (2004a) – *Las ánforas tipo “Tiñosa” y la explotación agrícola de la Campiña Gaditana entre los siglos V y III a.C.* Dissertação de doutoramento, apresentada à Faculdade de Geografia e Historia da Universidade Complutense de Madrid. Edição Policopiada.
- CARRETERO POBLETE, P. A. (2004b) - Las producciones cerámicas de ánforas tipo “Campamentos Numantinos” y su origen en San Fernando (Cádiz): Los hornos de Pery Junquera. In *B.A.R. Internacional*, series 1266, Oxford.
- CARRETERO POBLETE, P. A. (2005) – Difusión de ánforas tipo “Tiñosa” en Algarve (Portugal) y la comercialización de productos agrícolas púnico-turdetanos entre los siglos V y III a.C. In *XELB* 5. Silves.
- CARRETERO POBLETE, P. A. (2007) – Aspectos de la intensificación del área gaditana a partir del siglo IV a.C. In *Sítios e Paisagens Rurais do Mediterrâneo Púnico*. Lisboa, Cadernos da Uniarq 3.
- CARRETERO POBLETE, P. A. (no prelo) – Las villas agrícolas púnico-turdetanas de la Campiña Gaditana (Cádiz – Espanha).
<http://www.ucm.es/info/antigua/cefyp/Biblioteca/biblioteca.htm>
- CASTAÑEDA FERNÁNDEZ, V.; HERRERO LAPAZ, N. (1998) – Intervención arqueológica de urgencia en los entornos de los hornos tardopúnicos de Torre Alta (San Fernando, Cádiz). Sondeos arqueológicos en la unidad de ejecución nº 16. In *Anuário de Arqueología de Andalucía*. Andalucía, III, p.134-137.
- CHAVES TRISTÁN, F.; GARCÍA VARGAS, E.; FERRER ALBELDA, E. (1998) – Datos relativos a la pervivencia del denominado “Círculo del Estrecho” en época republicana. In *L’Africa Romana. Atti del XII Convegno di Studio*. Editrice Democratica Serda, p.1307-1320.
- CHIC GARCÍA, G.; GARCÍA VARGAS, E. (2004) - Alfares y producciones cerámicas en la provincia de Sevilla. Balance y perspectivas. In BERNAL, D. e LAGÓSTENA, L. (eds.), *Figlinae Baeticae*. Universidad de Cádiz, I, p. 279-348.





- CHIC GARCÍA, G.; FRUTOS REYES, G.; BERRIATUA, N. (1988) – Las ânforas de la factoria prerromana de salazones de “Las Redes” (Puerto de Santa Maria, Cádiz). In *Actas 1º Congreso Peninsular de Historia Antigua*. Universidad de Santiago de Compostela, I, p.295-306.
- DÍAZ RODRÍGUEZ, J. J.; SÁEZ ROMERO, A. M.; MONTERO FERNÁNDEZ, A.I. (2005) – Primeras muestras de alfarerías fenicias tardo-arcaicas en Gadir.. In *Actas del III Simposio Internacional de Arqueologia de Mérida: Protohistoria del Mediterráneo Occidental*. Consejo Superior de Investigaciones Científicas, II, p.1335-1349.
- DIOGO, A. M. D. (1993) – Ânforas pré-romanas dos Chões de Alpompe (Santarém). In *Estudos Orientais* (Actas do Encontro “Os fenícios no território português”). Lisboa. 4, p. 215-227.
- DOMÍNGUEZ PÉREZ, J. C. (2003a) – Volumen global y significación del tráfico marítimo mediterráneo en los siglos V-IV a.C. In *Zephyrus*. Universidad de Salamanca, 56, p. 137-153.
- DOMÍNGUEZ PÉREZ, J. C. (2003b) – Entidad arqueológica y dimensión económico-política del Círculo Púnico-Gaditano en el Mediterráneo Occidental, 348-218 AC. In *Antiquitas*. Córdoba. 15, p. 51-58.
- DOMÍNGUEZ PÉREZ, J. C. (2003c) –Arqueología de los intereses económicos mediterráneos en la Península Ibérica. Una lectura alternativa del presunto período protohistórico. In *Revista Atlântica-Mediterrânea de Prehistoria y Arqueología Social*. Universidad de Cádiz, 6, p.223-274.
- DOMÍNGUEZ PÉREZ, J. C. (2005) – Materiales púnico-gaditanos en los confines del Extremo Occidente atlántico. In *Antiquitas*. Córdoba. 17, p. 5-11.
- DOMÍNGUEZ PÉREZ, J. C. (2006a) – La dialéctica turdetano-fenicio occidental como estratégia de implantación territorial postcolonial. Una propuesta de discriminación funcional de los yacimientos según su aportación al modo productivo y a la estructura de la propiedad. In *Revista Atlântica-Mediterrânea de Prehistoria y Arqueología Social*. Universidad de Cádiz, 8, p.139-198.
- DOMINGUEZ PÉREZ, J. C. (2006b) – Gadir e los Fenicios occidentales federados V-III a.C. Dialéctica aplicada al territorio productivo turdetano. In, *BAR International Series* 1513, Oxford.
- DOMÍNGUEZ PÉREZ, J. C. (2007) – Estructuras productivas y distributivas del Círculo púnico-gaditano (IV-III): bases locales para un imperio atlântico-mediterráneo. In MORÍN, J.; URBINA, D.; BICHO, N. F. (ed.), *As Idades do Bronze e do Ferro na Península Ibérica. Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*. Universidade do Algarve, p. 295-307.
- FABIÃO, C. (1999) – *O mundo indígena e a sua romanização na área céltica do território português*. Dissertação de doutoramento em Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 3 volumes. Edição Policopiada.





- FERNÁNDEZ JURADO, J. (2003) – Indígenas y Fenícios en Huelva. In *Huelva Arqueológica*. Huelva, XVIII, p.33-53.
- FERRER ALBELDA, E. (2004) – Sustratos fenicios y adstratos púnicos: los bástulos entre el Guadiana y el Guadalquivir. In *Huelva Arqueológica*. Huelva, 20 p. 281-298
- FLORIDO NAVARRO, M. C. (1984) – Anforas prerromanas sudibéricas. In *Habis*. Sevilla, 15, p. 419-437.
- FLORIDO NAVARRO, M. C. (1985) – Las anforas del poblado orientalizante e iberopunico del Carambolo (Sevilla). In *Habis*. Sevilla, 16, p.487-516.
- FREITAS, V. T. (2005) – *As cerâmicas de engobe vermelho do Castelo de Castro Marim*. Dissertação de mestrado em Pré-História e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Edição policopiada.
- FREITAS, V. T.; OLIVEIRA, C. (2007) – A Idade do Ferro no Baixo Guadiana. In MORÍN, J.; URBINA, D.; BICHO, N. F. (ed.), *As Idades do Bronze e do Ferro na Península Ibérica. Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*. Universidade do Algarve, p. 409-418.
- FRUTOS REYES, G.; MUÑOZ VICENTE, A. (1994) – Hornos púnicos de Torre Alta (San Fernando, Cádiz). In *Arqueologia en el entorno del Bajo Guadiana*. Huelva, p.393-410.
- FRUTOS REYES, G.; MUÑOZ VICENTE, A. (1996) – La industria pesquera y conservera púnica-gaditana: balance de la investigación. Nuevas perspectivas. In *SPAL*. Universidad de Sevilla, 5, p.133-165.
- GAGO VIDAL, M. H.; CLAVAÍN GONZÁLEZ, I.; MUÑOZ VICENTE, A.; PERDIGONES MORENO, L.; DE FRUTOS REYES, G. (2000) – El complejo industrial de salazones gaditano de Camposoto, San Fernando (Cádiz): estudio preliminar. In *Habis*. Sevilla. 31, p. 37-62.
- GARCIA ALONSO, F. (coord.) (2008) – *De Iberia a Hispania*. Barcelona, Editorial Ariel.
- GARCÍA FERNÁNDEZ, F. J. (2007) – *Los Turdetanos en la Historia: análisis de los testimonios literarios grecolatinos*. Sevilla, Editorial Graficas Sol.
- GARCÍA FERNÁNDEZ, F. J.; GONZÁLEZ ACUÑA, D. (2007) – Secuencias estratigráficas y contextos culturales de la Sevilla prerromana. In BENDELA GALÁN, M.; BELÉN DEAMOS, M. (dir.) - *Actas V Congreso de Historia de Carmona. El nacimiento de la Ciudad: La Carmona Protohistórica*. Carmona, p.525-566.





- GARCÍA VARGAS, E. (1998) – *La producción de Ánforas en la Bahía de Cádiz en Época Romana. (Siglos II a.C. – IV d.C.)*. Sevilla, Editorial Graficas Sol.
- GARCÍA VARGAS, E. (2004) – La romanización de la “industria” Púnica de las salazones en el Sur de Hispania. In, *XVI Encuentros de Historia y Arqueología – “Las industrias alfareras y conserveras Fenicio-Púnicas de la Bahía de Cádiz”*. Publicaciones Obra Social y Cultural Cajasur. Córdoba, p.101-129.
- GARCÍA VARGAS, E.; FERRER ALBELDA, E. (2006) – Producción y comercio de salazones y salsas saladas de pescado del litoral andaluz en Época Fenicio-Púnica. Temas y Problemas. In *Setúbal Arqueológica*. Setúbal, 13, p.19-38.
- GÓMEZ ESPELOSÍN, J. (2007) – *Geografía de Ibéria. Estrabón*. Madrid, Alianza Editorial.
- GOMES, M. V. (1993) – O estabelecimento fenício-púnico de Cerro da Rocha Branca (Silves). In *Estudos Orientais* (Actas do Encontro “Os fenícios no território português”). Lisboa. 4, p. 73-107.
- GOMES TOSACANO, F. (2007) – Nuevas evidencias en Huelva desde finales del siglo VI a.C. ¿Crisis, reactivación, o simplemente continuidad? In LÓPEZ CASTRO, J. L. (ed.), *Las ciudades fenicio-púnicas en el Mediterráneo Occidental*. Editorial Universidad de Almeria e Centro de Estudos Fenícios y Púnicos, p. 442 – 457.
- GONZÁLEZ TORAYA, B.; TORRES QUIRÓS, J.; LAGÓSTENA BARRIOS, L.; PRIETO REINA, O. (2000) – Los inicios de la producción anfórica en la Bahía Gaditana en época republicana: la intervención de urgencia en avda. Pery Junquera (San Fernando, Cádiz). In *Congreso Internacional Ex Baetica Amphorae*. Sevilla, I, p. 175-185.
- GUERRA, A. (1995) – *Plínio-o-Velho e a Lusitânia*. Lisboa: Edições Colibri.
- GUERRERO, V. M.; QUINTANA, C. (2000) – Comercio y difusión de ánforas ibéricas en Baleares. In *Quaderns de prehistòria i arqueologia de Castelló*. Castellón. 21, p. 153-182.
- GUTIÉRREZ LÓPEZ, J. M. (1997) – La factoría de salazones púnico-gaditana “Puerto 19” de Pinar Hondo (El Puerto de Santa María, Cádiz). In *Anuário Arqueológico de Andalucía*. Andalucía, III, p.77-87.
- GUTIÉRREZ LÓPEZ, J. M. (2004) – La factoría “Puerto 19” (El Puerto de Santa María, Cádiz) y la producción de salazones de Gadir. In, *XVI Encuentros de Historia y Arqueología – “Las industrias alfareras y conserveras Fenicio-Púnicas de la Bahía de Cádiz”*. Publicaciones Obra Social y Cultural Cajasur. Córdoba, p.237-262.





- JIMÉNEZ FLORES, A. M.; GARCÍA FERNÁNDEZ, J. G. (2006) – In *Vino Humanitas* (y II): vino y cultura en la Turdetania prerromana. In *Habis*. Sevilha, 37, p.125-144.
- JUAN TOVAR, L. C. (1992) – Alfares y hornos de la Antigüedad en la Península Ibérica: algunas observaciones en torno a su estudio. In *Tecnología de la cocción cerámica desde la antigüedad a nuestros días*. Alicante, p.66-85.
- JUAN TRESSERRAS, J.; CARLOS MATAMALA, J. (2004) – Los contenidos de las ánforas en el Mediterráneo Occidental. Primeros resultados. In *Arqueo Mediterrânia*. Universidad de Barcelona. Barcelona, 8, p.283-291.
- LAGÓSTENA BARRIOS, L. (2001) – *La Producción de salsas y conservas de pescado en la Hispânia Romana (II a.C. – VI d.C.)*. Barcelona: Universitat de Barcelona.
- LAGÓSTENA BARRIOS, L.; BERNAL CASSOLA, D. (2004) – Alfares y producciones cerámicas en la provincia de Cádiz. Balance y perspectivas. In BERNAL, D. e LAGÓSTENA, L. (eds.), *Figlinae Baeticae*. Universidad de Cádiz, I, p. 39-124.
- LÓPEZ CASTRO, J. L. (1993) – La producción fenicia occidental de salazón de pescado. In *II Congresso Peninsular de História Antiga*. Universidade de Coimbra, p.353-362.
- MAIA, M. (2000) – Tavira fenícia. O território para Ocidente do Guadiana, nos inícios do I milénio a.C. In *Fenícios y Territorio. Actas del II Seminario Internacional sobre Temas Fenicios*. Alicante, p. 121-150.
- MAIA, M. (2006) – La pesca, a actividade conserveira e as ânforas de Tavira. In *Historia de la Pesca en el ámbito del Estrecho*. Junta de Andalucía, I, p. 455-487.
- MAÑA, J. M. (1951) – Sobre tipología da ánforas púnicas. In *Crónica del VI Congreso Arqueológico de Sudeste*. Cartagena. p. 203-210.
- MANCEBO DÁVALOS, J. (1997) – Ánforas orientalizantes de la cuenca baja del Guadalquivir. In *Zephyrus*. Universidad de Salamanca, 50, p.199-215.
- MARÍA GUTIÉRREZ, J.; RUIZ, J.; GILES, F.; BUENO, P.; JOSÉ LOPÉZ, J.; AGUILERA, L. (2000) – El río Guadalete (Cádiz) como vía de comunicación en épocas fenicia y púnica en Andalucía Occidental. In *Actas del IV Congreso Internacional de Estudios Fenicios y Punicos*. Cádiz, II, p. 795-806.
- MARTINEZ MAGANTO, J. (1992) – Las técnicas de pesca en la Antigüedad y su implicación económica en el abastecimiento de las industrias de salazón. In *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología*. Universidad Autónoma de Madrid, 19, p. 219-244.





- MARZOLI, D. (2000) – Ânforas púnicas de Morro de Mesquitilla (Málaga). In *Actas del IV Congreso Internacional de Estudios Fenicios y Punicos*. Cádiz, IV, p. 1631-1644.
- MORENO PÁRAMO, A.; ABAD CASAL, L. (1971) – Aportaciones al estudio de la pesca en la antigüedad. In *Habis*. Universidad de Sevilla, 2, p. 209-222.
- MUÑOZ VICENTE, A. (1985) – Las ánforas prerromanas de Cádiz (informe preliminar). In *Anuário de Arqueología de Andalucía*. Andalucía, II, p.471-478.
- MUÑOZ VICENTE, A. (1990-91) – Las cerámicas fenicio-púnicas de origen submarino del área de la Caleta (Cádiz). In *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología Castellonenses*. Castellón, 15, p.287-333.
- MUÑOZ VICENTE, A.; FRUTOS REYES, G. (2004) – El comercio de las salazones en época fenicio-púnica en la Bahía de Cádiz. Estado actual de las investigaciones: los registros arqueológicos. In, *XVI Encuentros de Historia y Arqueología – “Las industrias alfareras y conserveras Fenicio-Púnicas de la Bahía de Cádiz”*. Publicaciones Obra Social y Cultural Cajasur. Córdoba, p.131-167.
- MUÑOZ VICENTE, A.; FRUTOS REYES, G. (2006) – El complejo alfarero de Torre Alta en San Fernando (Cádiz). Campaña de excavaciones de 1988. Una aportación al estudio de la industria pesquera en la Bahía de Cádiz en Época Tardopúnica. In *Historia de la Pesca en el ámbito del Estrecho*. Junta de Andalucía, II, p. 703-803.
- NIVEAU DE VILLEDARY Y MARIÑAS, A. M. (1997) – Ânforas Turdetanas, Mediterráneas y Púnicas del S. III del Castillo de Doña Blanca (El Puerto de Santa María, Cádiz). In *Actas del XXIV Congreso Nacional de Arqueología*. Cartagena, p.133-140.
- NIVEU DE VILLEDARY Y MARIÑAS, A. M. (2001) – El espacio geopolítico gaditano en época púnica. Revisión y puesta al día del concepto de «Círculo del Estrecho». In *Gerión*. Madrid. 19, p. 313-354.
- NIVEAU DE VILLEDARY Y MARIÑAS, A. M. (2002) – Las ánforas turdetanas del tipo Pellicer D. Ensayo de clasificación. In *SPAL*. 11, p. 234-251.
- NIVEAU DE VILLEDARY Y MARIÑAS, A. M. (2008) – Estado de la cuestión y nuevas perspectivas de la arqueología púnica en la Península Ibérica: el caso de la Bahía de Cádiz. In VITA, J. P.; ZAMORA, J. Á (eds.) – *Cuadernos de Arqueología Mediterránea: Nuevas Perspectivas II: La Arqueología Fenicia y Púnica en La Península Ibérica*. Barcelona, 18, p. 81-127.





- NIVEAU DE VILLEDARY Y MARIÑAS, A. M.; RUIZ MATA, D. (1997) – La zona industrial de las cumbres y la cerámica del S. III A.N.E. (Castillo de Doña Blanca - El Puerto de Santa María, Cádiz). In *Actas del XXIV Congreso Nacional de Arqueología*. Cartagena, p.125-131.
- NIVEAU DE VILLEDARY, A. M.; RUIZ MATA, D. (2000) – El poblado de Las Cumbres (Castillo de Doña Blanca): Urbanismo y materiales del s. III a.C. In *Actas del IV Congreso Internacional de Estudios Fenicios y Punicos*. Cádiz, II, p. 893-903.
- OLIVEIRA, C. (2006) – *A cerâmica manual do Castelo de Castro Marim (século IX a III a.n.e.)*. Dissertação de Mestrado em Pré-História e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2 volumes. Edição policopiada.
- PELLICER CATALÁN, M. (1978) – Tipología y cronología de las ánforas prerromanas del Guadalquivir según el Cerro Macareno (Sevilla). In *Habis*. Sevilla. 9, p. 365-400.
- PELLICER CATALÁN, M. (1982) – Las cerámicas del mundo fenicio en el Bajo Guadalquivir: evolución y cronología según el Cerro Macareno (Sevilla). In NIEMEYER, H. G., ed. – *Phonizier im Westen*. Mainz. p. 371-406.
- PELLICER CATALÁN, M. (1998) – La colonización Fenicia en Portugal. In *SPAL*. Universidad de Sevilla. Sevilla, 7, p.93-105.
- PELLICER CATALÁN, M. (2000) – El proceso orientalizante en el Occidente Ibérico. In *Huelva Arqueológica*. Huelva, XVI, p. 89-134.
- PERDIGONES MORENO, L.; MUÑOZ VICENTE, A. (1988) – Excavaciones arqueológicas de urgência en los hornos púnicos de Torre Alta. San Fernando, Cádiz. In *Anuário Arqueológico de Andalucía*. Andalucía, III, p.106-112.
- PINEDO REYES, J. (1993) – La navegación en el Mediterráneo. Cartografía. In *Cuadernos de Arqueologia Maritima*. Cartagena, II, p. 45-72.
- PIMENTA, J. P. (2004) – *As ânforas romanas do Castelo de São Jorge* (Lisboa). Dissertação de mestrado em Pré-História e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Edição policopiada.
- PIMENTA, J.; CALADO, M.; LEITÃO, M. (2005) – Novos dados sobre a ocupação pré-romana da cidade de Lisboa: as ânforas da sondagem nº2 da Rua de São João da Praça. In *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, 8.2, p.313-334.
- PIMENTA, J. P.; MENDES, H. (2007) – Presença Fenícia no Vale do Tejo. A escavação do povoado de Santa Sofia (Vila Franca de Xira). In *Al-madam*. Almada, série II, 15, p. 160.





- QUEIROZ, P. F.; MATEUS, J. E. (2007) . Acerca das grainhas de uva da Idade do Ferro de Castro Marim. In *Trabalhos do CIPA*. Lisboa. 105.
- RAMON TORRES, J. (1995) – *Las ánforas fenicio-púnicas del Mediterráneo Central e Occidental*. Barcelona: Universidad de Barcelona.
- RAMON TORRES, J. (2004) – La producción anfórica gaditana en época Fenicio-Púnica. In, *XVI Encuentros de Historia y Arqueología – “Las industrias alfareras y conserveras Fenicio-Púnicas de la Bahía de Cádiz”*. Publicaciones Obra Social y Cultural Cajasur. Córdoba, p.63-99.
- RIBEIRO, O. (1998) – *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico. Esboço de relações geográficas*. Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- RODERO RIAZA, A. (1991) – Las ânforas del Mediterraneo Occidental en Andalucia. In *Trabajos de Prehistoria*. Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 48, p.275-298.
- ROLDÁN GÓMEZ, L.; BENDALA GALÁN, M.; BLÁNQUEZ PÉREZ, J.; MARTÍNEZ LILLO, S. (Dir.) (2006) – Estudio histórico-arqueológico de la ciudad de Carteia (San Roque, Cádiz) 1994-1999. Direccion General de Bienes Culturales. Sevilla, volume I.
- RUIZ CABRERO, L. A.; MEDEROS MARTÍN, A.; LÓPEZ PARDO, F. (2007) – Sistemas defensivos en la toponímia fenícia de la costa Atlántica Ibérica y Norteaficana. In LÓPEZ CASTRO, J. L. (ed.), *Las ciudades fenicio-púnicas en el Mediterráneo Occidental*. Editorial Universidad de Almeria e Centro de Estudos Fenicios y Púnicos, p.384-403.
- RUIZ GIL, J. A. (1986) – Sondeos arqueologicos de urgencia para la delimitacion de las factorias de salazones punico-gaditanas de el Puerto de Santa Maria (Cádiz). In *Anuário Arqueológico de Andalucía*. Andalucía, III, p.101-105.
- RUIZ GIL, J. A. (1991) – Cronología de las factorías de salazones Púnicas de Cádiz. In *Atti del II Congresso Internazionale di Studi Fenici e Punici*. Roma, III, p.1211-1214.
- RUIZ MATA, D. (1994) – Fenicios, Tartesios y Turdetanos. In *Huelva Arqueologica*. Huelva, XIV, p. 325-365.
- RUIZ MATA, D.; CÓRDOBA ALONSO, I. (1997) – Los hornos turdetanos del Cerro Macareno. Cortes H.I y H.II. In *Actas del XXIV Congreso de Arqueología*. Cartagena, p. 95-105.
- RUIZ MATA, D.; CÓRDOBA ALONSO, I.; PÉREZ PÉREZ, C. J. (1998) – Vinos, aceites y salazones en la Turdetania. In *Saguntum – Actas del Congreso Internacional Los Iberos, principes de occidente. Las estructuras de poder en la sociedad ibérica*. Universitat de València, Extra 1, p.387-397.





- RUIZ MATA, D.; CÓRDOBA ALONSO, I. (1999) – Los hornos turdetanos del Cerro Macareno. Cortes H.I y H.II. In *Actas del XXIV Congreso Nacional de Arqueología*. Murcia: Ministerio da Cultura, 3, p. 95-106.
- RUIZ MATA, D.; LÓPEZ AMADOR, J. J.; RUIZ GIL, J.A. (2006) – La pesca en época prerromana en la Bahía de Cádiz. (Apéndice sobre las factorías de salozones en el Puerto de Santa Maria). In *Historia de la Pesca en el ámbito del Estrecho*. Junta de Andalucía, I, p. 269-337.
- RUFETE TOMICO, P. (2002) – El final de Tartessos y el periodo turdetano en Huelva. In *Huelva Arqueológica*. Huelva, XVII.
- SÁEZ ROMERO, A. M. (2004) – El alfar tardopúnico de Torre Alta. Resultados de las excavaciones de 2002-03. In *Figlinae Baetica*. Vol. 2, p. 699-711.
- SÁEZ ROMERO, A. M. (2007) – Novedades sobre los talleres cerámicos de Gadir: el Alfar de Torre Alta (San Fernando, Cádiz). In MORÍN, J.; URBINA, D.; BICHO, N. F. (ed.), *As Idades do Bronze e do Ferro na Península Ibérica. Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*. Universidade do Algarve, p. 359-374.
- SÁEZ ROMERO, A. M. (2008) – La producción cerámica en Gadir en época tardopúnica (siglos –III/-I). Torre Alta: balance de la investigación y novedades histórico-arqueológicas. In, *BAR International Series S1812*, Oxford.
- SÁEZ ROMERO, A. M.; MONTERO, A. I.; DÍAZ, J. J.; MONTERO, R. (2002) – Un taller de época tardopúnica en Gadir: el alfar de Torre Alta. In *Bolskan*. Huesca. 19, p. 305-320.
- SÁEZ ROMERO, A. M.; DIAZ RODRIGUEZ, J. J.; SÁEZ ESPLIGARES, A. (2004a) – Nuevas aportaciones a la definición del Círculo del Estrecho: la cultura material a través de algunos centros alfareros (ss. VI-I a.n.e.). In *Gerión*. Madrid. 22:1, p. 31-60.
- SÁEZ ROMERO, A. M.; MONTERO FERNÁNDEZ, R.; TOBOSO SUÁREZ, E. J. (2004b) – Un antecedente centro-mediterráneo al complejo alfarero púnico de Torre Alta. In, *XVI Encuentros de Historia y Arqueología – “Las industrias alfareras y conserveras Fenicio-Púnicas de la Bahía de Cádiz”*. Publicaciones Obra Social y Cultural Cajasur. Córdoba, p.201-235.
- SERRANO RAMOS, E. (2004) - Alfares y producciones cerámicas en la provincia de Málaga. Balance y perspectivas. In BERNAL, D. e LAGÓSTENA, L. (eds.), *Figlinae Baeticae*. Universidad de Cádiz, I, p. 161-194.
- SILVA, C. T.; SOARES, J.; BEIRÃO, C. M.; DIAS, L. F.; COELHO-SOARES, A. (1980-81) – Escavações arqueológicas no Castelo de Alcácer do Sal (campanha de 1979). In *Setúbal Arqueológica*. Setúbal, 6-7, p.149-218.





SOARES, J.; SILVA, C.T. (1979) – Cerâmica pré-romana de Miróbriga. In *Setúbal Arqueológica*. Setúbal, 5, p.159-184.

SOUSA, E. (2005) – *A cerâmica de “Tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro*. Dissertação de mestrado em Pré-História e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Edição policopiada.

STEINSTRA, P. (1986) – Systematic macroscopic description of the texture and composition of ancient pottery – some basic methods. In *Newsletter*. Leiden: Department of Pottery Technology. Vol. 4, p. 28-48.

VALLEJO SÁNCHEZ, J. I.; CÓRDOBA ALONSO, I.; NIVEAU DE VILLEDARY Y MARIÑAS, A. M. (1997) – Factorías de salazones en la Bahía Gaditana: economía y organización espacial. In *Actas del XXIV Congreso de Arqueología*. Cartagena, p. 107-114.

VILLEGAS BECERRIL, D. A. (2004) – Utilización e importancia de las conservas en la alimentación romana. In, *XVI Encuentros de Historia y Arqueología – “Las industrias alfareras y conserveras Fenicio-Púnicas de la Bahía de Cádiz”*. Publicaciones Obra Social y Cultural Cajasur. Córdoba, p.309-319.

Carta Militar Portugal, 1:25000, folha 600.

